

CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPOS DE ANDRADE UNIANDRADE
MESTRADO EM LETRAS
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: TEORIA LITERÁRIA
LUZENIRA ALVES DOS SANTOS

**AS FERIDAS DA MULHER POBRE E PERIFÉRICA EM *CLARA DOS ANJOS*, DE LIMA
BARRETO: UMA PERSPECTIVA SOBRE O CASAMENTO.**

CURITIBA
2024

CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPOS DE ANDRADE UNIANDRADE

MESTRADO EM LETRAS

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: TEORIA LITERÁRIA

LUZENIRA ALVES DOS SANTOS

**AS FERIDAS DA MULHER POBRE E PERIFÉRICA EM *CLARA DOS ANJOS*, DE LIMA
BARRETO: UMA PERSPECTIVA SOBRE O CASAMENTO.**

Dissertação apresentada como requisito para a
obtenção do Grau de Mestre ao Curso de
Mestrado em Teoria Literária do Centro
Universitário Campos de Andrade –
UNIANDRADE.

Orientador: Dra. Camila Marchioro.

CURITIBA
2024

AGRADECIMENTOS

A conclusão desta dissertação só foi possível graças ao apoio de muitas pessoas. Agradeço imensamente à minha família pelo encorajamento constante e paciência.

Dedico este trabalho à memória da minha mãe, cuja presença e ensinamentos sempre me guiam, mesmo em sua ausência.

À minha orientadora, Dra. Camila Marchioro, expresso minha profunda gratidão pela orientação e suporte essenciais.

Finalmente, reconheço meu próprio esforço e resiliência, que foram fundamentais para alcançar este objetivo.

A todos, meu sincero agradecimento.

SUMÁRIO

RESUMO	II
ABSTRACT	III
INTRODUÇÃO	1
1 A CANETA E A REVOLUÇÃO: LIMA BARRETO E O CONTEXTO SÓCIO-POLÍTICO DO BRASIL.....	11
1.1 LIMA BARRETO, SEU CONTEXTO LITERÁRIO E A ESCRITA DE SI	23
1.2 LIMA BARRETO E A QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL	31
2 A REPRESENTAÇÃO DA MULHER NA NARRATIVA DE FICÇÃO NA VIRADA DO SÉCULO XIX PARA XX.....	46
2.1 A POSIÇÃO DA MULHER NA VIRADA DO SÉCULO XIX PARA XX	52
2.2 A CONDIÇÃO DA MULHER NEGRA DA VIRADA DO SÉCULO XX	58
2.3 A MULHER NEGRA NA NARRATIVA DE FICÇÃO NOS SÉCULOS XIX E XX	62
3 VOZES FEMININAS EM CLARA DOS ANJOS.....	73
3.1 A DOMINAÇÃO MASCULINA EM CLARA DOS ANJOS: HABITUS E CONTROLE SIMBÓLICO	79
3.2 A QUESTÃO DO CASAMENTO E AS PERSONAGENS FEMININAS EM CLARA DOS ANJOS	88
3.2.1 O casamento no Brasil entre 1889 e 1930	92
3.3 O CASAMENTO E AS PERSONAGENS MULHERES DE CLARA DOS ANJOS	98
3.3.1 Dona Engrácia	98
3.3.2 Dona Margarida X Rosalina e Ernestina	108
3.3.3 Nair	120
3.3.4 Dona Salustiana	123
3.3.5 Dona Castorina	127
3.3.6 Clara dos Anjos	129
CONSIDERAÇÕES FINAIS	138
REFERÊNCIAS	143

RESUMO

A escolha do romance *Clara dos Anjos* de Lima Barreto como objeto de estudo deve-se a relevância de Lima Barreto na literatura brasileira e na crítica às desigualdades raciais e sociais. Como homem negro descendente de escravizados, Barreto utiliza, sua obra para dar voz ao cidadão oprimido, refletindo seu próprio desencanto com a sociedade brasileira do início do século XX. A dissertação se insere na linha de pesquisa Políticas da Subjetividade e visa contribuir para a reflexão sobre o preconceito racial e de gênero que atinge mulheres negras, destacando as nuances desse preconceito na virada do século XIX para o XX. O objetivo desta dissertação é investigar profundamente as personagens femininas no romance *Clara dos Anjos*, de Lima Barreto, com enfoque específico nos aspectos relacionados ao casamento. O estudo visa explorar como essas personagens são construídas de acordo com as normas e expectativas sociais do início do século XX no Brasil, especialmente no que diz respeito às suas experiências, percepções e posicionamentos em relação ao casamento. A análise busca revelar como o contexto patriarcal influencia as vidas, escolhas e relações conjugais, examinando tanto as formas de conformidade quanto de resistência às estruturas de poder vigentes. Além disso, pretende-se oferecer uma reflexão crítica sobre as representações femininas na obra, a fim de contribuir para um entendimento mais amplo das dinâmicas de gênero na literatura brasileira bem como para o debate sobre a representação literária das relações conjugais ao longo do tempo em suas mudanças. A reflexão crítica sobre a representação da mulher no papel de esposa permite, ainda aprofundar o conhecimento da obra de Lima Barreto, bem como refletir sobre a persistência do racismo estrutural e das desigualdades que continuam a afetar a mulher negra. A metodologia adotada é qualitativa, visando à análise crítica e comparativa das relações interpessoais no romance *Clara dos Anjos*. A metodologia adotada é qualitativa, visando à análise crítica e comparativa das relações interpessoais no romance *Clara dos Anjos*. A dissertação utiliza teorias feministas, análise histórica de Marie del Priore e Michelle Perrot e estudos raciais para examinar os aspectos de resistência entre as personagens, incorporando também conceitos de Foucault acerca do espaço e de Pierre Bourdieu, como *habitus*, *violência simbólica* e *dominação masculina*. O estudo concluiu que o casamento na obra *Clara dos Anjos*, além de uma etapa normal na vida das personagens, é também um veículo de subordinação e opressão, e que as personagens, vítimas do sistema patriarcal, moldadas por expectativas sociais, não conseguem se livrar do sistema opressor.

Palavras-chave: *Clara dos Anjos*. Lima Barreto. Mulheres submissas. Violência simbólica. Escravização.

ABSTRACT

The choice of Lima Barreto's novel *Clara dos Anjos* as the object of study highlights the author's relevance in Brazilian literature and his critique of racial and social inequalities. Barreto, being a black man and descendant of enslaved people, uses his work to give voice to the oppressed citizen, reflecting his own disenchantment with Brazilian society at the beginning of the 20th century. The dissertation is part of the research line "Politics of Subjectivity" and aims to contribute to the reflection on racial and gender prejudice that affects black women, highlighting the nuances of this prejudice at the turn of the 19th to the 20th century. The objective of this dissertation is to investigate in depth the female characters in the novel *Clara dos Anjos*, by Lima Barreto, with a specific focus on aspects related to marriage. The study aims to explore how these characters are constructed within the social norms and expectations of the early 20th century in Brazil, especially with regard to their experiences, perceptions, and positions regarding marriage institutions. The analysis seeks to reveal how the patriarchal context influences their lives, choices, and marital relationships, examining both forms of conformity and resistance to the prevailing power structures. Furthermore, it intends to offer a critical reflection on the female representations in the work, contributing to a broader understanding of gender dynamics in Brazilian literature and to the debate on the transformations and permanence of literary representations of marital relations over time. By exploring how these characters are shaped by patriarchal expectations and their forms of resistance and conformity, the study contributes to a broader understanding of gender dynamics in Brazilian literature. In addition, it offers a critical reflection on female representation and the transformations of marital relations, enriching the academic debate on gender and literature. Analyzing *Clara dos Anjos* allows us not only to understand Lima Barreto's work, but also to reflect on the persistence of structural racism and social inequalities that continue to affect black women in contemporary Brazil. The methodology adopted is qualitative, aimed at the critical and comparative analysis of interpersonal relationships in the novel *Clara dos Anjos*. The dissertation uses feminist theories, historical analysis by Marie Del Priore and Michelle Perrot, and racial studies to examine the aspects of resistance among the characters, also incorporating Foucault's concepts about space and Pierre Bourdieu's concepts, such as habitus, symbolic violence, and male domination.

The study concluded that marriage in the work *Clara dos Anjos*, in addition to being a normal stage in the lives of the characters, is also a vehicle of subordination and oppression, and that the characters, victims of the patriarchal system, shaped by social expectations, are unable to break free from the oppressive system.

Keywords: *Clara dos Anjos*. Lima Barreto. Women. Enslaved. Black.

INTRODUÇÃO

A obra de Lima Barreto esteve ligada à minha vida de estudante desde o ensino médio, quando as aulas de literatura nos iniciavam na leitura. Desde muito cedo, algumas questões já se aproximavam de minha vivência, questões sociais que convivem comigo até hoje. Foram longos anos até me deparar com a oportunidade de fazer um mestrado. Estaria eu vencendo outro problema próprio das sociedades excludentes, que impede que pessoas como de fazer estudos superiores? Iniciando a busca por um autor forte o suficiente para me “acordar” de longos períodos de falas não escritas, lembrei-me de Lima Barreto e resolvi falar junto com ele. A princípio, lembrei-me da personagem Clara dos Anjos apenas como mulher negra. Com o tempo, amadurecendo ideias, chegamos ao resultado presente. Para falar de mulheres na experiência com a disciplina Linguagens da Alteridade, ministrada pela Dra. Mail Marques de Azevedo, os caminhos e a motivação que estavam esquecidos em mim.

Escolhi Lima Barreto ocorreu por seu propósito de expor e condenar a injustiça contra a população negra de seu tempo, pela forma como conduzia os escritos pela coragem de não fugir de suas origens. Sendo homem negro,¹ descendente de escravos, cuja literatura militante dá voz ao cidadão oprimido, ouvi em Lima Barreto uma voz que

¹ Neste trabalho usaremos o termo homem negro e mulher negra.

a atual sociedade brasileira, imbuída de racismo estrutural,² tem o dever de ouvir e acolher.

Decorrido o trajeto inicial, cheguei ao objetivo desta dissertação, que é investigar profundamente as personagens femininas no romance *Clara dos Anjos*, de Lima Barreto, com enfoque específico nos aspectos relacionados ao casamento. No período de estudo, entre as sombras, destacou-se um preconceito insidioso e persistente que há séculos relega às mulheres negras a um lugar de marginalização e silenciamento nas páginas literárias do país. Este fenômeno, enraizado nas estruturas sociais e culturais, lança um desafio crucial à nossa compreensão e apreciação da rica literatura brasileira. Desse modo, tendo a questão do matrimônio como ponto de partida, empreendi uma análise crítica dessa temática no romance *Clara dos Anjos* (1948), ano da primeira edição, complementando o objetivo inicial de apenas identificar e investigar suas personagens femininas.

O enfoque preliminar visava entender quem eram essas mulheres, suas características, e identificar os papéis na narrativa. No entanto, após a qualificação, à medida que me aprofundei na leitura, emergiram camadas mais complexas e significativas na caracterização dessas personagens. A leitura mais atenta revelou que

² “Podemos compreender o racismo como estrutural a partir da ideia de que ele é parte do alicerce que funda a sociedade brasileira, ou seja, uma nação alicerçada em bases racistas. O que significa uma multiplicidade de obstáculos estruturais para o acesso de pessoas negras a direitos e oportunidades, por um lado; e, por outro, facilidades e privilégios para pessoas brancas”. (MPMG, 2022, p. 68).

cada personagem feminina tem sua identidade fortemente moldada pelas circunstâncias matrimoniais e estado civil em que se encontram. Esta descoberta levou a uma mudança no foco da análise.

Sob esse aspecto, a obra *Clara dos Anjos* tem importância singular na literatura brasileira. Ao mostrar Clara como uma jovem sonhadora e vulnerável, Lima usa a caneta para fazer sua crítica àquela sociedade que mantinha jovens periféricas em uma ignorância perigosa e as entregava a um destino muitas vezes trágico, ao invés de educá-las e prepará-las para a vida. A vigilância excessiva de sua mãe, embora com a intenção de protegê-la, é um reflexo do medo constante da discriminação racial e da violência que podiam afetar as mulheres negras de forma ainda mais brutal.

Considerando que esta personagem é um marco da literatura barretiana, é importante ressaltar que, no início do século XX, a literatura brasileira começou a dar voz às questões sociais e raciais, refletindo as tensões e transformações da época. Muitos escritores retrataram mulheres negras em suas obras, mas frequentemente essas personagens ocupavam papéis secundários ou serviam apenas como pano de fundo para a narrativa principal.

Assim, Clara não é apenas uma figura periférica; sua história, suas experiências e sofrimentos estão no centro da narrativa. Barreto utiliza Clara para abordar diretamente questões de racismo, desigualdade social e opressão de gênero, temas que muitas vezes eram apenas tangencialmente tratados por contemporâneos.

Ao colocar uma mulher negra como personagem principal, Lima Barreto não só ofereceu uma visão mais honesta e crítica da sociedade brasileira, mas também deu dignidade e profundidade às experiências das mulheres negras que estavam ausentes

na literatura da época. *Clara dos Anjos* traz inovação significativa na representação literária das mulheres negras, destacando-se como obra pioneira na luta por visibilidade e justiça social.

Lima Barreto nasceu em 13 de maio de 1881 e faleceu em 01 de novembro de 1922. Durante a vida, aconteceram alguns fatos importantes na História do Brasil: a abolição da escravidão, em 1888, e a proclamação da república em 1889, fatos marcantes que tiveram grande ênfase em sua obra, repleta de críticas contundentes. (SCHWARCZ, 2017). Como escritor, foi ativo em debates acerca de vários assuntos, entre eles o preconceito racial, algo que, de modo claro, persiste em nossa sociedade.

As relações sociais e raciais da época eram extremamente complexas dado que, no referido período, a abolição da escravidão (1888) e a Proclamação da república (1889) trouxeram transformações significativas, expondo as contradições e desigualdades arraigadas. A abolição trouxe consigo a promessa de liberdade para os negros, porém a realidade pós-abolição revelou um cenário de exclusão e marginalização, onde a população negra enfrentava severas restrições sociais, econômicas e políticas. A proclamação da república, trouxe mudanças na estrutura política do país, mas não alterou substancialmente as estruturas de poder que continuavam a perpetuar desigualdades baseadas em raça e gênero.

Nas obras literárias de então, é possível observar tanto estereótipos perpetuados sobre as pessoas negras quanto tentativas de subverter esses padrões. Em *Clara dos Anjos*, Lima aborda as experiências de mulheres negras na cidade do Rio de Janeiro pós-proclamação da república, expondo as dificuldades e preconceitos que enfrentavam. Essas representações complexas, contudo, eram exceções em um

cenário literário predominantemente marcado por visões estereotipadas e excludentes. A mulher negra ainda enfrentaria um longo caminho para obter a devida representação e valorização em uma sociedade que ainda perpetua hierarquias raciais arraigadas.

Recentemente, autoras como Carolina Maria de Jesus, Conceição Evaristo e Eliana Alves Cruz protagonizaram transformação significativa no cenário literário brasileiro, não sem enfrentar consideráveis desafios. Carolina Maria de Jesus, por exemplo, oferece em *Quarto de Despejo* (1960), ofereceu um olhar cru e realista sobre a vida nas favelas de São Paulo, revelando a força e a resiliência das comunidades marginalizadas. Já Conceição Evaristo, com obras como *Ponciá Vicêncio* (2003), *Becos da memória* (2006) e *Olhos d'água* (2014), trouxe à tona narrativas profundas e emocionantes que exploram as experiências e memórias das mulheres negras no Brasil. Suas histórias ressoam com uma sensibilidade única, proporcionando visão rica e complexa das lutas e triunfos.

Essas autoras não apenas ampliaram as representações literárias das mulheres negras, mas também contribuíram significativamente para um entendimento mais profundo das complexidades sociais e culturais que envolvem a questão racial no Brasil. Ao refletir sobre esses contextos literários e históricos, é possível traçar paralelos com as representações encontradas em obras como *Clara dos Anjos*, evidenciando tanto os avanços quanto os desafios contínuos enfrentados pelas mulheres negras, tais como representadas na literatura, na busca por igualdade e reconhecimento em uma sociedade ainda permeada por desigualdades estruturais.

Assim, ao analisar a representação da mulher negra na literatura do final do século XIX e início do século XX, esta dissertação reconhece tanto tentativas de

subversão quanto preconceitos perpetrados pela voz dos autores da época. Olhar para o período e suas obras literárias nos oferece uma janela para compreender não apenas as mudanças na literatura brasileira, mas também reconhecer as lutas e desafios enfrentados pelas mulheres negras naquele contexto histórico crucial.

A partir da análise das personagens femininas da obra *Clara dos Anjos*, com ênfase na protagonista e na questão do matrimônio, esta dissertação é dividida em três capítulos. Cada um aborda diferentes aspectos da vida de Lima Barreto, seu contexto histórico e aspectos relacionados a experiências das mulheres brasileiras no período em que se passa o enredo de *Clara dos Anjos*, além de avaliar questões de representação literária de personagens mulheres e negras na contemporaneidade do autor.

O primeiro capítulo, intitulado “A caneta e a revolução: Lima Barreto e o contexto sócio-político do Brasil”, apresenta um estudo sobre a vida de Lima Barreto em que se e abordada sua vida no Rio de Janeiro em um período de grandes transformações sociais e políticas, bem como os fatores que influenciaram profundamente sua obra literária, tais como família, racismo e discriminação. O capítulo aborda como Lima Barreto fala das injustiças sociais e raciais, expressando consciência aguda dessas questões nos escritos. Ainda, discute a luta contra o alcoolismo, que afetou a saúde mental e o levou a ser internado em um hospício.

Consta do primeiro subitem “Lima Barreto, seu contexto literário e a escrita de si” analisa o contexto literário de Lima Barreto, o final do século XIX até a primeira metade do século XX. Para suprir o estudo, recorreu-se à sua fortuna crítica, de modo que foram consultadas as obras de Alfredo Bosi, Lilia Schwarcz, que mostra como a escrita do autor

reflete a própria realidade, dando voz aos oprimidos e criticando as elites dominantes, de modo que o autor faz uma “literatura de si”; Beatriz Resende, que afirma que a literatura de Barreto preencheu uma lacuna criativa na história literária brasileira; entre outros. O trecho mostra como a fusão entre autor e personagens permitiu a Lima Barreto transcender o papel de observador, utilizando um narrador que se caracteriza pela criticidade e eloquência na literatura e sociedade brasileiras. Destaca-se ainda, no subcapítulo “Lima Barreto e a questão social”, o estudo sobre como o autor reprovava o sistema social brasileiro, usando as próprias experiências para abordar questões como preconceito racial e a condição dos pobres.

O segundo capítulo, intitulado “A representação da mulher na narrativa de ficção entre os séculos XIX e XX”, discute-se a mulher brasileira no momento da virada do século XX, época em que estas, principalmente as pertencentes às classes mais baixas, enfrentavam diversas restrições legais em áreas como propriedade, herança e direitos civis. Abordam-se questões como direito ao voto e a participação política, que começavam a ser pleiteados, assim como o acesso à educação. O capítulo verifica o impacto das oportunidades de trabalho precárias e o fato de algumas profissões serem inacessíveis às mulheres, contexto que motivou um movimento pela igualdade de direitos.

O item 2.3 “A condição da mulher negra na virada do século é destinada ao estudo sobre a identidade da mulher negra na virada do século XIX para o XX destaca como, no Brasil do século XIX, a vida da mulher estava presa aos afazeres domésticos, enquanto o homem provia a família. Desse modo, navega-se pelo universo em que as mulheres viviam afastadas da vida social, restritas ao lar e no qual a igreja tinha grande influência,

desaprovando qualquer comportamento fora do ideal de esposa recatada. O capítulo ainda aborda como a educação era excludente a partir do fato que as escolas elementares voltadas às meninas só passaram a existir sistematicamente partir de 1827, porém focadas na preparação para o lar. Ainda são abordadas questões de diferenciação social a fim de refletir sobre o lugar da mulher negra, da escravizada e da mulher pobre, uma vez que as mulheres abastadas aprendiam leitura, escrita, matemática, línguas e piano, geralmente em casa ou em instituições religiosas. Assim, no subcapítulo “A condição da mulher negra na virada do século XX” faz-se uma abordagem específica sobre as mulheres negras no Brasil daquele tempo. O capítulo aborda a discriminação racial e de gênero, revelando que a abolição não garantiu verdadeira emancipação.

Por fim, o subcapítulo dedicado a explorar a presença da mulher na narrativa de ficção dos séculos XIX destaca a escassa presença da mulher negra na literatura brasileira, que vem a ser incrementado apenas a partir de meados do século XX. O capítulo constata que, além da pouca representatividade como autoras, a representação das personagens negras mulheres era frequentemente dada sob uma ótica de preconceito racial, hipersexualização e subserviência em obras de autores como Bernardo Guimarães e Aluísio Azevedo. Essas representações perpetuavam estereótipos nocivos e marginalizavam as experiências das mulheres de cor. Lima Barreto, porém, se distancia desse padrão em *Clara dos Anjos*, apresentando uma personagem complexa e humanizada que desafia os estereótipos predominantes da época. Ao invés de objetificar ou romantizar as experiências, Barreto oferece um retrato realista e empático de uma jovem negra que navega num mar de preconceitos, exposta às duras realidades do racismo e sexismo e criticando as estruturas sociais que

perpetuam a desigualdade.

O capítulo Três dedica-se à análise das personagens femininas de *Clara dos Anjos*, aproveitando o arcabouço teórico desenvolvido nos capítulos anteriores, os quais se dedicaram a uma investigação profunda da obra do autor, sua época e as mulheres na Literatura do período. Desse modo, o capítulo aborda a obra *Clara dos Anjos* destacando a importância do autor na literatura brasileira e crítica social. São acionados estudos de Francisco de Assis Barbosa, Lília Moritz Schwarcz, Carmen Lúcia Negreiros de Figueiredo, entre outros. Nota-se como a crítica ao racismo e à exclusão social são centrais na obra, com personagens que representam diferentes facetas dessas questões.

A análise das personagens femininas é o ponto central do capítulo e é feita com base no papel que cada uma assume na narrativa a partir das relações matrimoniais e estado civil. Clara, a mãe Engrácia e Dona Margarida são exemplos de como Barreto aborda a posição das mulheres na sociedade patriarcal brasileira do início do século XX tendo como foco o modo como se relacionam com os homens da narrativa. Ainda, o capítulo contextualiza a obra dentro das transformações sociais e políticas do Brasil do período em que o enredo se passa, destacando as tensões e contradições da sociedade carioca da época.

Até este ponto, examinei a trajetória de mulheres representadas literariamente, um conhecimento enriquecedor. Aprendi que a sensibilidade e a visão crítica de Lima Barreto nos oferecem um retrato vívido e dolorosamente honesto da sociedade brasileira da época. Entendi, através da trajetória dos personagens e da pesquisa sobre a vida das mulheres daquele período, que estas viviam em um mundo de lutas e resistências, com

mudanças sociais, econômicas e políticas que impactaram profundamente suas vidas. Descobri, também, um período em que as vozes de emancipação começavam a se levantar. Trilhado todo esse caminho, desejo agora uma leitura enriquecedora e reflexiva, que inspire uma compreensão profunda das complexidades sociais e históricas presentes nas mulheres de *Clara dos Anjos*.

1 A CANETA E A REVOLUÇÃO: LIMA BARRETO E O CONTEXTO SÓCIO-POLÍTICO DO BRASIL

Entrar na vida e no universo de Lima Barreto é uma viagem emblemática. Muito já foi dito sobre a personalidade e a obra desse escritor negro que nasceu em uma data representativa para essa camada da população brasileira, 13 de maio de 1881, posto, na mesma data, em 1888, aconteceria a abolição da escravatura.

Lima Barreto foi um menino do Rio de Janeiro, filho de um tipógrafo e de uma professora, também negros, portanto, vivia em uma família pobre (SCHWARCZ, 2017). Aqueles eram tempos conturbados, pois, em 1889 dava-se a Proclamação da República e o país estava em pleno movimento.³ Encontramos aí, então, um homem que, durante toda uma vida, afirmaria a condição de afrodescendente em um ambiente social profundamente marcado pelo racismo e discriminação. Talvez por isso, em sua obra, percebe-se que Lima sempre expressou uma consciência aguda das injustiças sociais e raciais. Além da revolta cotidiana contra o racismo que invariavelmente vivenciou, Lima Barreto também sofreria as mazelas da dependência química de álcool, o que trouxe consequências para a saúde mental e o levou a ser internado em um hospício por duas vezes (SCHWARCZ, 2017).

³ De acordo com Fausto (1995, p. 245) o Brasil nos anos iniciais da primeira república passava por disputas de poder e divergências quanto a sua organização. As principais províncias que eram São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul embora defendessem a república Federativa, divergiam em outros aspectos em relação à organização do poder.

No seu livro *Diário do hospício*, publicado postumamente em 1953, o escritor relata a experiência como paciente no Hospício Nacional de Alienados, localizado na cidade do Rio de Janeiro, onde foi internado duas vezes entre os anos de 1914 e 1920. A obra *Diário do Hospício* foi escrita entre dezembro de 1919 e fevereiro de 1920, durante um dos internamentos:

Os Diários de Lima foram compilados por sua irmã Evangelina e por seu biógrafo, Francisco de Assis Barbosa, nos anos de 1950 – agendas, tiras de papel [...] dividiram em duas partes [...] o outro conjunto mais orgânico, representa o resultado da segunda internação do autor [...] denominado mais tarde de “Diário do Hospício”. (SCHWARCZ, 2017, p. 386).

Nesse livro, ele faz uma crítica contundente ao sistema manicomial da época, descrevendo o espaço físico do hospício e a forma como os pacientes eram tratados. Segundo Santos e Verani em “Alcoolismo e medicina psiquiátrica no Brasil do início do século XX”, (2010), no final do século XIX e seguindo pelo século XX, os alcoólatras eram frequentemente tratados com internações em hospitais psiquiátricos ou clínicas especializadas em doenças mentais, já que se acreditava que o alcoolismo era um transtorno mental (SANTOS; VERANI, 2010). Segundo Michel Foucault em *História da loucura na Idade Clássica* (1978) é a partir do século XIX que a loucura passa a ser vista por um novo viés:

A prática do internamento, no começo do século XIX, coincide com o momento no qual a loucura é percebida menos em relação ao erro do que em relação à conduta regular e normal; no qual ela aparece não mais como julgamento perturbado, mas como perturbação na maneira de agir, de querer, de ter paixões, de tomar decisões e de ser

livre. (FOUCAULT, 1978, p. 48).

Assim, instaura-se de modo compulsório, no século XIX, a prática do internamento, que excluía e reprimia o sujeito, impedindo-o de tomar decisões acerca da própria condição física e mental tendo como justificativa o seu “desvio” da norma. Esses tratamentos geralmente envolviam a abstinência completa do álcool, que era vista como a única forma eficaz de tratamento. No entanto, essas internações eram frequentemente marcadas por condições precárias e tratamentos desumanos, como confinamento em celas, uso de camisas de força, choques elétricos e outros métodos violentos de contenção. Além disso, os alcoólatras eram estigmatizados como moralmente fracos, o que dificultava ainda mais a recuperação e reintegração na sociedade, naquela época a visão médica era de que o alcoólatra estava em tal degradação que era retratado como um “louco moral, ‘indivíduo que ficou privado ou que tem perturbada a manifestação desses nobres sentimentos’, já é um louco e um louco moral, que é o mais nefasto à sociedade.” (NERI *apud* SANTOS; VERANI, 2010).

O alcoolismo foi um problema grave na vida do escritor. Desde jovem, Lima Barreto teve relação conturbada com a bebida, que se agravou ao longo da vida e afetou sua saúde física e mental. Em *Cemitério dos vivos* (1920)⁴ ele demonstra perceber como

⁴ A obra *Cemitério dos vivos* foi escrita entre 1919 e 1920 e permaneceu inacabada. Conforme Francisco de Assis Barbosa (2017), o livro mescla o autobiográfico e a ficção nos relatos sobre o período em que Lima esteve internado no hospício nacional dos alienados (final de 1919 e início de 1920). Lima Barreto expõe a rotina nos pavilhões, revelando o sadismo de alguns funcionários da instituição em relação aos pacientes. Por outro lado, a oportunidade de acesso à biblioteca do hospital e do convívio com outros

o alcoolismo impactou sua vida, quando relata os comentários do médico que o examina.

Recebeu-me prazenteiramente, falou-me, examinou-me com cuidado, viu bem os estragos que o álcool podia ter realizado no meu organismo e ficou admirado. Eram mínimos. Foi aí que eu vi bem o mal da “bebida.” Ela não me matava, ela não me estragava de vez, não me arruinava. De quando em quando, provocava-me alucinações, eu incomodava os outros, metiam-me em casas de saúde ou no hospício, eu renascia, voltava, e assim levava uma vida insegura, desgostosa, e desgostando os outros, sem poder realizar plenamente o meu destino, que as coisas obscuras queriam dizer não ser o de um simples bêbedo. (BARRETO, 2017, p. 195.)

A citação traz uma perspectiva intensa e pessoal dos efeitos do álcool em na vida e enfatiza o ciclo de renascimento após períodos de dificuldade, mas também lamenta como dependência o privou da realização plena de seu destino.

Nesse sentido, o alcoolismo também teve um impacto na carreira literária, dado que Lima Barreto enfrentou dificuldades para publicar livros e para ser reconhecido como um escritor de qualidade.⁵ Isso se deu em parte devido ao preconceito que enfrentava como escritor negro e de origem humilde, mas também devido ao seu comportamento errático causado pela dependência química, no entanto, mesmo enfrentando essa luta

internos lhe permite descobrir parte de suas histórias pessoais. A narrativa é permeada por uma constante reflexão sobre si mesmo, seu vício e as consequências dos delírios que o acometem.

⁵ O livro *O Escritor maldito* (1981), de Hécio Pereira da Silva, traz uma abordagem centrada nos dramas pessoais enfrentados por Lima Barreto. A alcunha de “maldito” passa a representar todos os desvios do autor em relação aos padrões literários predominantes em sua época, contribuindo para a construção de uma mitologia em torno do escritor, associando-o ao arquétipo do escritor incompreendido e dissidente.

contrária, continuou escrevendo e produzindo uma obra literária marcante e relevante. Desse modo, a escrita retrata temas como a solidão, a desesperança e a desilusão com a sociedade.

“Embriagava-me antes do almoço, depois do almoço, até o jantar, depois deste até a hora de dormir” (BARRETO, 2017, p. 52), as palavras de Lima Barreto em *Diário do hospício* lançam luz sobre as sombras da compulsão e da autodestruição que podem envolver a vida de um indivíduo. Quando Lima fala de si, nesse relato forte e autobiográfico, mostra como a dependência de álcool o persegue e não só destaca a dependência física, mas também a dependência emocional que pode estar subjacente a tais padrões comportamentais. A repetição implacável desse ciclo de embriaguez sugere uma fuga da realidade, uma tentativa de amortecer as dores e inquietações internas que o atormentavam. A bebida atuava temporariamente para mascarar medos, ansiedades e insatisfações, que o confrontariam mais uma vez quando a névoa da embriaguez se dissipasse.

Por tudo isso, o escritor de *Diário do hospício* nos leva a uma reflexão atemporal sobre a fragilidade da condição humana e sobre como podemos nos ver presos em padrões autodestrutivos. Lima Barreto vivia em um destempero de emoções, ora desacreditando de tudo, ora com esperanças:

Desde a entrada na Escola Politécnica que venho caindo de sonho em sonho e, agora que estou com quase quarenta anos, embora a glória tenha me dado beijos furtivos, eu sinto que a vida não tem mais sabor para mim, não quero entretanto morrer; queria outra vida, queria esquecer a que vivi, mesmo talvez com perda de certas boas qualidades que tenho, mas queria que ela fosse plácida, serena, medíocre e pacífica, como a de todos.[...] penso assim, as vezes, mas, em outras, queria matar em mim todo desejo,

aniquilar aos poucos minha vida e sumir-me no todo universal. Esta passagem várias vezes no hospício e outros hospitais deu-me não sei que dolorosa angústia de viver que me parece ser sem remédio a minha dor. (BARRETO, 2017, p. 67).

A dualidade interior do autor é palpável em na obra, um elemento fascinante que contribuiu para a riqueza de suas criações e para a compreensão das complexidades como indivíduo. Ele confessa momentos em que deseja aniquilar desejos e fundir-se com o todo universal, uma ideia que transcende a individualidade e reflete uma busca por alívio em uma esfera mais abrangente. Essa ambiguidade entre querer uma vida mais tranquila e ansiar por uma dissolução completa aponta para a complexidade da pessoa de Lima Barreto que, entre lutas existenciais, expressa uma angústia de viver que o acompanhou permanentemente. Ainda, a sensação de desamparo e o desespero diante da própria condição refletem a impotência diante dessa angústia, essa impotência diante do mundo é também tema da obra ficcional.

No diário de Lima Barreto é possível identificar uma crítica à postura da sociedade por meio das interações dos funcionários do hospital. O autor observa que os guardas parecem agir como se detivessem a liberdade de tratar os pacientes conforme sua vontade, sem levar em conta os direitos ou a dignidade destes. Isso pode ser interpretado como um reflexo de atitudes discriminatórias, estigmatizantes e desumanizadoras naquele contexto histórico. O autor compartilha essas vivências, proporcionando um olhar perspicaz sobre as dinâmicas sociais e questionando a forma como eram tratadas as pessoas nessa situação:

Os guardas em geral, principalmente os do pavilhão e da secção dos pobres, têm os loucos na conta de sujeitos sem nenhum direito a um tratamento respeitoso, seres inferiores, com os quais eles podem tratar e fazer o que quiserem. Já lhes contei como baldeei no pavilhão, como lavei o banheiro e como um médico ou interno me tirou a vassoura da mão quando estava varrendo o jardim. (BARRETO, 2017, p. 66).

A abordagem leva a uma reflexão que levanta preocupações sobre a falta de respeito, a discriminação e o estigma enfrentados por essas pessoas, bem como sobre a necessidade de repensar a forma como a sociedade abordava a saúde mental e como os sistemas de cuidados de saúde eram estruturados nos anos da Primeira república. Observa-se uma dinâmica de controle, falta de autonomia e humilhações: “Digo com franqueza, cem anos que viva eu, nunca poderá apagar-me da memória essas humilhações que sofri.” (BARRETO, 2017, p. 50).

Em seu primeiro internamento, em 1914, foi diagnosticado com “alcoolismo crônico com sintomas de alienação mental”. Durante a segunda internação (1919-1920), que durou cerca de dois meses, Lima escrevia bastante e em seu diário, relatando e ao mesmo tempo questionando a eficácia do tratamento. Ao retratar o espaço manicomial, o autor denuncia a desumanização dos pacientes e a falta de respeito pelos seus direitos básicos. Ele mostra como a instituição não era capaz de oferecer um tratamento adequado para as pessoas com problemas de saúde mental, mas, ao contrário, as submetia a condições desumanas que agravavam ainda mais o seu sofrimento.

Desse modo, ele nos descreve o espaço físico do hospício como sendo extremamente restrito, limitado e com uma atmosfera sufocante. Relata, ainda, a falta de

espaço e a superlotação, que tornam a convivência entre os pacientes mais difícil; ressalta a precariedade das instalações, a falta de higiene e de recursos básicos como medicamentos e alimentação adequada. Em suas palavras, essas condições desumanas e desesperadoras contribuem para agravar o quadro de doença mental dos pacientes e acentuar a sensação de solidão e abandono naquele local: “O mobiliário, o vestuário das camas, as camas, tudo é uma pobreza sem par.” (BARRETO, 2017 p. 38).

Ele defendia que os loucos deveriam ser tratados com humanidade e respeito e que a sociedade deveria assumir a responsabilidade de cuidar deles, em vez de simplesmente relegá-los a instituições precárias e desumanas. Contudo, mesmo nesse contexto, Lima Barreto não se achava um louco, reconhecia problemas com o álcool e conseguia justificar as penúrias como resultado de uma vida cheia de problemas e traumas. O que o realmente o incomodava, por um lado, era a forma como chegara até o hospício nas duas vezes em que fora escoltado pela polícia, e essa era a maior revolta do autor, expressa em nas linhas no *Diário do Hospício*. Por outro lado, em certo momento, admite ter delírios “de quando em quando dou sinais de loucura: delírio” (BARRETO, 2010, p. 34). O seu diário nos mostra a agudeza de seu olhar para aspectos complexos da sociedade e revela um sujeito consciente não apenas de sua condição, mas do entorno e de como a organização social afetava também outras vidas.

No diário, ele ainda pondera: “Não me incomodo muito com o hospício, mas o que me aborrece é essa intromissão da polícia na minha vida. ” (BARRETO, 2017, p. 34). Aqui, observamos a revolta de Barreto com a intromissão do estado na internação. Sobre isso Foucault em seu livro *Microfísica do poder*, argumenta que as instituições, como hospitais, prisões e escolas, desempenham um papel central na regulação e

disciplinamento da sociedade. Elas exercem poder não apenas através de regras explícitas, mas também por meio de uma série de práticas e normas que moldam o comportamento e a subjetividade das pessoas que as habitam. No caso específico, o hospício é um ambiente institucionalizado que muitas vezes é regulado pela polícia como parte do aparato de controle social.

Assim se estabelece a função muito curiosa do hospital psiquiátrico do século XIX: lugar de diagnóstico e de classificação, retângulo botânico onde as espécies de doenças são divididas em compartimentos cuja disposição lembra uma vasta horta. Mas também espaço fechado para um confronto, lugar de uma disputa, campo institucional onde se trata de vitória e submissão. (FOUCAULT, 2021, p. 203).

As questões sociais abordadas em *Diário do Hospício* bem como a violência e pobreza ficam também claras nos outros escritos, pois, de modo sutil, ao relatar espaços como o subúrbio de *Clara dos Anjos*, Lima denunciaria um estamento social sobre o qual aprendeu e refletiu em nas experiências de reclusão. A exclusão incomoda Lima Barreto principalmente pela forma com que os pobres são tratados na cidade do Rio de Janeiro. Conforme Resende aborda, lemos:

Mas a esta se seguirá uma forma mais radical de exclusão, a internação pela força no Hospício Nacional dos Alienados. Também a essa violência Lima Barreto responderá pela escritura, criando um depoimento que se transforma em denúncia do sistema coercitivo de um Estado que se utiliza da medicina da mesma forma que o fazia com o mito do progresso, como instrumento de intervenção política para instaurar sua ordem e controlar os indivíduos, sob o aval da ciência. (RESENDE, 1993, p. 12).

O incômodo que pairava sobre Lima Barreto era grande naquele momento de sua vida. A pobreza que o assolava tampouco era distante ou amena. No Hospital dos

Alienados, a violência e as péssimas condições a que eram impostos os internos o incomodavam.

Sobre esse tema, Michel Foucault em *De outros espaços*⁶ aborda a questão das heterotopias, espaços dentro de espaços maiores (traduzido como “espaços”).⁷ O autor apresenta o conceito de “heterotopias de crise” – lugares para onde eram enviadas as pessoas consideradas em algum tipo de “crise” – e explica que, mais tarde, este conceito foi mudado para o que chama de “heterotopias de desvio”, onde se enquadram os hospitais psiquiátricos enquanto lugares para onde se encaminham as pessoas cujo comportamento ou saúde são desviados da norma:

Mas estas heterotopias de crise têm desaparecido dos nossos dias e sido substituídas, parece-me, pelo que poderíamos chamar heterotopias de desvio: aquelas nas quais os indivíduos, cujos comportamentos são desviantes em relação às normas ou média necessárias, são colocados. Exemplos disto serão as casas de repouso ou os hospitais psiquiátricos, e, claro está, as prisões. [...] Já a favela, o quartinho da empregada se enquadram num tipo de “heterotopia da exclusão.” (FOUCAULT, 1967, p. 4).

O hospício, nesse contexto, representa um espaço destinado àqueles que

⁶ Conferência no Circle d'Études Architecturales em 1967

⁷ Michel Foucault introduziu o conceito de “heterotopia” para descrever espaços físicos que possuem múltiplas camadas de significação e representam algo além de seu aspecto físico, contrastando com as “utopias,” que são espaços imaginários perfeitos. Em seu ensaio, ele define seis princípios para essas heterotopias: sua existência em todas as culturas; a mudança de função ao longo do tempo; a justaposição de vários espaços em um único local; a ligação com os espaços do tempo; um sistema de abertura e fechamento; e sua função em relação a outros espaços, criando ilusão ou expondo a realidade.

se desviam das normas e das expectativas da sociedade. É um local, portanto, onde as regras e convenções cotidianas são subvertidas para um controle extremo dos corpos ali trancados e onde as pessoas são afastadas do convívio social “normal” para receber cuidados e tratamentos específicos. Para Lima Barreto, aquele espaço era um lugar de reclusão, conflito e confronto uma vez que ele era capaz de perceber as normas de exclusão da sociedade da época agindo sobre ele, gerando, assim, um sentimento de alienação, deslocamento e, em muitos aspectos, uma sensação de desumanização. Ambíguo e solitário, Lima Barreto deixa explícito em *Diário do Hospício*,

Através das grades do manicômio, quando amanhecemos lembrando que não sabemos sonhar mais [...] O lugar era cômodo e agradável. Dava para a enseada, e se avistava doutra banda Niterói e os navios livres que se iam pelo mar em fora, orgulhosos de sua liberdade, mesmo quando tangidos pelos temporais. Às vezes, lendo, eu me punha a vê-los, com inveja e muita dor na alma. **Eu estava preso, via-os por entre as grades e sempre sonhei ir por aí afora**, ver terras, coisas e gentes (BARRETO, 2017, p. 40; 83-84. Grifo nosso).

No texto citado, pode-se observar um sentimento de solidão e desespero que expressa uma sensação de estar preso e isolado, olhando para o mundo exterior através das grades do hospital, sem esperança de escapar ou mudar a situação.

A forte referência à impossibilidade de sonhar sugere perda de esperança e imaginação, como se a experiência da internação tivesse corroído a capacidade de visualizar um futuro diferente ou mais positivo. Expressa ainda a angústia e o desejo de liberdade que permeia os dias no internamento e, através das grades, ele vislumbra o mundo exterior e anseia por vivenciar novamente a liberdade de ir e vir, de explorar novos lugares e interagir com outras pessoas. Aqui, podemos vislumbrar pelo seu relato o

impacto de viver num espaço heterotópico que traz para o indivíduo.

Para Lima Barreto, a loucura era vista pela sociedade como um caso de polícia, ou seja, algo que se deveria controlar e reprimir. Em várias obras, incluindo *Diário do Hospício* e *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*, ele condena a forma como os “loucos” eram tratados pela sociedade e pelas instituições médicas. Ele também denuncia a falta de humanidade dos médicos e funcionários, que muitas vezes tratavam os pacientes com desprezo e violência.

Há uma crítica à postura da sociedade em geral, que enxergava os loucos como uma ameaça à ordem pública e à moralidade. Ele argumenta que a loucura não deveria ser tratada apenas como um problema de saúde, mas também como uma questão social e política, que exigia mudanças na forma como a sociedade lidava com o tema, a loucura não era apenas uma questão individual, mas também uma questão coletiva, que dizia respeito a toda a sociedade. Nesse contexto, observa-se que o autor usa sua experiência para novamente levar para a literatura a forte veia crítica.

Assim, é nesse cenário que escreveu sua obra. Entre seus principais livros, destacam-se *Triste Fim de Policarpo Quaresma* (1915), que retrata a história de um patriota brasileiro que acaba sendo internado em um hospício por causa de ideias nacionalistas; *Clara dos Anjos* (1948), que trata do preconceito racial e da violência contra as mulheres; e *Diário Íntimo* (1953) uma coletânea de textos autobiográficos e reflexivos sobre a vida e a literatura. Apesar de enfrentar desafios relacionados à saúde mental, Lima Barreto emergiu como um escritor de singular importância, ao longo da carreira, escreveu romances, contos, crônicas e artigos jornalísticos. Desse modo, mesmo que sua vida tenha sido marcada pelo sofrimento, a obra literária continua a inspirar e a

impactar leitores.

1.1 LIMA BARRETO, SEU CONTEXTO LITERÁRIO E A ESCRITA DE SI

Lima Barreto viveu e escreveu no período que se caracterizou como pré-modernismo brasileiro. Uma época literária que abrange aproximadamente o final do século XIX até a primeira metade do século XX. Segundo Alfredo Bosi em *História concisa da literatura brasileira*, a literatura do pré-modernismo, mais especificamente, se caracterizou pela problematização da realidade social e cultural, de modo que “se pode chamar de pré-modernismo (no sentido forte de premonição dos temas vivos em 22) tudo o que, nas primeiras décadas do século [XX], problematiza a nossa realidade social e cultural” (BOSI, 1994, p. 306). Dentre outros escritores como Euclides da Cunha, Lima Barreto fez parte desse contexto histórico de profundas transformações sociais, incluindo a abolição da escravidão (1888) e a transição do país de uma economia agrária para uma economia em processo de mudança. Em decorrência da abolição, o autor aparece com as problemáticas contemporâneas, que vinham não somente dos processos externos, mas também da vida pregressa, parte desse todo.

A literatura de Lima Barreto, junto com expoentes como Graça Aranha e Euclides da Cunha, fornece um cenário pré-modernista no qual, segundo Bosi (1994) na obra supracitada, os escritores não foram capazes de movimentar a literatura a tal ponto que pudessem ser considerados inovadores, contudo, deram uma importante contribuição para a ficção brasileira no momento em que buscaram problematizar as questões sociais e chamar a atenção para os graves problemas de exclusão social.

Lima Barreto se destacou nesse caso, porque não somente escrevia, mas fazia parte da população que clamava por atenção. Conforme as palavras de Lilia Schwarcz, “o escritor também jamais negou que fazia ‘literatura de si’. E com tamanha intensidade, que a história de Lima Barreto acabava por ‘se confundir’ com seus personagens e espaços sociais.” (SCHWARCZ, 2019, p. 138).

Bosi ainda diz que o pré-modernismo foi pouco inovador. Para ele, em Euclides da Cunha “é moderna a ânsia de ir além dos esquemas e desvendar o mistério da terra e do homem brasileiro com as armas todas da ciência e da sensibilidade” (BOSI, 1994, p. 308). Nesse sentido, o autor destaca como característica do período a busca por uma abordagem moderna e aprofundada para compreender a realidade do Brasil, tanto do ponto de vista geográfico quanto humano, destacando-se a necessidade de superar as estruturas sociais tradicionais e preconceitos arraigados para compreender de forma mais abrangente os problemas enfrentados pela sociedade, isso envolve romper com visões simplistas e estereotipadas e aprofundar-se nas raízes das questões sociais, políticas e econômicas, em uma abordagem moderna e aprofundada para compreender a realidade do Brasil, tanto do ponto de vista geográfico quanto humano, destacando-se a necessidade de superar as estruturas sociais tradicionais e preconceitos arraigados para compreender de forma mais abrangente os problemas enfrentados pela sociedade.

Lima Barreto, em obras como *Triste Fim de Policarpo Quaresma* e *Clara dos Anjos*, adota uma abordagem que retratar a realidade brasileira, expondo injustiças e desigualdades sociais. Barreto reprovava o nacionalismo cego e a burocracia ineficiente, e aborda questões de raça, classe e gênero, revelando a violência simbólica e a dominação masculina.

Alfredo Bosi considera Lima Barreto e Graça Aranha os dois maiores expoentes do pré-modernismo, pois:

Ambos expressam uma atitude espiritual antipassadista e premonitória da revolução literária dos anos 20 e 30; e sobretudo, achavam-se ambos impregnados de forte sentimento nacional e aguilhoados por uma consciência crítica dos problemas brasileiros. A nenhum dos dois caberia uma situação de repetidores do romance oitocentista. (BOSI, 1994, p. 325)

Nesse sentido, observa-se que, enquanto Graça Aranha focava em resgatar a identidade nacional brasileira através do orgulho cultural, Lima Barreto defendia um nacionalismo mais engajado, voltado para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, em que todos os brasileiros pudessem participar plenamente da construção do país, dessa forma, ambos rejeitaram o conservadorismo e a imitação dos padrões literários do passado, buscando novas formas de expressão, romperam com a tradição de outrora enfrentando os desafios do presente e do futuro.

Conforme Bosi (1994) ressaltou, a questão social é um dos pilares fundamentais do pré-modernismo na literatura brasileira, uma vez que se propuseram a retratar a realidade social do país por meio de uma abordagem engajada, sem o viés cientificista do realismo-naturalismo. Isso foi essencial para a construção de uma literatura que não apenas refletisse a complexa realidade brasileira, mas que também dessa voz aos desfavorecidos.

Tristão de Athaide⁸ e Afrânio Coutinho tem o mesmo pensamento em relação ao pré-modernismo, pois entendem que houve uma diversidade de produções, contudo, não houve uma característica predominante que fosse suficiente para destacar a formação de um movimento literário. Para ambos, o pré-modernismo foi considerado como uma fase preparatória para o Modernismo: “a importância da fase é inegável, pois ela traria a transformação que se processava e que desaguará no Modernismo” (COUTINHO, 1975, p. 18), segundo eles, as obras desse momento histórico são resultado da junção de estéticas parnasiana, simbolista, decadentista, impressionista, realista e naturalista e também pela proximidade com o modernismo.

Como vimos no tópico anterior, a perspectiva crítica da obra de Lima Barreto no período pré-modernista foi uma das características mais marcantes de sua produção literária. Seus escritos eram impregnados de um olhar aguçado sobre a sociedade brasileira da época, expondo as contradições, injustiças e preconceitos presentes naquele contexto. Por meio de personagens dos diversos romances e crônicas, não poupava críticas à elite dominante, revelando atitudes insensíveis e alienadas diante das dificuldades enfrentadas pelos menos privilegiados, conforme Schwarcz comenta no artigo: “Lima Barreto e a escrita de si”:

Por meio do conjunto de sua obra, expressa a partir de cartas, contos, romances, diários,

⁸ Pseudônimo de Alceu Amoroso Lima.

peças de teatro, Barreto jamais deixou de tocar em alguns temas que o distinguiam dos demais literatos do cânone de época: o racismo vigente no Brasil, a crítica a nossos estrangeirismos [...] e a realidade da pobreza que migrava da capital para as periferias da cidade. (SCHWARCZ, 2019, p. 137-138)

Seus personagens eram retratos vivos de uma realidade muitas vezes negligenciada, dando voz aos oprimidos e marginalizados. Lima Barreto tinha uma habilidade única de criar personagens complexos e multifacetados, que refletiam as dores, as lutas e as aspirações dos menos favorecidos na sociedade. Suas obras apresentavam protagonistas muitas vezes esquecidos pela literatura da época: homens e mulheres negras, trabalhadores braçais, pobres, mulheres exploradas e outros grupos marginalizados.

No artigo supracitado, Schwarcz revela que “Lima Barreto ficcionalizava sua própria vida” (SCHWARCZ, 2019, p. 139). Dessa maneira, ponderamos que a capacidade de entrelaçar elementos da realidade pessoal com o universo ficcional que criava origina-se de experiências desde muito cedo, porém, é importante destacar que Lima Barreto, ao escrever sobre si e suas experiências, não o fazia de forma complacente ou autocomplacente, com a obra é impregnada de crítica social e política e a autenticidade narrativa serve como uma lente aguda para examinar as mazelas da sociedade da época.⁹ Através da escrita, denunciou o racismo, a injustiça, a corrupção e

⁹ No livro *O Profeta e o Escrivão*, de Carlos Erivany Fantinati, é abordado o cerne da postura militante de Lima Barreto, a adesão à ideia de que o intelectual engajado deve provocar choques entre suas convicções

a opressão que observava ao seu redor a partir de personagens emblemáticos, que traziam em seu universo muitas das experiências vividas pelo seu criador.

Na esteira do que nos apresenta Lilia Schwarcz, pode-se afirmar, portanto, que a escrita de Lima Barreto é indissociável de sua própria trajetória pessoal e das vivências que permearam a vida, “Lima era, pois, neto de escravizados pelos dois lados. Liberdade e autonomia eram, [...] palavras fortes nesse contexto e no interior da família, com João Henriques e d. Amália parecendo não temer o futuro.” (SCHWARCZ, 2019, p. 139). Para Lima, a família sempre fora um poderoso lembrete da herança profundamente enraizada de desigualdade e injustiça que permeava a sociedade brasileira da época, a condição de ser descendente de escravizados por parte de ambas as linhagens familiares evidencia a carga histórica que o autor carregava consigo desde os mais tenros anos, pois foi testemunha dos tempos de abolição. Tais experiências moldaram a perspectiva e participam de sua abordagem literária, colocando-o como expoente do pré-modernismo.

Para Schwarcz, a incorporação de elementos autobiográficos na obra é um traço distintivo da produção do autor, seus romances e crônicas frequentemente se entrelaçam com suas próprias experiências, proporcionando uma visão autêntica e sincera da visão de mundo. Em obras como *Recordações do Escrivão Isaías Caminha* (1909) vemos Lima

e as de seus potenciais leitores, oferecendo uma análise penetrante sobre o papel do escritor na sociedade. Outra linha de estudos que enfatiza a militância de Lima Barreto é a análise de sua crítica social e política, que frequentemente se centra em sua atuação como cronista e jornalista, além de sua ficção.

refletido em Isaías dado que “Não por coincidência, Isaías Caminha era jornalista como ele, funcionário público como Lima, e se desilude com o Rio de Janeiro de inícios do século” (SCHWARCZ, 2019, p. 138); é como se uma parte da própria essência fosse infundida na criatura fictícia, suas lutas e dilemas vão ecoando através do personagem e esta não é apenas uma coincidência fortuita, mas resultado de uma imersão íntima e intensa em sua criação literária.

A escrita de si, tão marcante em na produção, confere uma autenticidade ímpar às palavras, ao passo que a trama e os personagens, muitas vezes, refletem facetas de da própria jornada. Dessa maneira, Lima Barreto escrevia muito do que via e sentia quando trazia os personagens à vida. Ademais, os impactos do racismo, da desigualdade social e da falta de oportunidades também aparecem de forma especial. Em vista disso, ele não apenas denunciava os problemas, mas humanizava indivíduos como ele por meio da ficção ao lhes conferir dignidade e empatia nas narrativas. Assim sendo, os personagens não são estereótipos vazios, mas encapsulam a complexidade de seres humanos com sonhos, medos e anseios.

A força da complexidade da criação de personagens pode residir no fato de que, segundo Lilia Schwarcz, “Lima poderia ser reconhecido em cada um de seus personagens, [...]. Ele era Isaías Caminha, Gonzaga de Sá, *Clara dos Anjos*, Vicente Mascarenhas, e vivia assombrado por todos eles. ” (SCHWARCZ, 2019, p. 138). Essa fusão entre autor e personagem não é apenas uma característica estilística, mas uma revelação da habilidade única de Lima Barreto em tecer ficção a partir de uma matéria-prima profundamente pessoal. Sua narrativa se torna, assim, uma experiência íntima e sincera, onde o leitor é convidado a contemplar não apenas uma história, mas a própria

essência de um autor imerso na própria criação, contudo, um posicionamento combativo, marcante em sua literatura militante, e esse ponto de vista converge com a interpretação de Lima Barreto elaborada por Bosi no seguinte trecho...“A origem humilde, a cor, a vida penosa de jornalista pobre e de pobre amanuense, aliados à viva consciência da própria situação social, motivaram aquele seu socialismo maximalista, tão emotivo nas raízes quanto penetrante nas análises.” (BOSI, 1994, p. 316).

De acordo com Schwarcz (2019, p. 144): “pareciam a mesma pessoa João Henriques e Policarpo, o personagem ficcional e aquele da realidade, moravam no mesmo sítio, combatiam formigas da mesma maneira, eram nacionalistas e a favor da batata nacional”, nestes termos, Lima Barreto fazia uma crítica ao modelo da própria vida. Em escrita de si, move com perspicácia a caneta para mostrar a realidade em um determinado local e mesmo estando isolado em um sanatório, continua a buscar por justiça social.

Ainda, para Flora Sussekind, a literatura de Lima Barreto traz vida a uma lacuna criativa na história da literatura brasileira:

É como se desde a última década do século XIX aos anos 20 deste século a literatura brasileira apresentasse uma estranha suspensão de sentido por três decênios. Ou melhor: como se só fosse possível compreendê-la, neste período, enquanto pré ou pós alguma coisa. Enquanto vampirização diluidora de marcas e estilos anteriores ou “embrião” de traços modernistas futuros. (SUSSEKIND, 1988, p. 33)

A citação em questão lança luz sobre um momento peculiar da literatura brasileira, muitas coisas aconteciam e esta contava com a escrita militante de autores fundamentais para que pudéssemos, hoje, refletir sobre questões definitivas na história

e na literatura. Lima Barreto foi uma figura importante visto que a fusão entre autor e personagens permite transcender o papel de mero observador, assumindo o papel de um narrador que compartilha não apenas histórias, mas fragmentos da própria vivência. Cada página escrita é permeada pela essência de um homem que não apenas testemunhou, mas também viveu as tensões e as desigualdades que permeavam a sociedade da na época, Desse modo, exerceu uma postura de contestação social, construindo uma voz poderosa e transformadora na história da literatura e da sociedade brasileira.¹⁰

1.2 LIMA BARRETO E A QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL

Por todo o exposto anteriormente, as questões sociais são notórias na obra de Lima Barreto, que passou uma vida inteira escrevendo críticas sobre o sistema, tornando-se um crítico do preconceito e da forma como os pobres eram tratados pelo estado. Conforme Schwarcz (2019) enfatiza, Lima Barreto escrevia sobre si, portanto usava a experiência de vida em suas letras: “Olho a baía de Botafogo, cheio de tristeza [...] Tudo é triste.” (BARRETO, 2017, p. 76). A citação da obra *Diário do Hospício* reflete

¹⁰ Carmen Lúcia Negreiros de Figueiredo, em sua obra *Lima Barreto e o fim do sonho Republicano* (1995) destaca que *Polícarpo Quaresma* personifica a sátira do intelectual e do militar brasileiro na transição do final do século XIX para o início do século XX. O texto traz uma forte conexão com a vida de Lima Barreto, vivendo um momento de grandes expectativas e ao mesmo tempo, desilusões, ele encapsula as tensões e contradições sociais, políticas e culturais do Brasil no final do século XIX e início do século XX.

não apenas um estado de espírito momentâneo, mas pode ser interpretada como uma resposta à realidade social que estava vivendo naquele momento.

Francisco de Assis Barbosa, em *A vida de Lima Barreto* (2017)¹¹, reflete sobre a carga emocional que permeou a vida de Lima Barreto e a maneira como ele enfrentou e internalizou as adversidades ao longo da jornada, incluindo a experiência no manicômio: “À grande amargura, que ensombrava toda a vida, desde os primeiros anos da juventude – a doença paterna – juntaria agora mais essa carga do ressentimento.” (BARBOSA, 2017, p. 254).

A lembrança da pobreza era um assunto que o autor tratava de forma crítica e sensível. Ele refletia a profunda preocupação com as desigualdades e injustiças sociais presentes não só no hospício, mas também em um segmento grande da população que vivia no Rio de Janeiro, onde os trabalhadores enfrentavam condições precárias e baixos salários. A partir de seus relatos, temos notícia de que as desigualdades eram profundas, com um pequeno grupo de elites desfrutando de privilégios enquanto a maioria lutava para sobreviver. Conforme lembra Fausto em *História do Brasil* (1995, p. 260): “No plano financeiro, a grave situação que vinha dos tempos da monarquia tornou-se dramática. O governo republicano herdara do império uma dívida externa que consumia anualmente

¹¹ A obra *A Vida de Lima Barreto*, escrita por Francisco de Assis Barbosa e publicada em sua primeira edição em 1952, é amplamente reconhecida como uma das mais destacadas biografias da língua portuguesa. Sua importância está intrinsecamente ligada ao ressurgimento do interesse por Lima Barreto no final dos anos 40 e início dos anos 50. Durante esse período, Barbosa teve a oportunidade de conhecer Evangelina de Lima Barreto, que confiou a ele os manuscritos do irmão, contribuindo significativamente para a redescoberta e compreensão da vida e obra do autor.

grande parte do saldo da balança comercial. ” É desse triste contexto de que Lima Barreto fazia parte, e muitas das mazelas da época eram consequências da política da época.

Sobre a situação financeira, o biógrafo Francisco de Assis Barbosa nota que, como Lima Barreto se confessou muito através de sua obra, temos notícia de que, em fins de 1903, já com as contas do sustento da casa em suas mãos, o que recebia no Ministério da Guerra não era suficiente. A frente de uma Revista da época, Lima chegou a projetar publicações para ganhar algum dinheiro, porém o trabalho não deu certo como relata Assis Barbosa (2017, p. 119):

Fins de 1903 – restabelecer a periodicidade. Contava com bons empenhos na política. Podia fazer jornalismo e ganhar algum dinheiro [...] é que não se conformaria jamais em escrever louvores, mesmo sem a sua assinatura, aos mandarins da política. Por isso demitiu-se meses depois, enviando a Carlos Viana uma carta em que confessa ter rompido, cheio de vergonha, “numa crise de desespero”, um artigo encomendado pelo diretor. “Oito tiras” de papel, elogiando um senador do Paraná, figura influente na política. (BARBOSA, 2017, p. 118).

Sem sucesso, no ano seguinte, tentou novamente ingressar no jornalismo através do *Correio da Manhã*, nesse momento, podem-se considerar as primeiras publicações do romancista, embora seu biógrafo nos relate que:

São, contudo, imprecisos os dados acerca da passagem de Lima Barreto pelo *Correio da Manhã*. Simples colaborador ou redator efetivo, são inquestionavelmente da sua autoria a série de reportagens (vinte e duas, ao todo) em torno das escavações dos subterrâneos do Morro do Castelo, ao tempo em que eram concluídos os trabalhos de abertura da Avenida Central, na altura da Praia de Santa Luzia (BARBOSA, 2017, p.

119).

Seria o romancista iniciando voo, a atuação como jornalista foi fundamental para consolidar uma posição como um dos escritores mais influentes do período e as contribuições ao jornalismo brasileiro continuam a ser um ponto de referência para estudiosos.

Constantemente com uma crítica contundente no âmbito social e político mesmo porque não considerava, o escritor abordava temas como racismo, corrupção, injustiça social e a opressão da mulher.¹² Como estava vivendo em tempos de recém-abolição e da proclamação da república em plena cidade do Rio de Janeiro, ao refletir sobre a atual realidade do subúrbio do Rio de Janeiro, Lima Barreto descreve de maneira vívida a transformação das formas de diversão e lazer, que agora se tornaram escape e distração das adversidades diárias, através da crônica “Bailes e divertimentos suburbanos”

¹² Sobre a discussão acerca da misoginia presente em Lima Barreto, Vasconcellos (1992), em artigo intitulado: “Lima Barreto: misógeno ou feminista? Uma leitura de suas crônicas”, lembra que em algumas crônicas o autor apresenta uma posição contraditória sobre o sexo feminino. Na crônica “O feminismo em ação”, de 1915, se diz antifeminista “Eu, que sou antifeminista, a vista do que está acontecendo, me julgo completamente satisfeito.” (BARRETO, 1915, p.1). A autora reforça que Barreto tinha uma ideia mais específica do feminismo e criticava aquele que chamava de “feminismo de secretária” ou “feminismo burocrático” que, segundo ele, servia para “prover cargos públicos rendosos e alcançar a emancipação política feminina pelo voto” (VASCONCELLOS, 1992, p. 260). Lima Barreto achava o movimento feminista limitado porque negligenciava pontos importantes. Embora tivesse essa fachada de antifeminista e misógino, Lima Barreto usou várias de suas obras para denunciar a violência contra a mulher como na crônica “Não as matem”, publicada em 1915, onde demonstra solidariedade no combate a preconceitos e estereótipos que ainda hoje atingem as mulheres. “Eles se julgam com o direito de impor o seu amor ou o seu desejo a quem não os quer. Não sei se se julgam muito diferentes dos ladrões à mão armada” (BARRETO, 1915, p. 1). Desta forma, pode-se destacar que o autor era também um produto de seu tempo, pelo que se faz necessário olhar sua obra de forma crítica e também contextualizada, dado que Lima Barreto transitava por uma sociedade em transformação e, fazendo parte desse momento, oscilava entre o velho e o novo quando consideramos que o país em pleno processo inicial de emancipação feminina.

publicada em 1922,

O subúrbio não se diverte mais. A vida é cara e as apreensões muitas, não permitindo prazeres simples e suaves, doces diversões familiares, equilibradas e plácidas. Precisa-se de ruído, de zambumba, de cansaço, para esquecer, para espantar as trevas que em torno da nossa vida, mais densas se fazem, dia para dia, acompanhando “pari-passu” as suntuosidades republicanas. Ele não mais se diverte inocentemente; o subúrbio se atordoa e se embriaga não só com o álcool, com a lascívia das danças novas que o esnobismo foi buscar no arsenal da hipocrisia norte-americana. Para as dificuldades materiais de sua precária existência, criou esse seu paraíso artificial, em cujas delícias transitórias mergulha, inebria-se minutos, para esperar, durante horas, dias e meses, um aumentozinho de vencimentos... (BARRETO, 2004, p. 504).

Essa visão perspicaz de Lima Barreto sobre o subúrbio do Rio de Janeiro mostra a complexidade social e cultural que existia naquele lugar e também as dificuldades impostas àquela população. Lilia Schawrcz, na obra *Lima Barreto: triste visionário* (2017)¹³ comenta que, na literatura de Lima Barreto, o morador do subúrbio traz o estereótipo de pobreza, falta de inteligência e educação e, ainda mais, no subúrbio, uma das características marcantes dos habitantes era a cor da pele, ou seja, os afro-brasileiros, na maioria recém-saídos do sistema escravista. Portanto, o autor dá voz ao subúrbio e apresenta, pelo viés da escrita, a escassez de recurso e as limitações impostas à população. No caldeirão de complexidades sociais que era o Rio (que

¹³ *Lima Barreto: Triste Visionário* é uma biografia que mergulha na vida e na obra do escritor brasileiro Lima Barreto. O livro examina as diversas facetas da vida de Barreto, desde sua luta contra o racismo e as desigualdades sociais até suas batalhas pessoais com a saúde mental, oferecendo uma visão profunda e abrangente de um dos mais importantes autores da literatura brasileira.

enfrentava uma série de desafios que moldariam o curso de sua história urbana, bem como a precariedade das condições de vida nos subúrbios e a busca por soluções diante do rápido crescimento populacional da cidade) a capital do país e morada de Lima Barreto sofria com as mudanças impostas pela república, neste sentido, em *Lima Barreto e o Rio de Janeiro em fragmentos*, Beatriz Resende destaca:

Uma breve análise da vida da maior cidade do país ao ser proclamada a república, com 500 mil habitantes, capital política e administrativa com reflexos imediatos em todo o país, mostrará, de saída, as dificuldades de construção da cidadania plena e, conseqüentemente, da construção de um Estado-Nação democrático. Os primeiros anos da república estão longe de ser tranquilos, e a ideia de que o advento do novo regime representasse melhores condições de vida, ainda mais longe de ser unânime. (RESENDE, 2013, p. 20).

Em linhas gerais, essa era a cidade pela qual lutava Lima Barreto com as letras, visto que os desafios iniciais enfrentados pela república contradiziam a expectativa de que a chegada traria uma melhoria substancial nas condições de vida.

Os anos do novo regime foram marcados por turbulências, sugerindo que a transição para a república não trouxe automaticamente estabilidade. Isso destaca a complexidade das mudanças políticas, já que o Brasil tinha muitas realidades diferentes e as promessas de progresso muitas vezes não se concretizam imediatamente. Havia divergências de opiniões sobre a república, mostrando que nem todos acreditavam que ela levaria a uma vida melhor. Dessa forma e nesse contexto, surgiam vozes como a de Lima, com os textos que apresentavam uma linguagem direta e acessível, que contrastava com a linguagem rebuscada da literatura da época.

Em sentido amplo, esse ambiente conturbado pelas mudanças sociais foi

vivenciado pelo autor que tinha a solidão como uma constante em sua vida, pois, desde a infância, enfrentou a dificuldade de se relacionar com os outros devido à origem humilde e ao preconceito racial. Essa solidão foi agravada pela saúde mental instável e pelo alcoolismo, além disso, tinha dificuldade em se relacionar com outros escritores e intelectuais da época e, muitas vezes, sentia-se rejeitado devido à origem e ao fato de escrever sobre temas considerados “menores” pela elite literária, conforme Beatriz Resende analisa: “Desde o primeiro livro publicado por Lima Barreto, estabeleceu-se um conflito definitivo entre a produção literária e os detentores do poder cultural na cidade letrada, capital da república Velha.” (RESENDE, 2013, p.12).

Essa rejeição e solidão foram agravadas pela falta de reconhecimento que o escritor recebeu em vida. O prestígio só veio a acontecer anos depois de sua morte. Apesar da solidão, encontrou na literatura uma forma de expressar sentimentos e de se conectar com seus leitores

Apesar das ambições que o impulsionavam, Lima Barreto se via diante de obstáculos importantes, Além do mais, sequer lhe ocorria a possibilidade de abdicar da crítica, a persistência em compartilhar sua produção literária era inabalável. Chegou um momento em que decidiu lançar seu primeiro romance, e a escolha recaiu sobre *Recordações do Escrivão Isaías Caminha*.

Pretendia fazer barulho criticando a imprensa (seus colegas de redação), mas também atingir o racismo imperante no Brasil [...] o romance não deu certo, os jornais boicotaram a obra, mas Lima continuava em seu projeto de escrever uma “literatura militante”, para ficarmos com os termos dele, uma literatura que falava das dificuldades pelas quais passava a população negra, e que fazia da narrativa uma arma, também, de ativismo e de denúncia. (SCHWARCZ, 2019, p. 142-143).

Estas palavras não apenas narram um evento, mas também uma forma de vida, uma forma de escrever, com objetivo já traçado há muito tempo. A literatura, para Lima Barreto, não teria outra forma de ser., contudo, vale lembrar que o mundo do escritor era o Rio de Janeiro. Naqueles tempos, o Brasil vivia várias realidades diferentes – em um país grande e com regiões distantes –, desse modo, as mazelas da república e os preconceitos de cor e classes sociais são vividos por cada um à sua maneira, considerando-se os diferentes espaços. Portanto, os romances, contos e crônicas do autor mostram a realidade específica da capital da república naqueles anos.

Nesse sentido, o espaço social é usado de forma importante na obra de Lima Barreto. Osman Lins, na obra *Lima Barreto e o espaço romanesco*¹⁴, declara que “Essa hegemonia das paisagens sobre os interiores oficiais ou domésticos, não sistemática na ficção de Lima Barreto [...] é talvez o mais intenso e envolvente da nossa Literatura” (LINS, 1976, p. 123). O subúrbio que se apresenta como paisagem principal nos romances do autor torna-se tão importante quanto a trama dos diversos personagens que ali vivem vidas repletas de sofrimentos e lutas, esquecidos pelo poder público e que ganham a atenção do autor em algumas obras, como em *Clara dos Anjos*: “Por esse intrincado labirinto de ruas e bibocas é que vive uma grande parte da população da cidade, a cuja existência o governo fecha os olhos, embora lhe cobre atrozes impostos,

¹⁴ No livro *Lima Barreto e o Espaço Romanesco* (1976), Osman Lins oferece uma análise interpretativa detalhada da prática literária do autor, examinando sua obra, estilo, temas e influências, enquanto situa Lima Barreto dentro de seu contexto histórico e cultural.

empregados em obras inúteis e suntuárias”. (BARRETO, 1990, p. 84).

Nesse espaço, viviam homens e mulheres de todas as cores. O escritor se debruçou sobre os detalhes de vidas vividas em espaços pobres, com poucos recursos e sem políticas que pudessem oferecer algo melhor. Sobre esse aspecto, Keila Vieira, no artigo “O social em Lima Barreto”, salienta que “Ao enfatizar para a escrita uma função social, Lima Barreto revelou o Brasil dos marginalizados, dos abandonados pela república, dos esquecidos pela literatura da belle époque”. (VIEIRA, 2003, p. 50). Em um mergulho nas camadas mais profundas e complexas da realidade da qual também era parte, consegue fixar pelas palavras questões importantes da sociedade brasileira na qual viveu.

Em *A literatura e a vida social*, Antonio Candido (2006) deixa claro que a literatura também é um produto social e destaca a importância do leitor, que define como o espelho do autor:

Os elementos individuais adquirem significado social na medida em que as pessoas correspondem a necessidades coletivas; e estas, agindo, permitem por sua vez que os indivíduos possam exprimir-se, encontrando repercussão no grupo. As relações entre o artista e o grupo se pautam por esta circunstância e podem ser esquematizadas do seguinte modo: em primeiro lugar, há necessidade de um agente individual que tome a si a tarefa de criar ou apresentar a obra; em segundo lugar, ele é ou não reconhecido como criador ou intérprete pela sociedade, e o destino da obra está ligado a esta circunstância; em terceiro lugar, ele utiliza a obra, assim marcada pela sociedade, como veículo das suas aspirações individuais mais profundas. (CANDIDO, 2006, p. 29)

A reflexão de Candido ressalta a intrínseca relação entre os elementos individuais e o contexto social em que se inserem. Quando relacionamos isso com a obra de Lima

Barreto, podemos observar que o autor abordou diversas vezes a relação entre o indivíduo e a sociedade em suas obras. Em romances como *Triste Fim de Policarpo Quaresma* e *Clara dos Anjos*, Barreto expõe as lutas e desafios enfrentados pelos personagens em um contexto social complexo e muitas vezes opressivo. Em *Clara dos Anjos*, romance de nosso interesse aqui, por exemplo, Lima aborda questões de preconceito racial e as dificuldades enfrentadas pela protagonista Clara em uma sociedade marcada pela discriminação. A personagem busca expressar as aspirações individuais, mas encontra barreiras impostas pelo ambiente social em que vive: “Você não vê que, se ele se quisesse casar, não escolheria Clara, **uma mulatinha pobre**, filha de um simples carteiro?” (BARRETO, 2017, p. 56. Grifo nosso). Com essa cisão, *Clara dos Anjos*, que representa a vítima daqueles anos de ausência do estado, está envolta por uma cultura de obediência e dependência, e sonha com uma participação mais efetiva na sociedade em que habitavam os brancos e bem nascidos, essa participação faz parte do imaginário de Clara como possível através do casamento, portanto, podemos perceber que Lima Barreto estava sensível à dinâmica entre o indivíduo e a sociedade e a como a aceitação ou rejeição social de um artista ou de sua obra poderia ter um impacto significativo no destino e na relevância da criação.

Isto posto, evidencia-se que a pobreza está diretamente ligada à exclusão social em todos os tempos, pois a exclusão ocasiona a desigualdade social, que tem um impacto significativo na preservação da dignidade das pessoas. Quando se perde o poder de se sustentar, afetam-se não apenas as condições materiais (marcadas pelos diferentes espaços aos quais são relegados os excluídos), mas também a autoestima, o respeito e a participação plena na sociedade: “deram-me uma caneca de mate e, logo

em seguida, ainda dia claro, atiraram-me sobre um colchão de capim com uma manta pobre, muito conhecida de toda a nossa pobreza e miséria”. (BARRETO, 1956, p. 33).

Nesse sentido, Lima Barreto, ao criar personagens, transfere um tanto de suas agruras internas à vida das pessoas que moram nos subúrbios do Rio de Janeiro e que são retratadas em sua obra, dada a inclinação a uma escrita de si. Desse modo, dá vida literária e representatividade àquelas que buscaram a sobrevivência atravessando infortúnios com faltas de todos os tipos, atreladas ou não à omissão do Estado. Assim, se faz necessário ressaltar que o subúrbio do Rio de Janeiro, principalmente na época em que ali viveu Lima Barreto, era um espaço que se desviava das normas em relação às expectativas do centro da cidade e pode ser considerado, de certa forma, um lugar heterotópico conforme a nomenclatura de Foucault anteriormente referida quanto tratamos da questão do hospício.¹⁵

Sob esse aspecto, Lima Barreto explorou um espaço que, embora fisicamente ligado à metrópole, apresentava uma dinâmica social e cultural própria, repleta de desafios. Carolina Maria de Jesus, em seu diário *Quarto de Despejo* (1961), reforça a interpretação do subúrbio e da favela enquanto heterotopias quando salienta que a favela

¹⁵ Exemplos clássicos dados por Foucault em “Outros Espaços” (1967) incluem cemitérios, jardins, prisões, hospitais e museus. Nesse sentido, as periferias podem ser consideradas espaços heterotópicos porque justapõem diferentes usos e significados, abrigando áreas residenciais, comerciais, industriais e de lazer em proximidade. Elas refletem marginalização e resistência social, mudam de função ao longo do tempo, estão ligadas a processos históricos de urbanização, e podem ser tanto acessíveis quanto isoladas. As periferias expõem e questionam as desigualdades urbanas, servindo como espelhos que revelam as tensões entre centro e margem, riqueza e pobreza, inclusão e exclusão.

onde morava seria como o quarto de despejo de uma grande casa de ricos:

Em 1948, quando começaram a demolir as casas térreas para construir os edifícios, nós, os pobres que residíamos nas habitações coletivas, fomos despejados e ficamos residindo debaixo das pontes. É por isso que eu denomino que a favela é o quarto de despejo de uma cidade. Nós, os pobres, somos os trastes velhos. (JESUS, 1961, p. 17).

Eu classifico São Paulo assim: O Palácio é a sala de visita. A Prefeitura é a sala de jantar e a cidade é o jardim. E a favela é o quintal onde jogam os lixos. (Idem, p. 29-31).

Nesse sentido, além das heterotopias de desvio, vejamos como Foucault nos descreve outras realidades heterotópicas importantes:

Há ainda outras heterotopias que, ainda que à primeira vista pareçam ser aberturas, servem de forma velada a curiosas exclusões. Todos podem entrar nestes sítios heterotópicos, mas essa é apenas uma ilusão: pensamos que entrámos ali onde somos, simplesmente pelo facto de ali termos entrado, excluídos. Estou pensando naqueles quartos que existiam nos casarões do Brasil, e um pouco por toda a América do Sul: a entrada para esses quartos de dormir não era a entrada para a casa em si, a entrada da família; qualquer viajante que por ali passasse poderia abrir a porta e ocupar uma cama e dormir uma noite. Mas esses quartos estavam construídos de uma tal forma que esse indivíduo passageiro nunca tinha acesso livre às partes da casa da família; o visitante era, portanto, um verdadeiro convidado transitório, não era convidado sequer. (FOUCAULT, 1967, p. 6-7).

Aqui, podemos fazer um paralelo do quarto destinado aos viajantes com o quarto de despejo citado por Carolina Maria de Jesus como o espaço destinado ao pobre. O quarto de empregada e o subúrbio, conseqüentemente, são como as heterotopias acima descritas por Foucault, em que todos podem entrar, todavia, aqueles que participam desse espaço estão excluídos de outros, mais abastados. A diferença do quarto do

viajante para o quarto da empregada e a favela/subúrbio é que, nos dois últimos, embora todos possam entrar, não é fácil que todos possam sair. Assim, quem está confinado a esses espaços, aparentemente livre, passa a viver ali permanentemente, de tal forma que não tem real acesso “livre às partes da casa da família”, ou, nas palavras de Carolina, ao Palácio, sala de jantar ou jardim, ficando confinados ao quarto de despejo (favela). Assim, essas pessoas são como os convidados transitórios da citação de Foucault, todavia, estando presos em confinamentos da própria cidade, distanciados dos “demais cômodos”.

Na perspectiva da literatura de Lima Barreto, observa-se, conforme apontou Schwarcz, a habilidade do autor em conectar a própria experiência de vida com a realidade social enfrentada pelos cidadãos pobres durante a primeira república. Contudo, a situação retratada por Barreto refere-se especificamente aos subúrbios do Rio de Janeiro, com as peculiaridades. A pobreza, um tema recorrente em suas obras, caracteriza os personagens de forma marcante. Em *Clara dos Anjos*, por exemplo, as desventuras e tristezas de Clara são destacadas quando ela descobre que foi abandonada por seu grande amor, refletindo as dificuldades enfrentadas pelas moças marginalizadas: “Por que a escolhera? Porque era pobre e, além de pobre, mulata. Seu desgraçado padrinho tinha razão... Fora Cassi quem o matara” (BARRETO, 1990, p. 147). Clara dos Anjos era uma mocinha inocente, perdida de amores e que se entrega à paixão e à vontade de pertencer a um mundo que “não é seu”.

Ao criar essa personagem, Lima eleva a crítica à sociedade que trata a mulher de forma subalternizada, trazida em um patamar de obediência aos homens e ainda mais sendo negra, pobre e periférica. Se a personagem Clara pode ser lida como parte

de uma crítica social à sociedade carioca, é também uma das poucas mulheres de quem o autor toma as dores, visto que os maiores personagens são homens, como Policarpo Quaresma, um D. Quixote.

Para Oakley, em *Lima Barreto e o destino da Literatura* (2011), o autor entendia que a literatura carecia de humanidade. Assim, pode-se dizer que na obra pré-modernista, retratar os problemas sociais da época era o que o motivava, uma vez que, mesmo com todas as dificuldades, escolheu mostrar como realmente era: “O sentimento barretiano é um desejo de comunicar uma ideia, ou ideias, à humanidade e pela humanidade, esta é a primeira necessidade fundamental sobre a qual se baseia o conceito de arte barretiana”. (OAKLEY, 2011, p. 5).

Para fazer crítica social, o escritor usa muitos tipos diferentes de personagens, desde burocratas até “almofadinhas”. Em verdade, no começo do século XX, o ser social estava em transformação, como destaca Nicolau Sevcenko em *Literatura como missão*:

A galeria de seus personagens é uma das mais vastas e variadas da literatura brasileira. Destacam-se nela, em particular, os tipos escusos e execrados – mas mesmo esses se perdem dentre uma legião de figuras representativas dos mais diversos meios. São burocratas, apaniguados, padrinhos, “influências”, grandes, médios e pequenos burgueses, arrivistas, charlatães, “almofadinhas”, “melindrosas”, aristocratas, militares, populares, gente dos subúrbios, operários, artesãos, caixeiros, subempregados, desempregados, violeiros, vadios, mendigos, mandriões, ébrios, capangas, cabos eleitorais, capoeira, prostitutas, policiais, intelectuais, jornalistas, bacharéis, ex-escravos, agregados, criados, políticos, sertanejos, moças casadeiras, moças, solteironas, recém-casados, mulheres arrimo de família, crianças, casais, loucos, tuberculosos, leprosos, criminosos, adúlteros, uxoricidas, agitadores, estrangeiros, usuários, mascates, grandes e pequenos comerciantes, atravessadores,

banqueiros, desportistas, artistas de teatro, cançonetistas, coristas e alcoviteiras. (SEVCENKO, 1999, p. 162).

Durante esse período, a crítica social de Lima Barreto desempenhou papel fundamental na exploração e reflexão sobre as questões sociais por ele vividas, pelo que a obra se tornou importante para diferentes épocas e lugares. Lima Barreto ofereceu uma perspectiva profunda sobre as nuances e complexidades dos problemas sociais enfrentados por ele e por muitos moradores do subúrbio do Rio de Janeiro.¹⁶

Ainda nas palavras de Sevcenko, Lima Barreto compartilha um desejo notável de retratar, nas obras literárias, uma representação densa e concentrada do seu mundo contemporâneo (1999, p. 161). Essa representação é enriquecida pela inclusão de ampla gama de observações e anotações, abrangendo diversos aspectos e camadas da realidade percebida pelo autor, que parece estar determinado a capturar e compreender à época, aproveitando ao máximo os vários níveis de conhecimento disponíveis.

¹⁶ Antonio Arnoni Prado, na obra *Lima Barreto: o crítico e a crise* (1989), explora a noção de entrelaçamento entre as pressões individuais, posicionamento ideológico e a produção literária de Lima Barreto, realizando uma análise unificada do texto e da personalidade do autor.

2 A REPRESENTAÇÃO DA MULHER NA NARRATIVA DE FICÇÃO NA VIRADA DO SÉCULO XIX PARA XX

Na virada do século XX, as mulheres enfrentavam diversas restrições legais, sobretudo nas classes mais baixas, em áreas como: propriedade, herança e direitos civis. O direito ao voto estava começando a ser pleiteado, bem como a participação política. Além disso, o acesso à educação era limitado (comum a poucas mulheres de classes mais abastadas) e as oportunidades de trabalho se davam no terreno da precariedade, sendo que, a depender da classe social, as mulheres eram frequentemente excluídas de muitas profissões, como medicina, direito, entre outras. É nesse contexto que se dá um movimento de busca de direitos elementares:

Não é primariamente nessa fonte que bebe o novo antifeminismo do início do século XX, mas alimenta-se antes das conquistas das mulheres, do esboço, ainda que tímido, de uma inversão de papéis pela “mulher emancipada” que reivindica a igualdade dos direitos civis e políticos, o acesso às profissões intelectuais e recusa, justamente, confinar-se à “vocação” materna (PERROT, 2017, p. 165).

Levando em consideração o contexto histórico, pode-se entender que a mulher estava de certa forma tentando sobreviver em um mundo estritamente masculino. As mulheres aos poucos manifestavam publicamente a percepção de que a vida materna e restrita ao lar já não era ideal, também a visão da família nuclear idealizada na qual o pai era o provedor e a mãe desempenhava o papel de cuidadora e educadora das crianças passava aos poucos a ser questionada. Todavia, os questionamentos que surgiam ainda não eram suficientes para que os desvios desse padrão fossem aceitos pela sociedade.

Ainda, o período foi marcado pelo surgimento de movimentos sufragistas, que

lutavam pelo direito das mulheres ao voto e por igualdade de direitos civis. As sufragistas eram ativistas que buscavam mudanças nas leis e nas atitudes em relação às mulheres, e muitas delas enfrentaram resistência, discriminação e até mesmo perseguição por atividades políticas.

O sufrágio universal acentuou a tendência à separação dos sexos, na medida em que a educação política do povo pelo direito de voto dirigiu-se por muito tempo ao homem, e apenas a ele, a exclusão das mulheres da política parecia tão natural que não representava um problema, e que nossos manuais escolares citaram tranquilamente o “sufrágio universal” implantado em 1848, sem preocupar-se com o fato de que ele era apenas masculino. (PERROT, 2005, p. 220, 328).

Dessa forma, a luta pelos direitos das mulheres se arraigava principalmente em países como França e Estados Unidos. A diferença entre cidadania social e cidadania política se aprofundava cada vez mais, criando um abismo político entre os sexos. O advento do chamado “sufrágio universal” em 1848, que na verdade estendeu o direito de voto apenas aos homens franceses adultos, independentemente de renda, propriedade ou status social, intensificou o sentimento de rejeição e exclusão política entre as mulheres. Anteriormente, o voto era restrito a homens com posses, renda mínima e status social privilegiado, o que já configurava uma exclusão significativa da população em geral. A partir dessa mudança, a disparidade entre os gêneros se tornou ainda mais evidente, impulsionando o movimento pelo sufrágio feminino na luta por igualdade de direitos políticos. Se a conquista do voto feminino era uma luta das mulheres europeias, no Brasil, tampouco era diferente, a história do voto feminino em nosso país é marcada por um longo processo de exclusão e luta.

De acordo com Ane Ferrari Ramos Cajado e Thiago Dornelles Cardoso, em

publicação feita pelo Tribunal Superior Eleitoral, intitulado *Mulheres no Brasil: voto feminino* (2011), desde as primeiras eleições no Brasil, em 1532, as mulheres foram excluídas do processo eleitoral. Após a independência, em 1822, a legislação eleitoral passou por várias mudanças, mas a exclusão feminina permaneceu. As mulheres eram limitadas a papéis domésticos e não tinham acesso a atividades políticas: “Em decorrência da definição rígida dos papéis, às mulheres não era permitido estudar, trabalhar, tampouco exercer atividades políticas, que eram de exclusiva responsabilidade dos chefes de família” (CAJADO, CARDOSO, 2011, p. 3).

No final do século XIX, começaram as primeiras contestações sobre a exclusão das mulheres do processo eleitoral. Em 1890, Josefina Álvares de Azevedo¹⁷ escreveu sobre o voto feminino e a Dra. Isabel de Matto Dillon¹⁸ requereu a qualificação como eleitora “A Dra. Isabel de Matto Dillon, invocando o direito de alistamento dos bacharéis,

¹⁷ “Josefina Álvares de Azevedo nasceu em 1851, na Paraíba, e foi uma importante jornalista e escritora ligada às lutas que surgiam na época para a conquista do voto feminino. Assim como outras mulheres na época, utilizava seu trabalho literário para circular suas ideias e formar uma opinião pública a favor ao voto e a emancipação femininos. Mudou-se para São Paulo em 1877, onde fundou o jornal “A Família” em 1888, [...] o jornal tinha o propósito de divulgar ideias de ampliação do acesso das mulheres à educação e incentivar a participação política e social feminina. Também atuou como autora teatral, tendo escrito a comédia “O Voto Feminino”, que estreou em 1890 no Rio de Janeiro. A peça satirizada às constantes recusas de alistamento eleitoral feminino, sendo uma importante obra do sufragismo brasileiro. Faleceu na cidade do Rio de Janeiro em 1913, não tendo visto, portanto, a conquista do sufrágio feminino no Brasil, que só ocorreria em 1930. Disponível em: <https://bit.ly/3Ri7qPq> acesso em: 04 mar. 2024.

¹⁸ A sufragista Izabel de Souza Matos, também conhecida como Izabel de Mattos Dillon (1861 – 1920), nasceu na Bahia em 20 de janeiro de 1861. Ela se formou em Cirurgia Dentária e Prótese pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Como cirurgiã dentista, exerceu sua profissão na cidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul, onde também participou ativamente de atividades abolicionistas. Em 1886, enquanto ainda residia no Rio Grande do Sul, Izabel reivindicou na Justiça o direito de ser registrada como eleitora, conforme garantia a Lei Saraiva a todos os brasileiros com título científico. Disponível em: <https://bit.ly/4aTtHKD> acesso em: mar. 2024.

requereu sua qualificação como eleitora” (Idem, p. 4). Assim, vemos que algumas camadas da sociedade se uniram na luta pelo direito ao voto feminino.

Em 1927, Celina Guimarães Viana foi a primeira mulher a se alistar como eleitora no Rio Grande do Norte. Em 1932, finalmente, o direito ao voto feminino foi assegurado. “Dessa forma, a conquista do voto feminino, em 1932, foi resultado da atuação de feministas, setores do clero católico, intelectuais e políticos” (Idem, p. 5).

Del Priore, na obra *História das mulheres no Brasil* (2004), aborda essa questão da sociedade no século XIX e salienta que as mulheres enfrentaram desafios significativos em uma sociedade profundamente patriarcal. Naquela época, o Brasil era predominantemente rural, com um sistema escravocrata e uma forte influência da aristocracia portuguesa.

A vida urbana no início do século XIX praticamente inexistia no Brasil, então um enorme país rural. O estilo de vida da elite dominante na sociedade brasileira era marcado por influências do imaginário da aristocracia portuguesa, do cotidiano de fazendeiros plebeus e das diferenças e interações sociais definidas pelo sistema escravista. (DEL PRIORE, 2004, p. 257).

As normas sociais e as expectativas de comportamento eram rigorosas, com ênfase na modéstia e na obediência às convenções sociais. Qualquer desvio dessas normas era socialmente reprovado e frequentemente punido. A estrutura familiar era patriarcal, com o pai como figura dominante. Após o casamento, o marido detinha o poder sobre a esposa, filhos, agregados e escravos, todos vivendo sob a autoridade do patriarca. Essas condições refletem a complexidade das relações de gênero e de classe na sociedade do século XIX no Brasil, marcada por desigualdades e expectativas

rigorosas para as mulheres, em um contexto histórico específico.

No marco temporal de Lima Barreto, a cidade do Rio de Janeiro passa por uma modernização: em virtude da chegada da república, novas perspectivas surgem. De acordo com Sevcenko em *A revolta da vacina: mentes insanas em corpos rebeldes* (2018), no início do século XX, o Rio de Janeiro passou por significativas mudanças sociais e políticas impulsionadas pela “Reforma Pereira Passos”, então prefeito do Rio de Janeiro¹⁹ e pelas políticas de saneamento do médico Oswaldo Cruz. Portanto, a pobreza tornou-se um problema significativo, resultando na expulsão de muitas pessoas do centro da cidade. Comportamentos e atitudes considerados inadequados eram combatidos pela cidade, que se consolidava sob uma perspectiva burguesa:

Desse modo, toda sorte de expressões de relações sociais locais que não fossem consideradas civilizadas eram combatidas pela imprensa e proibidas por lei. As reuniões tradicionais, ou festas de grupos ou comunidades, e até mesmo a serenata ou boêmia

¹⁹ No final de 1902, Francisco Pereira Passos, foi convidado pelo presidente Rodrigues Alves (1902-1906), recém-empossado, para assumir a prefeitura do Rio de Janeiro com a missão explícita de “consertar os defeitos da capital que afetam e perturbam todo o desenvolvimento nacional”, como consta da mensagem presidencial enviada ao Congresso Nacional em maio de 1903. A escolha do nome de Pereira Passos para essa ambiciosa missão decorreu de um conjunto de qualidades que lhe eram próprias. Em termos pessoais, sua experiência de trabalho na esfera pública e na área privada juntou-se à atividade empresarial, o que lhe possibilitou montar uma rede de relações onde frequentemente se cruzavam interesses públicos e privados. Pereira Passos também fez parte da geração de engenheiros que, principalmente a partir da segunda metade do século XIX, foi investida da missão de construir uma cidade “moderna” a partir de um saber considerado “técnico”. Por isso mesmo, do ponto de vista político, se encaixava no tipo de prefeito que seguiria sem pestanejar a orientação do governo Rodrigues Alves, cuja meta era “reorganizar” a política do Distrito Federal, pondo fim à “politicagem” denunciada por parte da imprensa carioca. Como resultado da aprovação pelo Congresso da Lei nº 939, de dezembro de 1902, que adiava por seis meses as eleições para o Conselho Municipal, Pereira Passos assumiu a prefeitura com amplos poderes para “consertar os defeitos da capital”, inclusive para demitir ou suspender a aposentadoria de funcionários. (*Atlas Histórico do Brasil*, FGV CPDOC, 2023)

sofreram restrições. Na mesma direção, cultos populares e religiosos foram proibidos. A pobreza tornou-se um problema para a capital e não era mais tolerada no centro da cidade; campanhas da imprensa procuraram eliminar pessoas ou grupos marginais do centro da área urbana. (D'INCAO, 2004, p. 234-235).

O processo de mudanças sociais, econômicas e culturais afetava consideravelmente a vida carioca. A reforma urbana, inspirada em modelos europeus, transformou a cidade com a construção de largas avenidas, praças e edifícios públicos modernos, além da demolição de cortiços e bairros insalubres. Essa reconfiguração urbana visava não apenas a modernização, mas também controlar e dispersar a população pobre, resultando em um aumento das favelas nas encostas dos morros. Politicamente, isso refletia os esforços do governo para projetar uma imagem de progresso e civilização, visando atrair investimentos estrangeiros e consolidar o Rio de Janeiro como a capital política e cultural do Brasil. As intervenções urbanísticas e sanitárias geraram resistências e conflitos, especialmente entre os moradores desalojados e as autoridades, evidenciando as tensões sociais da época.

A vida das mulheres também foi atingida, embora os casamentos feitos pela conveniência da ascensão social fossem a regra entre famílias ricas e burguesas, nesse momento, no viés contrário aos movimentos de emancipação feminina, o comportamento da mulher como esposa modelo ganhou mais peso e atenção devido à maior evidência da classe burguesa na sociedade. Não demorou para que o padrão da classe dominante passasse a ser influente em outras classes.

Segundo Mary Del Priore: “Cada vez mais é reforçada a ideia de que ser mulher é ser quase integralmente mãe dedicada e atenciosa, um ideal que só pode ser plenamente

atingido dentro da esfera da família 'burguesa e higienizada'". (DEL PRIORE, 2004, p. 263). A posição social do homem estava, de certa forma, também atrelada ao comportamento exemplar da esposa que, embora vivesse sob a autoridade familiar do marido, solidificava a posição social deste na sociedade patriarcal por meio da imagem que imprimia para seu grupo de convívio.

2.1 A POSIÇÃO DA MULHER NA VIRADA DO SÉCULO XIX PARA XX

Assim como na Europa do século XIX, a mulher no Brasil dos anos de 1800 era majoritariamente educada para os afazeres domésticos, que incluía a procriação, cuidar dos filhos e da casa, além de viver afastada da vida social, já ao homem cabia a responsabilidade de prover financeiramente a família. Ainda, a igreja tinha uma grande influência naquela sociedade, tudo o que saía daquele mundo no qual as mulheres eram confinadas era considerado desprezível.

Segundo Karolina Dias da Cunha (2015), na publicação "As mulheres brasileiras no século XIX", a educação de meninos e meninas era diferenciada, ou seja, para meninas, foi apenas em 1827 que se admitiu a escola elementar, porém, a base da educação continuava sendo orientada para o lar. Ademais, a educação formal só era possível para pessoas com boas condições financeiras. Desse modo, as mulheres mais abastadas aprendiam a leitura, a escrita e ainda algumas noções de matemática, línguas, piano e as aulas aconteciam nas próprias casas ou em entidades religiosas.

A busca pela realização de sonhos, desejos e vontades, como estudar e ter uma carreira, eram, para a maioria, utopias. Aquelas mais abastadas podiam frequentar os espaços públicos, porém deveriam fazê-lo de forma educada, enquanto que as pobres

eram obrigadas a seguir um outro caminho:

As moças brancas, mas pobres 'sem dotes e sem casamento, abandonavam os sobrenomes de família para viver em concubinatos discretos, usando apenas os primeiros nomes'. Assim, concubinas, mães solteiras ou filhas ilegítimas viviam em sua maioria no anonimato. A vida familiar destinava-se, especialmente, às mulheres das camadas mais elevadas da sociedade, para as quais se fomentavam as aspirações ao casamento e filhos, cabendo-lhes desempenhar um papel tradicional e restrito. Quanto àquelas dos segmentos mais baixos, mestiças, negras e mesmo brancas, viviam menos protegidas e sujeitas à exploração sexual. Suas relações tendiam a se desenvolver dentro de um outro padrão de moralidade que, relacionado principalmente às dificuldades econômicas e de raça, contrapunha-se ao ideal de castidade. Esse comportamento, no entanto, não chegava a transformar a maneira pela qual a cultura dominante encarava a questão da virgindade, nem a posição privilegiada do sexo oposto. (DEL PRIORE, 2004, p. 429)

No século XIX, as mulheres eram mais educadas do que instruídas, pois o que contava era mais a função social do que os próprios desejos, a mulher devia ser doce, amável e submissa aos pais e, depois de casada, também ao marido.

No século XIX, recuperou-se uma imagem mais nítida das mulheres através de diários, fotos, cartas, testamentos, relatórios médicos e policiais, jornais e pinturas. No século XX, elas ganham visibilidade por meio de livros e manifestos de sua própria autoria, da mídia cada vez mais presente, dos sindicatos e dos movimentos sociais dos quais participam, das revistas que lhes são diretamente dirigidas, dos números com que são recenseadas. Enfim, toda sorte de documentos que o historiador utiliza para desvendar o passado foram largamente consultados para jogar o máximo de luz sobre histórias tão ricas e tão diversas (DEL PRIORE, 2004, p.7-8)

Nota-se que as mulheres viviam uma situação de subalternidade em relação ao homem. Na metade do século XIX, essa condição parece ser comum tanto no Brasil como na Europa, com impedimentos importantes para que pudessem lutar por seus direitos. Essa situação era ainda pior para as mulheres pobres, pois, para estas, as tarefas domésticas bem como o trabalho na roça e cuidar dos irmãos mais novos eram a grande prioridade. Assim, sem condições de ter uma escolarização, eram fadadas a viver como a sociedade impunha. As mulheres negras tinham um destino semelhante àquele das brancas pobres, porém com o agravamento da questão racial e da vivência da escravidão, as escravizadas, em seu dia a dia, enfrentavam a luta pela sobrevivência e episódios de violência, de modo que, muitas vezes apoiavam-se na resistência e na fuga. Del Priore traça um panorama na vida das mulheres, com divisões claras onde a classe social e a etnia serviam como critérios para a discriminação, assim aponta um problema multifacetado que afeta diversas áreas da vida.²⁰ Ainda pode-se observar no trecho citado por Del Priore a situação de submissão em que viviam as mulheres. Em uma sociedade conservadora, com regras rígidas a serem seguidas, elas eram tratadas quase como objetos.²¹ Ceifadas em seus direitos, as mulheres viviam em constante pedestal de

²⁰ Mulheres de classes sociais mais baixas frequentemente têm menos acesso a educação de qualidade, oportunidades econômicas e serviços de saúde, perpetuando um ciclo de pobreza. Já as mulheres de minorias étnicas enfrentam racismo, estereótipos negativos e barreiras adicionais no mercado de trabalho e sistema de justiça. A interseccionalidade dessas discriminações cria desafios únicos e complexos para essas mulheres

²¹ Essa crítica também é abordada por Gustave Flaubert em sua literatura, onde ele retrata e questiona os problemas que há muito afligiam as mulheres. Pela perspectiva do autor francês, nota-se que não era apenas no Brasil que as vidas femininas pareciam fadadas a um futuro fracassado, a não ser que, aos

julgamentos, sabiam que era preciso acompanhar as normas morais. Se para as moças abastadas a sociedade era rigorosa, para aquelas moradoras das regiões suburbanas, era ainda pior.

No Brasil do século XIX, predominava a economia cafeeira sustentada pelo trabalho escravo. A elite buscava inspiração no modelo de vida europeu, por isso, os abastados eram a minoria branca rica, entre os pobres estavam os mestiços, alguns imigrantes e, certamente, os escravizados.

Um tanto de homens e mulheres livres, porém pobres, vivia em pequenas propriedades plantando para sobreviver. Os intelectuais, a cultura e os líderes da economia se concentravam em grandes centros como Salvador ou Rio de Janeiro, então capital do país.

Apesar do desejo de transformar a metrópole em uma versão semelhante a Paris, a falta de educação persistia devido à ausência de instituições adequadas e de espaço suficiente para atender a todos. Somente no final do século XIX ocorreu uma melhoria significativa nesse âmbito.²² A lenta apropriação dos espaços sempre negados às mulheres veio junto com o desejo de afirmação, mais propriamente nas duas últimas décadas dos anos de 1800, nesse momento histórico, a abertura das escolas, mesmo

olhos dos conservadores, se casassem e se tornassem uma esposa exemplar. Qualquer coisa fora disso era considerada transgressão das regras sociais e religiosas, pelo que eram brutalmente julgadas pelos dogmas sociais.

²² Nesse contexto de mudanças, foi apenas nas últimas décadas do século XIX na Europa que as mulheres começaram a participar ativamente de manifestações e protestos, lutando pelo fim da subordinação a que foram submetidas por séculos. Tal movimento começa a chegar aos poucos às metrópoles brasileiras.

que com restrições, foi muito importante para fomentar as discussões sobre a emancipação feminina, embora a apropriação dos espaços públicos não tenha sido tarefa fácil naquela virada de século XIX para século XX, Del Priore enfatiza que:

Sua circulação pelos espaços públicos só deveria se fazer em situações especiais, notadamente ligadas às atividades da Igreja que, com suas missas, novenas e procissões, representava uma das poucas formas de lazer para essas jovens. (DEL PRIORE, 2004, p. 519)

Por sua vez, o casamento era uma instituição que podia ser negociada pelos pais. Os acordos eram feitos com vantagens para a família da mulher e do homem, nessa sociedade. No Brasil, os casamentos entre famílias ricas e burguesas garantiam ascensão social e manutenção do patrimônio familiar, com as mulheres desempenhando papéis fundamentais nos salões públicos e na vida privada como esposas e mães exemplares. Elas contribuía para a mobilidade social familiar e integravam um capital simbólico importante, sendo essenciais para o prestígio social masculino, o que exigia rigor na conduta e manutenção das aparências.

A boa reputação financeira e a proteção familiar eram valorizadas e as mães passaram a cuidar diretamente dos filhos, em vez de deixá-los sob a influência de amas e meninos de rua. Ainda, para que esse projeto de esposa dedicada e exemplar fosse fortalecido, muitos esforços com iniciativas educativas, médicas e até da imprensa eram feitos para que as mulheres tivessem seu tempo ocupado com afazeres domésticos, cuidado com os filhos, servidão aos maridos entre outras atividades que pudessem contribuir para a formação de uma família comportada perante a sociedade, diferentemente do homem, a quem era permitido vários tipos comportamentos, inclusive

relações extraconjugais.

Na segunda metade do século XIX ainda perdurava o mito do amor romântico e ainda a virgindade tinha uma importância fundamental nas alianças políticas. Nesse sentido, inclusive as próprias mulheres exerciam um condicionamento de autovigilância, sendo na maioria fiéis aos códigos religiosos e morais que ditavam as regras de como se comportar dessa forma, caso alguma mulher incorria em algum “pecado”, eram por si próprias consumidas pela culpa e arrependimento. (ANDRADE, 2013).

Durante o século XIX, o número de processos de separação aumentou significativamente, especialmente nas primeiras décadas, impulsionado por revoltas femininas contra a reclusão e a correção física pelos maridos, apesar da resistência da Igreja Católica e de juristas conservadores, que viam o divórcio como uma ameaça à paz familiar, os debates sobre o tema foram intensos em diversos setores da sociedade, incluindo parlamentos, tribunais, jornais e livros (FERREIRA, 2008, p. 89). Ademais, surgiram separações por mútuo consentimento, apesar de não estarem previstos inicialmente nas leis, e eram considerados mais simples e baratos do que os litigiosos.²³

²³ Virgínia Woolf em sua obra *Um teto todo seu* (1929) analisa como as mulheres foram historicamente utilizadas como “espelhos” que aumentam a autoestima dos homens ao refletirem uma imagem ampliada deles. Ela explica que “a visão no espelho é de suprema importância, pois insufla vitalidade, estimula o sistema nervoso” (WOOLF, 1929, p. 46). Este papel submisso, que serve para inflar o ego masculino, impede que as mulheres desenvolvam sua própria identidade e autoconfiança. A resistência dos homens à emancipação das mulheres é um tema recorrente na obra de Woolf. Em *Um Teto Todo Seu*, discute como os homens se opõem à emancipação das mulheres não por uma crença genuína na sua inferioridade, mas pelo desejo de manter sua própria superioridade. Woolf observa que “nenhuma força no mundo pode arrancar-me minhas quinhentas libras. Comida, casa e roupas são minhas para sempre. Assim, cessam não apenas o esforço e o trabalho árduo, mas também o ódio e a amargura (WOOLF, 1929, p. 48), enfatiza a necessidade de reconhecer e valorizar as contribuições das mulheres em todos os campos e argumenta

A luta por igualdade de gênero em todas as esferas da sociedade não é monolítica e tem apresentado lacunas significativas, especialmente no que tange à inclusão de mulheres de cor e de outras camadas periféricas, como indígenas, deficientes, lésbicas e outras. Essa exclusão histórica tem sido uma crítica constante e fundamentada dentro do próprio movimento feminista, levando à necessidade de abordar a interseccionalidade. No Brasil do século XX, as mulheres ainda são vítimas de preconceito. Conforme Del Priore, (2004), a mulher tem reivindicado, além de uma série de transformações nas estruturas patriarcais e machistas, o seu lugar de fala, visto que, historicamente, a posição hierárquica oprimida não permitiu voz perante o todo.

2.2 A CONDIÇÃO DA MULHER NEGRA DA VIRADA DO SÉCULO XX

Quanto à mulher negra do referido período, é fato que enfrentou uma série de desafios devido à interseção de gênero, raça e classe social. A escravidão havia sido abolida no Brasil em 1888, mas a população negra, especialmente as mulheres, ainda enfrentava uma série de obstáculos sociais, econômicos e culturais. Nesse aspecto, muitas mulheres negras trabalhavam em empregos precários e mal remunerados, como

que as mulheres devem ser encorajadas e apoiadas a seguir carreiras nas artes, ciências e outros campos tradicionalmente dominados por homens. Virgínia nos lembra que a luta pela igualdade de gênero é complexa e multifacetada, envolvendo a quebra de estereótipos, a luta por oportunidades iguais e o reconhecimento das contribuições das mulheres.

empregadas domésticas, lavadeiras, cozinheiras, entre outros, em condições muitas vezes desumanas, conforme enfatiza Del Priore:

As mulheres negras, por sua vez, após a Abolição dos escravos, continuariam trabalhando nos setores os mais desqualificados recebendo salários baixíssimos e péssimo tratamento. Sabemos que sua condição social quase não se alterou, mesmo depois da Abolição e da formação do mercado de trabalho livre no Brasil. (DEL PRIORE, 2004, p. 678).

Elas enfrentavam discriminação racial e de gênero, sendo submetidas a jornadas de trabalho exaustivas, salários baixos, falta de direitos trabalhistas e abusos de empregadores, mostrando que a abolição por si só não foi suficiente para garantir a verdadeira emancipação e igualdade de oportunidades para as pessoas negras no Brasil.

A discriminação racial, social e de gênero constituía uma tripla barreira de acesso à educação formal, oportunidades de emprego e mesmo avanço profissional. Apesar desses desafios, muitas mulheres negras resistiram e lutaram por melhores condições de vida. Elas se envolveram em atividades políticas, movimentos sociais e culturais, buscando a igualdade de direitos e a valorização de da identidade e cultura afro-brasileira. A luta da mulher negra pelo seu espaço foi consideravelmente mais sofrida, os atos de desumanidades, barbárie com homens, mulheres e crianças eram comuns, a realidade da escravidão com aspectos de violência levaram a mulher negra a lutar por espaço, relatos mostram que “a mulher negra teve que lutar e enfrentar uma forte hierarquia com o firme propósito de definir seu espaço dentro da sociedade” (SILVA, 2010, p. 4), nessa luta as fugas eram frequentes e faziam parte desses protestos por liberdade e era um importante ato de resistência “A fuga era uma forma de realizar o

sonho de liberdade, era o desejo de livrar-se dos maus tratos do senhor e do trabalho compulsório.” (Idem, p. 4). Nesse sentido, já havia embates na justiça por parte de mulheres que queriam seus direitos. Todavia, mesmo após a abolição, as mulheres negras ainda encontravam inúmeros obstáculos para finalmente viver a liberdade.

Conforme Maria Odila Dias na obra *Resistir e sobreviver*, de 2020, as mulheres libertas enfrentavam diversos desafios em uma sociedade escravista, incluindo preconceitos e acusações de imoralidade. Elas eram frequentemente abordadas pelas autoridades como se fossem escravas fugidas e, em alguns casos, eram presas e obrigadas a comprovar judicialmente sua condição de libertas. Algumas também eram raptadas e reescravizadas, sendo revendidas como escravas.

No entanto, é importante destacar que as experiências das mulheres negras eram diversificadas, dependendo da posição social, localização geográfica e acesso a recursos e oportunidades. No século XX, as mulheres pretas têm a possibilidade de, depois de muita luta, discorrer sobre sua própria condição. Nesse contexto, o conceito de dororidade, apresentado pela escritora Vilma Piedade em seu livro *Dororidade*, publicado em 2019, revela que há experiências que foram e são características das vivências das mulheres pretas. Nas palavras da professora Vilma:

Dororidade carrega em seu significado a dor provocada em todas as mulheres pelo machismo. Contudo quando se trata de nós, mulheres pretas, tem um agravo nessa dor. A pele preta nos marca na escala inferior da sociedade. E a carne preta continua sendo a mais barata do mercado. É só verificar os dados... (PIEADADE, 2019, p. 13).

Destaca-se a complexidade das dinâmicas de opressão, enfatizando que,

enquanto as mulheres brancas podem sofrer com o sexismo, elas não enfrentam o racismo. Isso lhes concede um privilégio relativo que pode, conscientemente ou não, perpetuar relações de opressão sobre pessoas negras, conforme bell hooks,

(...) mulheres negras observaram o foco feminista branco na tirania masculina e na opressão das mulheres como se fosse uma revelação “nova” e acharam que esse foco tinha pouco impacto na sua vida. Para elas, o fato de as mulheres brancas de classe média e alta precisarem de uma teoria para “informa-las de que eram oprimidas” era apenas mais uma indicação de suas condições de vida privilegiadas. (hooks, 2015, p. 203).

Nesse sentido, podemos destacar um tipo de ajuda mútua entre elas, a solidariedade de umas com as outras por meio de um movimento de apoio e resistência, trabalhado na compaixão, empatia e compreensão mútua.²⁴ Mulheres negras frequentemente se unem para levantar as vozes contra as injustiças, o racismo e o sexismo, utilizando a força coletiva para impulsionar a mudança e desafiar as estruturas opressivas. Essa irmandade ativista torna-se uma força poderosa de resistência, permitindo que as mulheres negras reivindiquem seu espaço e lutem pelos direitos com determinação e coragem.

Quando olhamos para as representações literárias, vemos que a literatura pode

²⁴ Elas criam espaços seguros, permitindo que cada mulher compartilhe suas experiências, vozes e vulnerabilidades, cultivando assim um terreno fértil para o apoio emocional e a cura coletiva. Dentro desses espaços, a solidariedade floresce através de ouvidos atentos e palavras acolhedoras, ajudando a navegar pelos mares frequentemente tempestuosos de adversidade e desafio, dando assistência jurídica àquelas que necessitam e o ativismo também emerge como forte pilar de solidariedade.

tanto dar visibilidade às injustiças enfrentadas pelas mulheres negras bem como reproduzir estruturas sociais opressivas.²⁵ Analisar a representação da mulher na literatura do início do século XX permite entender como as narrativas literárias refletiram, perpetuaram ou desafiaram as normas e expectativas sociais sobre o papel da mulher. Naquele período, muitos autores retratavam as restrições impostas às mulheres, evidenciando as desigualdades de gênero. Essas obras documentam a opressão sistêmica e oferecem um panorama das condições sociais que limitavam a vida das mulheres, como a dependência econômica, a falta de direitos civis e a subordinação ao patriarcado.

2.3 A MULHER NEGRA NA NARRATIVA DE FICÇÃO NOS SÉCULOS XIX E XX

De acordo com artigo *A mulher negra na literatura brasileira: passado, presente e futuro*, de Edna Raquel Hogemann (2020), a presença da mulher negra na literatura é pequena (incrementando-se, na literatura brasileira, apenas a partir de meados do século XX). O modo como a mulher é figurada na literatura se deve aos moldes da educação que dava privilégios aos homens desde a colônia. Se a mulher branca era figurada muitas

²⁵ Ao retratar personagens complexas e reais, a literatura oferece uma janela para as experiências de opressão, resistência e resiliência enfrentadas por essas mulheres. Essas narrativas ajudam a humanizar suas lutas, contrabalançando os estereótipos desumanizadores perpetuados pela sociedade da época. Além disso, a literatura serve como um registro histórico, preservando as vozes e histórias que poderiam ser facilmente esquecidas ou silenciadas.

vezes de forma rasa e se, quando escritora, escrevia sob circunstâncias complicadas (muitas vezes escondidas atrás de pseudônimos), quando olhamos para as mulheres negras, temos uma situação ainda pior:

A desigualdade de gênero e a discriminação social ataram as mãos e os pés das mulheres brancas por muitos anos a fio. Porém à mulher negra, lhe foi imputado o racismo, a punição, o silêncio, o analfabetismo, a discriminação, a falta de oportunidade e consequências que, mesmo em pleno século XXI, essas mulheres afrodescendentes sofrem com as mazelas herdadas de seus antecedentes (HOGEMANN, JUSTINO, CARVALHO, 2020, p. 116).

Essa citação revela, de maneira potente e expressiva, as profundas desigualdades que as mulheres negras têm historicamente enfrentado e que, infelizmente, ainda persistem. O cânone literário de 1800 e 1900 no Brasil era majoritariamente formado por homens, portanto, as vozes que ganhavam representação eram por eles escolhidas. Assim, ao olhar para a literatura da época, parece pertinente, hoje, indagar sobre a representação e função das mulheres negras ou pobres naquelas narrativas literárias: “A literatura durante muito tempo foi um espaço de exclusão e muitas vezes de negação para muitas mulheres negras e brancas, pois essas mulheres eram limitadas aos espaços domésticos ou religiosos.” (HOGEMANN, JUSTINO, CARVALHO, 2020, p. 111). Nesse contexto, a exclusão e a negação se manifestaram não apenas na ausência de mulheres como personagens centrais fora dos padrões da heroína romântica, mas também na falta de autoras reconhecidas, como Edna Hogeman et. al.

Dissertam,²⁶ A representação da mulher na literatura do final de 1800 e começo de 1900 era, na maior parte, definida pelos valores sociais e culturais daquelas décadas. Segundo Rosalia Andrade Calvalcanti em “Virginia Wolf e as mulheres”,

No final do século XIX e início do século XX, os lugares para os homens e mulheres nas sociedades ocidentais continuavam sendo determinados de forma binária: à mulher se relacionariam a maternidade, a natureza, o feminino, a passividade, ou seja, o espaço privado; ao homem se imbricariam a paternidade, a cultura, o masculino, a atividade, logo, o espaço público. Vale dizer: lugares estabelecidos e fixados pela cultura e endossados pela ciência. (CAVALCANTI, 2016. p. 37)

No entanto, também é importante destacar que, nesse período, surgiram algumas obras literárias que desafiavam as representações tradicionais de mulheres. Essas obras, escritas por mulheres, apresentavam personagens femininas complexas e independentes, que não se colavam aos padrões sociais, é exemplo disso *Jane Eyre* (1847), de Charlotte Brontë, autora que traz uma mulher à frente do seu tempo.

No Brasil, em obras de autores como Machado de Assis, José de Alencar e, posteriormente, Lima Barreto, as mulheres são frequentemente retratadas como vítimas de uma sociedade que as oprime. São mulheres que são forçadas a se casar com homens que não amam, vítimas de violência doméstica e discriminadas no mercado de

²⁶ A esse respeito, um nome redescoberto é o de Maria Firmina dos Reis, uma das precursoras da literatura brasileira. Mulher negra nascida em 1825: “Primeira romancista brasileira e uma das primeiras de língua portuguesa esteve fortemente engajada ao movimento abolicionista” (HOGEMAN, JUSTINO, CARVALHO, 2020, p. 112).

trabalho. Entretanto, no caso de Lima Barreto, ainda que pelo viés da mazela, a mulher negra ganha um retrato mais complexo.

Em casos mais específicos, como o da mulher negra representada por Aluísio de Azevedo, temos o estereótipo das solteiras ou adúlteras, estas aparecem na narrativa através da sensualidade e independência, como o caso de Rita Baiana: “Casar? Protestou a Rita. Nessa não cai a filha do meu pai! Casar? Livra! Para quê! Para arranjá cativoiro? Um marido é pior que o diabo; pensa logo que a gente é escrava!” (AZEVEDO, 2012. p.34). Apesar de ser caracterizada pela alegria e sensualidade, a personagem Rita Baiana também não escapa das garras do preconceito. Ela é apresentada de maneira estereotipada como uma mulata relegada a um contexto marginal, em condições socialmente desfavoráveis e propícias à promiscuidade,

Aluísio de Azevedo também retrata a mulher negra subordinada, como a personagem Bertoleza, que não fazia nada se não fosse a mando de seu amante João Romão, “E por tal forma foi o taverneiro ganhando confiança do espírito da mulher, que esta, afinal, nada mais resolvia só por si e aceitava dele, cegamente, todo e qualquer arbítrio” (AZEVEDO, 2012. p. 5). Bertoleza²⁷ é trabalhadora e submissa, vive em condições precárias e é explorada por aqueles ao seu redor, em particular por João

²⁷ Bertoleza, personagem de *O cortiço* de Aluísio de Azevedo, é uma personagem emblemática, relegada ao esquecimento em detrimento de outros personagens da obra, a mulher manipulada e enganada, uma vítima das engrenagens do racismo e do patriarcado. Sua tragédia é profundamente amplificada pelo seu status socioeconômico e racial, o que nos obriga a confrontar as estruturas profundamente enraizadas de opressão que, até hoje, pesam sobre as mulheres negras.

Romão, que a engana e explora a força de trabalho, representa as camadas mais baixas da sociedade e as dificuldades enfrentadas pelos afro-brasileiros na busca por dignidade.

A representação da mulher no final do século XIX também ganha outra estampa com a branquitude da *Escrava Isaura* (1875), de Bernardo Guimarães, um sucesso de uma protagonista belíssima que, embora seja uma escrava, está bem longe dos traços reais de uma mulher negra. Bernardo Guimarães trouxe uma escrava de pele clara, que estudou e toca piano, doce e compenetrada, completamente distante da mulher preta, esta caracterização de Isaura pode ser interpretada como uma estratégia para tornar a personagem mais palatável ou aceitável para os leitores contemporâneos da obra, que poderiam sentir empatia por ela devido à aparência mais próxima dos padrões europeus, Guimarães descreve com sutileza a escrava nesse trecho do livro:

Fugiu da fazenda do Sr. Leôncio Gomes da Fonseca, no município de Campos, província do Rio de Janeiro, uma escrava por nome Isaura, cujos sinais são os seguintes: Cor clara e tez delicada como de qualquer branca; olhos pretos e grandes; cabelos da mesma cor, compridos e ligeiramente ondedados; boca pequena, rosada e bem feita; dentes alvos e bem dispostos; nariz saliente e bem talhado; cintura delgada, talhe esbelto, e estatura regular; tem na face esquerda um pequeno sinal preto, e acima do seio direito um sinal de queimadura, mui semelhante a uma asa de borboleta. Traja-se com gosto e elegância, canta e toca piano com perfeição. Como teve excelente educação e tem uma boa figura, pode passar em qualquer parte por uma senhora livre e de boa sociedade. Fugiu em companhia de um português, por nome Miguel, que se diz seu pai. É natural que tenham mudado o nome. Quem a apreender, e levar ao dito seu senhor, além de se lhe satisfazerem todas as despesas, receberá a gratificação de 5:000\$000. (GUIMARÃES, 2021, p. 108).

Ao analisar o trecho da obra de Bernardo Guimarães, podemos notar que a

decisão de embranquecer Isaura impacta diretamente a representatividade da mulher negra na obra. Isso porque, ao invés de dar voz e espaço a uma protagonista negra, o romance perpetua a ideia de que características europeias são mais aceitáveis, palatáveis ou dignas de serem o centro da narrativa. Além disso, ele deixa claro no romance que “quanto mais negra, mais feia”. Isaura era a mais bela entre as escravizadas porque era de tez branca. Uma Isaura negra poderia ter oferecido uma representação mais poderosa e realista das lutas e resistências das mulheres negras escravizadas. Seria uma oportunidade de destacar suas experiências, resistências e a brutalidade do sistema escravocrata, contribuindo para uma narrativa mais rica e autêntica.

Não longe dali a representação do homem negro com *O mulato* (1881) de Aluísio de Azevedo, em que descreve Raimundo personagem filho de escrava e que herdara do pai branco os olhos azuis, não se afasta do aspecto racista perpetrado em Isaura: “Raimundo tinha vinte e seis anos e seria um tipo acabado de brasileiro se não foram os grandes olhos azuis, que puxara do pai”. (AZEVEDO, 2016, p. 22).

Domicio Proença Filho escreve em seu artigo “A trajetória do negro na literatura brasileira” que “À nobreza de caráter de Isaura e de Raimundo associa-se outra dimensão estereotipada: a do negro vítima, sobretudo quando escravo. Nessa óptica, ele se transfigura em objeto de idealização, pretexto para a exaltação da liberdade e defesa da causa abolicionista” (PROENÇA FILHO, 2004, p.33). Tanto Isaura como Raimundo, ainda que com características embranquecidas, sofrem de um racismo velado, pois são negros e naquela sociedade um negro deveria estar confinado a um lugar específico. É a inadequação de ambos a esse lugar que move as narrativas, todavia, essa inadequação só se justifica pelo fato de ambos terem características brancas que os enobrecem diante

dos demais negros das narrativas em questão.

Domicio Proença Filho ainda comenta que *As vítimas algozes* (1869), de Joaquim Manuel de Macedo, traz três narrativas verídicas configuradas pelo autor, que deixa claro a intenção a favor da abolição e explicita os motivos, conforme escreveu no prefácio da 1ª edição em 1869:²⁸

Queremos agora contar-vos em alguns romances histórias verdadeiras que todos vós já sabeis, sendo certo que em as já saberdes é que pode consistir único merecimento que por ventura tenha este trabalho; [...] Trabalhar no sentido de tornar bem manifesta e clara a torpeza da escravidão, **sua influência malvada, suas deformidades morais e congênicas, seus instintos ruins, seu horror, seus perigos, sua ação infernal, é também contribuir para condená-la e para fazer mais suave e simpática a ideia da emancipação que a aniquila** (MACEDO, 2010, p. 16. Grifo nosso).

Durante o período de escrita abolicionista, o autor apresenta em uma de suas narrativas a personagem Lucinda, a mucama. Inicialmente, Lucinda é descrita de forma positiva: “No fim de cinco anos, Lucinda, que era inteligente e habilidosa...” (p. 94). No decorrer da narrativa, porém, sua personalidade é retratada como traiçoeira, imoral, mentirosa, fingida e interesseira. Assim, Lucinda, pela condição de escrava, não poderia trazer nada de bom, por isso é representada como um ser amoral. A função da escrava, nesse caso, era apenas ser objeto de desejo, pois não se criam vínculos. Lucinda é,

²⁸ A primeira edição da obra, para esse estudo usaremos a edição de 2010.

essencialmente, uma criação de uma sociedade fundamentada na escravidão, que impõe uma dupla marginalização à mulher escrava. Segundo Proença Filho, frequentemente a narrativa a rotula como imoral por não aderir aos padrões de comportamento e moral estabelecidos pela sociedade não escravizada da época, que estava alinhada com as normas culturais europeias:

E ao pé de Cândida, impune, constante e inseparável dela volteava, como serpente, Lucinda, a mucama escrava, a fonte maldita, onde bebera a água da desmoralização desde seus anos de menina, a pobre donzela que incauta se adiantava por aqueles desvios, que podiam conduzi-la até o abismo da extrema degradação (MACEDO, 2010, p. 109).

É essencial observar que Joaquim Manuel de Macedo vivia em um contexto marcado por profundas contradições sociais, no qual a questão da escravidão estava intrinsicamente inserida. Embora a literatura reflita um desejo abolicionista, não está isenta de críticas pertinentes ao modo como fez a representação racial em seus textos, pois, apesar das intenções abolicionistas, acabou contribuindo para a perpetuação de estereótipos racistas que persistem vigorosamente na sociedade brasileira contemporânea. Se por um lado há um esforço visível para condenar a instituição da escravidão, por outro, esse esforço é obscurecido pela perpetuação de imagens e conceitos que reforçam as desigualdades raciais.

Assim, nota-se que na literatura brasileira, por um bom tempo, a representação da mulher negra frequentemente se alinhou a estereótipos preestabelecidos pautados na perspectiva de uma elite local branca. Um exemplo disso é o embranquecimento de Isaura, uma estratégia utilizada para tornar a figura negra mais atraente ao público da

época. Em outros casos, a mulher negra é retratada como a fonte de todos os males. No entanto, também existem representações que exploram outras facetas da mulher negra, oferecendo uma diversidade de personagens. Contudo, esses personagens exibem uma característica comum: geralmente são relegados a papéis secundários.

Quanto às obras de Lima Barreto, nelas, as mulheres são frequentemente retratadas como figuras sofredoras, vítimas de uma sociedade que as oprime, seja por meio da pobreza, da violência ou da discriminação.

Clara dos Anjos, por exemplo, vai de ingênua a corajosa conforme a vida a choca com a realidade da condição subalterna, “Mamãe! Mamãe! [...] Nós não somos nada nesta vida.” (BARRETO, 1990, p. 155). Assim, Clara, vista pelos olhos das personagens brancas da narrativa, é um exemplo de mulher cujo estereótipo ainda persiste na sociedade atual: sem perspectiva, vista apenas como um corpo. Todavia, Clara ganha complexidade ao manifestar o reconhecimento da própria condição.

Outra forma de representação da mulher na narrativa de Lima Barreto está em Olga, personagem de *Triste Fim de Policarpo Quaresma* (1915), que diferentemente da mocinha Clara, demonstra um poder sobre sua própria vida, principalmente porque é branca. Afilhada de Quaresma, ela vê o casamento apenas como uma formalidade para não ter que suportar a censura, embora esteja presente nesse comportamento um conformismo tradicional, a forma como encara e se aproveita do casamento já mostra uma diferença inegável em relação a outras personagens de Lima Barreto. Quando se contrapõe ao estereótipo de passividade do casamento e se nega a ser subordinada ao marido: “Você, no fundo, é uma revoltosa (...) Ela não deixava de ser” (BARRETO, 2007, p. 134), Olga se coloca no lugar da mulher que começa a reivindicar a autonomia,

negociando com o poder. As características emancipatórias de Olga indicam os diversos tipos femininos na obra de Lima Barreto.²⁹

Lima Barreto, através da escrita de si, revelou não apenas as próprias experiências e perspectivas, mas também deu voz a grupos marginalizados, como às mulheres negras. A literatura não apenas expõe a opressão sistêmica enfrentada por essas mulheres, mas também desafia as normas sociais que perpetuavam essas injustiças. Barreto frequentemente abordava a vida de mulheres relegadas a papéis subservientes e submetidas a um rígido controle moral. Ele destacava como a sociedade patriarcal e racista do Brasil da época negava às mulheres oportunidades de autonomia e reconhecimento.

Com uma crítica social multifacetada, abordando não apenas o racismo, mas também a discriminação de classe, Lima utilizava os personagens e narrativas para questionar e desafiar a hipocrisia moral e social. Ao fazer isso, não só expunha as

²⁹ Nas obras de Machado de Assis, as mulheres são frequentemente retratadas de forma complexa e contraditória. São mulheres que podem ser dominadoras, manipuladoras, fortes e decididas, personagens pouco comuns para a época em que vivia, como a amante Virgília, que transgride as convenções sociais, a apaixonada Flora, a fiel Fídelia, a vaidosa Sofia e a enigmática Capitu são algumas das mulheres representadas em suas narrativas. Machado parece ter sido uma exceção em seu tempo. Nesse sentido, o comum às narrativas oitocentistas era que mulher negra fosse retratada de forma estereotipada e marginalizada e sem voz; sempre como subalterna, ocupava papel secundário nas narrativas; apresentada geralmente como escrava subjugada e explorada pelo sistema escravocrata, trabalhando em situações precárias em que frequentemente era vítima de abusos físicos e sexuais, praticamente sem fala ou ação. Ainda, tinha-se uma representação também da mulher mulata, fruto da miscigenação, vista como símbolo da sensualidade e promiscuidade. Em geral, eram as empregadas domésticas, obrigadas a trabalhar nas casas das famílias brancas.

injustiças, mas também humanizava as personagens, oferecendo-lhes profundidade e complexidade que contrastavam com os estereótipos simplistas e degradantes comumente apresentados pela sociedade dominante. Através da escrita de si, Barreto revelava a própria vulnerabilidade e empatia, criando um vínculo com personagens. Sua obra serve como um testemunho poderoso das lutas e resistências, bem como uma crítica mordaz à estrutura social que perpetuava desigualdades.

Em *Clara dos Anjos*, o autor traz uma literatura recheada de mulheres com histórias ora em comum, ora muito diferentes umas das outras. As personagens femininas são retratadas com uma forte ligação aos casamentos e ao seu estado civil, enfrentando múltiplas adversidades e sofrimentos em um momento histórico em que o casamento desempenhava um papel central na estrutura social e cultural da sociedade. Sua importância era multifacetada, abrangendo aspectos econômicos, legais, religiosos e morais.

3 VOZES FEMININAS EM *CLARA DOS ANJOS*

Lima Barreto deixou uma marca indelével na literatura nacional através da prosa vigorosa e seu compromisso com a crítica social, vida e obra são intrinsecamente entrelaçadas, refletindo as lutas e contradições de uma sociedade em transição. Optar por explorar a obra de um escritor tão polêmico quanto Lima Barreto nos brinda com encontros significativos. Ao longo desta revisão, veremos como acadêmicos, críticos e pesquisadores têm investigado diversos aspectos da vida e da obra de Lima Barreto, desde as experiências pessoais até as reflexões sobre questões sociais, políticas e culturais com foco em *Clara dos Anjos*.

Os vários estudos sobre Lima Barreto, cada um em seu âmbito, compartilham de um ponto em comum que é a busca por compreender a intrínseca relação entre a vida pessoal de Lima Barreto e sua obra literária. Essa conexão é fundamental para desvendar a profundidade da crítica social, política e cultural, bem como para entender o contexto histórico em que ele viveu.

Estudos mais recentes inserem a obra de Lima Barreto em novos vieses, como o da virada pós-colonial, recuperando o autor como uma voz emblemática para a subalternidade. Esta abordagem destaca a relevância de Lima Barreto na discussão sobre as vozes marginalizadas e subalternas na sociedade brasileira, reafirmando sua importância como **denunciador** das estruturas sociais e políticas da época. Ao utilizar a ótica pós-colonial, os pesquisadores contemporâneos ampliam a compreensão da obra de Barreto, revelando as contribuições significativas para a análise das desigualdades e das dinâmicas de poder em contextos pós-coloniais. Antônio Márcio da Silva Lima no

artigo: “Barreto: uma releitura da obra do autor sob a ótica pós-colonial”, 2014, reexamina toda a obra de Lima Barreto à luz dos estudos pós-coloniais, destacando como o autor aborda os problemas do Brasil em na época. Em análise, Silva concentra-se em cinco temas fundamentais: linguagem, papel da mulher, nacionalismo, estratificação social e questões raciais, considerando-os como elementos essenciais para a discussão proposta nesta pesquisa e contribuindo para uma reinterpretação abrangente da obra de Barreto.

No que se refere ao livro *Clara dos Anjos*, objeto desta dissertação, encontramos uma fortuna crítica vasta e significativa. Desde a publicação, a obra tem sido objeto de estudo e análise por críticos literários e acadêmicos, que reconhecem a importância tanto do ponto de vista literário quanto social. Lima Barreto, com escrita perspicaz e crítica, oferece uma visão penetrante da sociedade brasileira da época, revelando contradições e injustiças.

Jorge Eduardo Magalhães de Mendonça no artigo “A exclusão racial e social no romance Clara dos Anjos e em quatro crônicas de Lima Barreto”, de 2022, retrata que Lima, através dos personagens Cassi Jones e Clara, pinta um retrato do racismo em uma sociedade onde os brancos se sentem superiores e ressalta que o autor, tanto em nos romances quanto nas crônicas, ofereceu um retrato sem igual da cidade na qual viveu toda vida, sem rodeios ou disfarces, expondo seus conceitos, preconceitos e desigualdades sociais.

Em “Clara dos Anjos e as cores de Lima”, 2017, Lilia Schwarcz explora o uso feito pelo escritor Lima Barreto das cores, entendidas como cores sociais, no conjunto da obra, em especial as ambivalências acionadas pelo próprio criador de personagens como *Clara dos Anjos* e Policarpo Quaresma.

Giovani Tridapalli Kurz em “A primeira Clara dos Anjos, incipit de um projeto”, 2021, fala sobre a organização da escrita da primeira Clara e apresenta um olhar genético sobre os diferentes textos de Lima chamados de *Clara dos Anjos*, onde contextualiza os fragmentos.

Ana Gabriela Ferreira da Silva na dissertação de mestrado *Representações do negro em Clara dos Anjos de Lima Barreto*, de 2015, faz uma análise das formas de representação do negro na referida obra a fim de reconhecer a contribuição do sujeito étnico para a literatura de Lima Barreto.

Já Eliane Vasconcellos em na conhecida obra *Entre a agulha e a caneta: a mulher na obra de Lima Barreto*, de 1999, realiza uma análise detalhada do papel das mulheres na obra de Lima Barreto, destacando representações, desafios e contribuições para a narrativa do autor.

Vera Regina Teixeira na obra *Clara dos Anjos de Lima Barreto: Biópsia de uma Sociedade*, de 1980, faz uma análise do romance que chama de “uma espécie de germinal negro” (Teixeira, 1980, p. 42) e conclui que ao expor o infortúnio de Clara dos Anjos o autor acaba por realizar uma biópsia da sociedade suburbana carioca.

Já Carlos Henrique Gileno em *Clara dos Anjos: uma reflexão sobre o status da mulata no Brasil do início do século XX*, 2001, faz um estudo sobre a exclusão social e o preconceito de cor nas obras de Lima Barreto e, especificamente, coloca o romance *Clara dos Anjos* no cerne da discussão sobre o status marginal da mulata no Brasil pós-abolicionista e republicano.

Acima foram citados alguns exemplos interessantes e relevantes para o presente estudo do romance *Clara dos Anjos* e que constituíram parte do material bibliográfico da

pesquisa. Antes de nos aprofundarmos nos aspectos específicos da presença das personagens mulheres dessa obra, façamos um breve passeio pela história do livro.

A primeira versão de *Clara dos Anjos* publicada se deu em forma de folhetim no jornal *Correio da Noite*, entre os anos de 1923 e 1924, entretanto, a primeira versão conhecida é de 1904, tratando-se de um romance inacabado presente nos diários que viriam a compor o livro póstumo *Diário Íntimo*. Lima Barreto, como aponta Amanda Silva do Nascimento (2018, p. 109) no artigo “Clara dos Anjos, de Lima Barreto: o conto e o romance”, era um autor que frequentemente iniciava a produção literária no formato de contos, expandindo-os posteriormente para novelas e romances. Assim, em 1920, *Clara dos Anjos* foi publicado como conto na coletânea *Histórias e Sonhos*, obtendo recepção positiva da crítica.

No ano seguinte, em 1921, uma resenha sobre o conto foi publicada na Revista Souza Cruz e, de acordo com Schwarz (2017, p. 405), “Lima era considerado ‘excepcional’, mas não se esqueciam de ‘antecedentes históricos’ e das condições que o deviam ‘deprimir’ e ‘exaltar’”.

O conto já antecipa a história de Clara, uma jovem humilde, mulata e que reside no subúrbio carioca. Clara, portanto, pertence a uma família de classe média-baixa, com educação e ambições medíocres, sempre superprotegida pelos pais e, por isso ingênua. A moça é seduzida por um cantor galanteador chamado Júlio Costa, diferente do que se passa no romance, em que tal sedutor se chama Cassi Jones. Todavia, ambos são brancos e com uma condição social e financeira melhor que a protagonista. O rapaz é descrito sempre como uma figura repugnante e, ainda assim, capaz de seduzir recorrentemente as jovens que encontra, como relata Giovani Tridapalli Kurz: “O desfecho

trágico e anunciado — a gravidez e o abandono à própria sorte — amarra-se com a mesma constatação de Clara diante da mãe. ” (KURZ, 2021, p. 107).³⁰

No romance, Clara, após se apaixonar e se entregar ao galanteador Cassi Jones, se vê grávida e desesperada. Busca refúgio em Dona Margarida, que assume um papel fundamental na história, pois, munida de força e determinação, acompanha Clara até a casa de Cassi Jones, o pai da criança, exigindo casamento e assumindo o controle da situação. Essa postura protetora e resolutiva reforça o aspecto frágil e dependente da figura de Clara no romance. Em contraste, o conto apresenta uma Clara mais autônoma e resiliente. Sem apoio, ela decide enfrentar a situação sozinha.

Essa trajetória do conto ao livro exemplifica a dinâmica criativa de Barreto, que explorava a potencialidade de histórias em diferentes formatos, aprofundando personagens, tramas e contextos sociais à medida que as obras se expandiam. A partir do conto inicial, o autor teceria um universo literário que mergulhou nas complexidades da vida urbana carioca, explorando temas como preconceito, marginalização e a luta por identidade em um contexto marcado pela desigualdade social e racial: “Poucos escritores terão, como Lima Barreto, tão exata visão das condições do meio brasileiro, aprendido pela argúcia mental, na complexidade de confusos antecedentes históricos em conexão

³⁰ KURZ, Giovani Tridapalli. A primeira *Clara dos Anjos*, incipit de um projeto. In. NEGREIROS, Carmem; OLIVEIRA, Fatima; GENS, Rosa. **Belle époque: debates críticos do IV fórum de estudantes Labelle**. Rio de Janeiro: 2021. P. 105

com fatores contemporâneos”. (SCHWARCZ, 2017, p. 405).

Clara dos Anjos é uma personagem que simboliza as mazelas vividas pelas mulheres negras no Brasil do início do século XX, pós-abolição, enfrentando não apenas as dificuldades impostas pela condição racial, mas também os desafios inerentes à condição de gênero em uma sociedade patriarcal. Ao longo das páginas do livro, somos confrontados com personagens complexos e situações que se tornou um retrato contundente da realidade de seu tempo, Mikhail Mikhailovich Bakhtin, filósofo e pensador russo vê a literatura e outros textos como produtos sociais que não podem ser entendidos isoladamente do contexto social e histórico em que foram produzidos. Ele acredita que a escrita reflete e contribui para o diálogo social contínuo. “A palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros. Se ela se apoia em mim numa extremidade, na outra apoia-se sobre o meu interlocutor” (BAKHTIN, 2010, p.289).

No livro, observa-se uma exploração contundente das dinâmicas de gênero, particularmente no que tange ao casamento e à subordinação das mulheres ao domínio simbólico masculino. A obra retrata as vidas de várias personagens mulheres, todas de alguma forma intrinsecamente conectadas à instituição do casamento, que serve como um vértice através do qual se revelam as complexidades de suas existências.

Clara dos Anjos, a protagonista, exemplifica essa ligação ao expressar seu desejo de casar-se, representando também uma aspiração por estabilidade e reconhecimento social. Esse desejo é emblemático do contexto sociocultural da época, onde o casamento era visto como um destino quase inescapável e fundamental para a validação social de uma mulher.

Além de Clara, outras personagens femininas reiteram essa conexão. Dona

Margarida, a viúva, que embora viva de forma independente e consiga manter-se sozinha, permanece vinculada à figura do falecido marido. Seu status de viúva não a liberta dos laços sociais que a conectam ao domínio masculino; pelo contrário, seu passado e memórias mantêm-na atada à imagem de seu finado esposo, ilustrando como o matrimônio, mesmo após a morte do cônjuge, continua a definir a identidade e o status social de uma mulher.

O casamento, longe de ser meramente um tema, é um dispositivo literário através do qual Barreto desvela as intrincadas redes de poder e submissão que permeiam as vidas das personagens femininas. Cada uma delas, de Clara a Dona Margarida, ilustra a complexa interação entre autonomia pessoal e as expectativas sociais, revelando as limitações impostas pelo domínio simbólico masculino.

3.1 A DOMINAÇÃO MASCULINA EM *CLARA DOS ANJOS*: HABITUS E CONTROLE SIMBÓLICO

A fim de delimitar o estudo sobre as mulheres em *Clara dos Anjos*, de Lima Barreto, focalizaremos, inicialmente, a figura paterna de Clara, Joaquim dos Anjos, personagem com o qual Lima Barreto abre a narrativa e a partir do qual Clara é apresentada. No romance, Joaquim emerge como um arquétipo marcante do patriarcado e conservadorismo que permeava a sociedade carioca do início do século XX. Sua presença não se limita à autoridade doméstica, mas a transcende para representar valores tradicionais e expectativas de gênero. Ao analisar o papel de Joaquim, é possível compreender não apenas a influência sobre Clara, mas também a dinâmica complexa entre os indivíduos e as estruturas sociais da narrativa de Lima Barreto.

Nas páginas iniciais do romance, observamos a construção da representação de uma família convencional, cuja organização gravita em torno da figura paterna:

De quando em quando, mas sem grandes espaços, Joaquim gritava para a cozinha:

—Clara! Engrácia! Café! De lá, respondiam, com algum amuo na voz:

—Já vai!

É que as duas mulheres, para preparar o café, tinham que retirar, de um dos dois fogareiros de carvão vegetal, uma panela do “ajantarado” que aprontavam, a fim de aquecer o café reclamado; e isto lhes atrasava o jantar (BARRETO, 1990, p. 18).

Esse trecho retrata uma dinâmica familiar em que as mulheres, Clara e Engrácia, são responsáveis pelas tarefas domésticas, incluindo a preparação do café. A cena evidencia uma divisão de trabalho tradicional e uma hierarquia de gênero na família, na qual as mulheres são subordinadas ao pai, Joaquim, e têm atividades interrompidas para atender às demandas dele. Essa representação ressalta a maneira como as expectativas de gênero e os papéis sociais estão arraigados na estrutura da família em questão e permeiam as interações cotidianas.

Essa representação da dinâmica familiar ecoa as reflexões de Joan Scott (1995) em *Gênero: uma categoria útil de análise histórica*, em que destaca a natureza cultural e social das distinções entre os sexos. Scott argumenta que o termo “gênero” se refere não apenas à diferenciação biológica, mas também à construção social de papéis e identidades associadas a homens e mulheres.

O termo “gênero” torna-se, antes, uma maneira de indicar “construções culturais” - a criação inteiramente social de ideias sobre papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das

identidades subjetivas de homens e de mulheres. “Gênero” é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. Com a proliferação dos estudos sobre sexo e sexualidade, “gênero” tornou-se uma palavra particularmente útil, pois oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens (SCOTT, 1995, p. 75).

Na perspectiva de Joan Scott, as relações de gênero são fundamentais para entender não apenas as interações entre os sexos, mas também as dinâmicas de poder subjacentes. A cena apresentada no romance evidencia estruturas sociais que moldam e reforçam as hierarquias de gênero, perpetuando a subordinação das mulheres dentro da esfera doméstica.

Além disso, a postura conservadora de Joaquim em relação à filha reflete uma mentalidade enraizada na manutenção da ordem social estabelecida, onde os papéis de gênero são rigidamente definidos e a mulher é vista como subordinada ao homem. “Era tratada pelos pais com muito desvelo, recato e carinho; e, a não ser com a mãe ou pai, só saía com Dona Margarida, uma viúva muito séria, que morava nas vizinhanças e ensinava a Clara bordados e costuras.” (BARRETO, 1990, p. 17). Essa passagem retrata uma dinâmica familiar aparentemente amorosa, mas que também revela um controle sutil sobre a liberdade de Clara. Apesar do carinho demonstrado pelos pais, eles restringem as atividades ao limitá-la a sair apenas na companhia da Dona Margarida. Isso sugere uma preocupação excessiva com a reputação e segurança da filha, mas também reflete as restrições sociais impostas às mulheres da época, soma-se a isso o fato de Dona Margarida ser branca.

A resistência dos pais em permitir que Clara saísse de casa sozinha pode ser interpretada como um excesso de zelo. Do modo como o romance desenvolve tal

situação, é possível relacioná-la aos conceitos de Pierre Bourdieu sobre questões de gênero e educação, especialmente em na teoria sobre o *habitus* e o *capital cultural*. Em *A dominação masculina* (2012), Bourdieu argumenta que o *habitus*, ou seja, o conjunto de disposições internalizadas pelos indivíduos através da socialização, é influenciado pelas estruturas sociais e pelas relações de poder. Nesse contexto, a resistência do pai em permitir que a filha receba educação formal e o constante cerceamento da liberdade pode refletir uma reprodução do *habitus* dominante dentro da classe social ou grupo cultural, que desvaloriza a educação das mulheres em comparação com a dos homens:

A ação de formação que opera esta construção social do corpo não assume senão muito parcialmente a forma de uma ação pedagógica explícita e expressa. **Ela é, em sua maior parte, o efeito automático, e sem agente, de uma ordem física e social inteiramente organizada segundo o princípio de divisão androcêntrico** (o que explica a enorme força de pressão que ela exerce). Inscrita nas coisas, **a ordem masculina se inscreve também nos corpos através de injunções tácitas, implícitas nas rotinas da divisão do trabalho ou dos rituais coletivos ou privados. As regularidades da ordem física e da ordem social impõem e inculcam as medidas que excluem as mulheres das tarefas mais nobres..., assinalando-lhes lugares inferiores...**, ensinando-lhes a postura correta do corpo..., atribuindo-lhes tarefas penosas, baixas e mesquinhas (BOURDIEU, 2012, p. 34. Grifos nossos).

Bourdieu também discute o conceito de *capital cultural*, que se refere aos recursos culturais (como conhecimentos, habilidades, gostos, etc.) que são valorizados e podem ser convertidos em vantagens sociais. A educação formal é uma forma importante de acumular capital cultural, pois proporciona acesso a conhecimentos e habilidades que são valorizados pela sociedade. A resistência do pai em relação à educação de Clara pode ser interpretada como uma tentativa de preservar a ordem social existente, na qual

as mulheres são excluídas ou limitadas em seu acesso ao capital cultural, assim, Clara tem acesso apenas a um capital herdado, uma vez que seu acesso ao capital adquirido é dificultado pelo próprio pai:

Assim, as diferenças inexplicadas pela relação com o capital escolar e que se manifestam, principalmente, na relação com a origem social, podem referir-se tanto a diferenças no modo de aquisição do capital cultural atualmente possuído quanto a diferenças relativas ao grau de reconhecimento e garantia atribuído a este capital pelo diploma (BOURDIEU, 2007, p. 78).

Portanto, a resistência do pai à educação e liberdade da filha pode ser compreendida dentro do contexto das desigualdades de gênero e das dinâmicas de poder presentes na sociedade, conforme delineado por Bourdieu.

Já a atitude de Joaquim em insistir na superproteção de Clara e a preocupação exagerada com a reputação e a honra da família podem ser entendidas ainda à luz do conceito de *dominação simbólica*, também proposto por Pierre Bourdieu.

A *dominação simbólica* se refere ao controle exercido sobre as pessoas por meio da imposição de sistemas simbólicos, como valores, normas e representações culturais que moldam as percepções, identidades e comportamentos. No caso de Joaquim, a resistência à liberdade de Clara reflete uma tentativa de preservar e reforçar a ordem social existente, na qual às mulheres são legados papéis tradicionais e de subordinação em todas as esferas sociais.

Desse modo, ao limitar e controlar a educação de Clara, Joaquim e também a esposa exercem uma forma de controle simbólico sobre a filha, reforçando as fronteiras

entre os gêneros e mantendo a dominação masculina sobre a esfera educacional e intelectual, além de reiterar a prevalência na classe social a que pertence, mesmo sem querer:

O efeito da dominação simbólica (seja ela de etnia, de gênero, de cultura, de língua etc.) se exerce não na lógica pura das consciências cognoscentes, mas através dos esquemas de percepção, de avaliação e de ação que são constitutivos dos habitus e que fundamentam, aquém das decisões da consciência e dos controles da vontade, uma relação de conhecimento profundamente obscura a ela mesma. **Assim, a lógica paradoxal da dominação masculina e da submissão feminina, que se pode dizer ser, ao mesmo tempo e sem contradição, espontânea e extorquida, só pode ser compreendida se nos mantivermos atentos aos efeitos duradouros que a ordem social exerce sobre as mulheres (e os homens), ou seja, às disposições espontaneamente harmonizadas com esta ordem que as impõe** (BOURDIEU, 2012, p. 49-50. Grifos nossos).

A preocupação de Joaquim com a preservação da virtude feminina e o temor de que a educação formal de Clara possa expô-la a influências consideradas perigosas ilustra como as representações culturais e os discursos dominantes são internalizados e reproduzidos pelas pessoas, reforçando assim as hierarquias de gênero, classe e os sistemas de poder existentes. A relação entre Joaquim e Clara, marcada pela autoridade paterna e pela submissão filial, ilustra as dinâmicas de poder dentro da estrutura familiar e a dominação simbólica.

Clara é retratada como uma figura submissa diante da autoridade paterna. Ela acata as decisões de seu pai sem questionar abertamente, internalizando as expectativas e valores que ele impõe: “Clara via todas as moças saírem com seus pais, com suas mães, com amigas, passearem e divertirem-se, por que seria então que ela não o podia

fazer?” (BARRETO, 1990, p. 60). Nesse ponto, percebemos que a atitude de Joaquim é ainda mais extremista que a dos pares sociais, uma vez que as outras garotas gozavam de mais liberdade que Clara. Esse aspecto revela a mão do romancista, que aos poucos vai criando o espaço que justificará na criação de Clara a mazela futura quando se der seu encontro com Cassi Jones.

Assim, independentemente dos desejos ou qualidades pessoais, as circunstâncias em que Clara vive determinam largamente as possibilidades de vida. Ao focar nessa percepção socioindividual de Clara, Lima Barreto também chama atenção para a resiliência e a busca por dignidade. A pergunta que o narrador faz entender ser de Clara, “por que seria então que ela não o podia fazer? ” (1990, p. 60) denota um questionamento sutil contra as normas opressivas dos pais, ou seja, ela não aceita passivamente sua condição e parece compreender que há algo de diferente ou estranho na educação, todavia, não compreende totalmente o que se passa, falta-lhe maturidade e experiência, justamente o que lhe é tolhido pelos pais. Eis a veia crítica de Barreto aparecendo no romance.

Desse modo, a relação com o pai é marcada por um profundo respeito, refletindo a hierarquia patriarcal vigente na época. Já a mãe vivia sempre ao seu lado, porém ambas ocupadas com os trabalhos domésticos: “O dia inteiro, quase, passavam as duas mulheres metidas cada uma consigo mesma” (BARRETO, 1990, p. 106). Apesar de estarem quase sempre juntas nos afazeres, existe, nessa dinâmica cotidiana entre mãe e filha, uma discreta separação. Embora compartilhem o mesmo espaço físico, seus mundos interiores parecem seguir caminhos paralelos.

O silêncio permeia as interações e é como se existisse uma barreira invisível que

impede a verdadeira comunicação, talvez seja a falta de habilidade para expressar emoções profundas que as mantêm afastadas. No entanto, por trás desse aparente distanciamento, há um amor inegável, uma ligação que transcende as palavras: “O seu amor à Clara era um sentimento doentio, absorvente e mudo” (idem, p. 106). O termo “doentio” reforça o excesso de zelo: “Queria a filha sempre junto a si, mas quase não conversava com ela”. (Idem, p. 106).

Nesse contexto, Joaquim dos Anjos, portanto, aparece como produto de seu tempo e meio socioeconômico em que as crenças e valores de seu ambiente são amplamente aceitos e internalizados. Sua resistência à mudança pode ser vista como uma reação ao medo da desconstrução das estruturas sociais e familiares às quais ele está tão arraigado. Nesse sentido, Joaquim é agente de uma *dominação simbólica* que não parte dele, enquanto indivíduo, mas que vem de um lugar mais amplo: a própria sociedade:

Jamais lera jornais habitualmente. Se tomava um e tentava ler qualquer coisa, logo lhe vinha o sono. Tudo que não viesse ferir-lhe o ouvido, não suportava e não lhe ia à inteligência. Não compreendia um desenho, uma caricatura, por mais grosseira e elementar que fosse. Para que pudesse receber qualquer sensação duradoura e agradável, era-lhe preciso o “som”, o “ouvido” (BARRETO, 1990, p. 108).

A *dominação simbólica* se manifesta na forma como a parte dominante da sociedade impõe valores e gostos como universais e superiores, marginalizando aqueles que não se encaixam nesse padrão. Assim, a dificuldade de Joaquim em compreender

jornais, desenhos e caricaturas revela falta de familiaridade com códigos culturais valorizados pela elite da época, aparentes na voz do narrador. Sutilmente, a narração revela aspectos da exclusão social agindo no seio da família de Clara.

O fato de Joaquim evitar tudo que não lhe “ferisse o ouvido” demonstra um *habitus* condicionado pela posição social, portanto, ele se sente mais confortável com o que lhe é familiar, o “som” e o “ouvido”, que representam formas de expressão cultural acessíveis à classe social naquela época. A incapacidade de Joaquim de apreciar formas de expressão consideradas “elevadas” pela elite intelectual dominante é uma forma de violência simbólica. Ele é sutilmente excluído e desvalorizado por não possuir o capital cultural necessário para participar plenamente da vida social e cultural e esse contraste aparece dado pela figura de Marramaque, um leitor ávido.

“Joaquim se interessava mediocrementemente por essa história de política” (BARRETO, 1990, p. 19); “Pouco ambicioso em música, ele o era também nas demais manifestações de sua vida.” (p. 12); “Joaquim dos Anjos não tinha capacidade intelectual para tanto...” (p. 108). Essa falta de ambição não se limita apenas à teoria musical, mas se estende a todas as áreas de sua vida, sugerindo uma personalidade acomodada, sem grandes aspirações ou desejos de superação. É justamente a falta de interesse que faz com que saiba pouco da vida de Cassi Jones: “não tinha hábito de ler jornais e pouco tagarelava com as pessoas de suas bandas suburbanas” (BARRETO, 1990, p. 43), quem o informa é Marramaque.

Desse modo, em última análise, o personagem de Joaquim dos Anjos oferece uma reflexão sobre as complexidades das relações de gênero e poder na sociedade brasileira do início do século XX. Sua postura conservadora em relação à Clara não

apenas reflete as normas sociais e culturais da época, mas também ressalta as tensões e contradições inerentes a uma dominação social simbólica dentro de um contexto histórico de transformação e resistência. Desse modo, a vida de Clara segue reduzida a uma esfera doméstica e patriarcal.

3.2 A QUESTÃO DO CASAMENTO E AS PERSONAGENS FEMININAS EM *CLARA DOS ANJOS*

Desde o início do romance, percebemos que o casamento é considerado uma etapa natural na vida da mulher e que a narrativa é em grande parte moldada por essa perspectiva. Uma das questões mais intrigantes e discutidas no romance é exatamente a queda da protagonista, cujo destino é marcado por uma série de eventos trágicos e desafiadores. No entanto, o narrador de Lima Barreto não oferece uma explicação definitiva para a queda de Clara, embora ofereça sinais de uma falta de competência na educação, ainda deixando espaço para interpretações diversas e variadas.

Eliane Vasconcellos em *Entre a agulha e a caneta: a mulher na obra de Lima Barreto* (1999) destaca essa ambiguidade ao sugerir que a queda de Clara pode ter sido motivada por uma série de fatores, incluindo a condição econômica, social e racial.

O narrador de *Clara dos Anjos* não chega a determinar com precisão a causa da queda de Clara. Ela pode ter sido motivada tanto pela sua condição econômica e social quanto pela racial ou por ambas. O discurso encontra-se em aberto, permitindo mais de uma leitura. Acharmos, porém, que o problema encontra-se muito mais relacionado ao poder,

à dicotomia classe dominante - opressora versus classe dominada - oprimida (VASCONCELLOS, 1999, p. 260).

No entanto, quando se analisa a reflexão da autora, percebe-se que ela também argumenta que, em última instância, o problema está profundamente enraizado na dicotomia entre a classe dominante, que exerce poder e controle sobre a classe dominada, que é oprimida e marginalizada, contudo ressalta que visivelmente percebe-se qual é o posicionamento do homem e da mulher na sociedade do final do início do século XX.

No romance *Clara dos Anjos*, as personagens femininas são representadas com uma profunda conexão com os casamentos, onde enfrentam diversas dificuldades e sofrimentos. Para uma análise mais aprofundada, podemos recorrer aos conceitos de Pierre Bourdieu sobre *dominação*, *violência simbólica*, *submissão* e *habitus*, os quais se revelam pertinentes ao contexto matrimonial retratado na obra.

. Assim, temos o aspecto da *violência simbólica* como parte da dominação, tal violência, segundo Bourdieu:

É invisível [a] suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento, ou, mais precisamente, do desconhecimento, do reconhecimento ou, em última instância, do sentimento. Essa relação social extraordinariamente ordinária oferece também uma ocasião única de apreender a lógica da dominação, exercida em nome de um princípio simbólico conhecido e reconhecido tanto pelo dominante quanto pelo dominado, de uma língua (ou uma maneira de falar), de um estilo de vida (ou uma maneira de pensar, de falar ou de agir) e, mais geralmente, de uma propriedade distintiva, emblema ou estigma, dos

quais o mais eficiente simbolicamente é essa propriedade corporal inteiramente arbitrária e não predicativa que é a cor da pele (BOURDIEU, 2012, p. 8).

Se a *violência simbólica* ocorre sem o conhecimento da vítima, a *dominação simbólica* opera através de representações culturais que, no caso do casamento, podem ser vistas na idealização do amor romântico, frequentemente mascarando as relações de poder desiguais entre marido e mulher. Essas representações simbólicas reforçam ainda hoje a submissão feminina ao papel de esposa e mãe, reestruturando, legitimando assim a hierarquia de gênero no casamento. As mulheres, dentro desse contexto, eram socializadas desde cedo para aceitar e internalizar as normas e expectativas patriarcais em relação ao casamento, nesse sentido, reforça Bourdieu:

Quando os dominados aplicam àquilo que os domina esquemas que são produto da dominação ou, **em outros termos, quando seus pensamentos e suas percepções estão estruturados de conformidade com as estruturas mesmas da relação da dominação que lhes é imposta, seus atos de conhecimento são, inevitavelmente, atos de *reconhecimento*, de submissão** (BOURDIEU, 2012, p. 22. Grifos nossos).³¹

Nesse sentido, as mulheres eram ensinadas a valorizar a obediência, a

³¹ Na presente dissertação, foram utilizadas as edições de 1995 e 2012 de *Dominação Masculina*, de Pierre Bourdieu. A edição de 1995 corresponde à tradução da publicação original do artigo em francês, enquanto a edição de 2012 refere-se à tradução do livro para o português. As diferenças entre as duas edições são atribuídas à natureza distinta de cada publicação, sendo a primeira um artigo e a segunda um livro.

submissão e a dedicação ao marido e à família como virtudes femininas. A submissão das mulheres no casamento tal como se dava era facilitada pela *dominação simbólica*, que promovia a ideia de que a realização feminina estava intrinsecamente ligada ao sucesso no papel de esposa e mãe.

Já o *habitus* das mulheres e dos homens dentro da sociedade patriarcal influenciava as percepções e práticas em relação ao casamento. As mulheres internalizavam a ideia de que a felicidade e valor estavam ligados à capacidade de cumprir as expectativas patriarcais, enquanto os homens internalizavam a ideia de que tinham o direito natural de exercer autoridade sobre esposas e famílias. O *habitus*, segundo Bourdieu, é formado por meio da internalização de estruturas sociais e culturais, resultando em práticas e comportamentos que parecem naturais e espontâneos, mas que, na verdade, são profundamente influenciados pelo contexto social em que o indivíduo está inserido. Essas disposições são duradouras, mas não imutáveis; podem se transformar com a experiência e a mudança das condições sociais. Bourdieu argumenta que o *habitus* funciona de maneira prática e inconsciente, permitindo aos indivíduos navegar em suas vidas diárias sem a necessidade de reflexão constante sobre as ações. É através do *habitus* que as estruturas sociais são reproduzidas e perpetuadas, pois ele incorpora as normas, valores e expectativas da sociedade.

Destaca-se, a esse respeito, a protagonista Clara, que, influenciada pelo contexto social que a cerca, busca um amor que se revela impossível devido a preconceitos e costumes arraigados. Clara se apaixona justamente apoiada no *habitus* que lhe permite reproduzir a ideia de um amor romântico, desconsiderando aspectos negativos da sociedade, que a impediam de realizar tal sonho nas circunstâncias em que ele aparece:

com um homem branco de outra classe social. Clara é totalmente protegida pelos pais, que ainda não têm noção de sua condição social e dos estamentos que impedem que seu sonho se torne realidade. Se é por um *habitus* que almeja o casamento, é por outro que tem seu sonho impedido, finalmente vislumbrando a natureza de sua condição ao final da narrativa.

Diante desse cenário de limitações impostas pelo contexto social, torna-se relevante analisar como o casamento, enquanto instituição, refletia e perpetuava essas desigualdades. Nesse sentido, é necessário compreender as transformações e permanências nas práticas matrimoniais no Brasil entre o final do século XIX e o início do século XX.

3.2.1 O casamento no Brasil entre 1889 e 1930

Quanto ao casamento no Brasil, vale ressaltar que o civil foi instituído a partir 1890, logo após a proclamação da república em 1889. O decreto do Governo Provisório de Marechal Deodoro da Fonseca instituíu normas para o casamento civil, entre elas, a indissolubilidade do vínculo matrimonial, a possibilidade de divórcio, logicamente com normativas que autorizam exclusivamente a separação de corpos, cessação do regime de bens e a partilha; todas relacionadas no art. 88 do Decreto nº 181/1890. A partir de 24 de maio de 1890, os casamentos somente seriam válidos se estivessem em conformidade com o Decreto nº 181/1890 (art. 108), contudo o decreto não proibiu o casamento religioso.

O Decreto nº 181 de 1890 parece ter conferido um benefício, ainda que modesto,

às mulheres daquela época, ao assegurar-lhes um direito de voz, mesmo que limitado à questão da dissolução do casamento. É importante contextualizar que o país vivia sob uma sociedade patriarcal rigorosa, o que torna relevante qualquer avanço no reconhecimento dos direitos femininos naquele período. Samantha Sabrine dos Santos em dissertação de mestrado sobre *O casamento e a condição jurídica da mulher: uma análise pautada pelas constituições brasileiras, 2021*, faz a seguinte análise da situação da mulher com o novo decreto:

Conferir à palavra da mulher o mesmo peso que sempre - e somente - foi conferido à palavra do homem significa admitir a equiparação de sexo e de gênero. A mulher falava por si mesma em juízo, e a sua fala tinha o mesmo valor que a do homem. O dispositivo em comento também não fez distinção sobre quem deveria escrever a petição de divórcio, podendo muito bem fazê-lo a mulher (SANTOS, 2021, p. 79).

A autora destaca uma relação tímida de poder entre a mulher e o homem na sociedade patriarcal, haja vista que, mesmo assim, o casamento, sob o Decreto 181, era uma instituição que refletia os valores patriarcais da sociedade sendo que o homem detinha uma posição dominante na estrutura matrimonial reconhecido como o chefe da família e com autoridade sobre a esposa e os filhos, conforme se percebe no artigo da lei: “Investir o marido da representação legal da família e da administração dos bens comuns, e daqueles que, por contracto ante-nupcial, devam ser administrados por elle” (art. 56, §2º). Esse modelo refletia a visão tradicional da família como uma unidade hierárquica, na qual o homem exercia controle sobre os membros dependentes.

Nesse sentido, em uma análise sobre a questão do casamento no início do século

XX, pode-se ponderar que a mulher vivia em uma situação de vulnerabilidade, pois, além de estar sob a égide do pai, após o casamento deveria seguir os mandos dos maridos. Para Del Priore, o casamento é “uma instituição básica para a transmissão do patrimônio. Sua origem é fruto de acordos entre as famílias e não resultado da escolha das pessoas que vão se unir em matrimônio”. (DEL PRIORE, 2005, p. 26). A autora destaca que o casamento estava intrinsecamente ligado a acordos entre famílias, não à escolha dos indivíduos, ou seja, o casamento era uma instituição funcional em que se buscava garantir a conservação e a acumulação de capital social e econômico.

Esse contexto de vulnerabilidade e falta de autonomia feminina se reflete na análise de Tânia Rocha Andrade Cunha e Ivana Patrícia Almeida da Silva intitulada “Casamento: representações, mudanças e permanências a partir do olhar feminino” (2013). No trecho abaixo, pode-se identificar claramente os conceitos de *habitus* e *dominação simbólica* de Bourdieu.

No século XX, o modelo dominante de família no Brasil estava associado à imagem de um casal e seus filhos vivendo sob o mesmo teto. Esse modelo de família moderna e individualista teve suas bases estruturadas a partir de uma hierarquia e de uma divisão sexual do trabalho, que demarcava nitidamente os espaços dos gêneros na esfera produtiva e impedia que a liberdade e igualdade de direitos fossem exercidas nas mesmas condições pelos dois sexos. Dividida em dois mundos: o feminino, da casa, privado, em contraposição ao mundo masculino, da rua, público, essa família deixou de ser primordialmente uma unidade econômica para ser um refúgio, um lugar de expressão de sentimentos entre o casal e os filhos. Bassanezi (1997) e Del Priore (2005) apontam que, em meados do século XX, o casamento representava o objetivo mais importante na vida das mulheres. Ser mãe, esposa, dona de casa, era este o destino natural das mulheres (CUNHA, SILVA, 2013, p. 5).

O primeiro trecho ressalta que o casamento é uma instituição fundamental para a transmissão do patrimônio, destacando a origem como resultado de acordos entre famílias, e não das escolhas individuais das pessoas envolvidas. Essa concepção reflete o *habitus*, que se refere aos sistemas de disposições internalizados pelos indivíduos e que moldam as percepções, valores e comportamentos. Nesse caso, o *habitus* das pessoas é influenciado pela tradição cultural e pela estrutura social, levando-as a ver o casamento como uma instituição que vai além das relações pessoais, mas sim como um meio de garantir a continuidade do patrimônio familiar.

O segundo trecho discute a estrutura da família no século XX, destacando a divisão sexual do trabalho e a hierarquia de gênero que demarcava os papéis de homens e mulheres na esfera doméstica e pública. Essa divisão reflete a existência de um campo social, onde as relações de poder e as normas sociais moldam as interações e os comportamentos das pessoas. A família é apresentada como um espaço onde essas relações de poder são reproduzidas, contribuindo para a manutenção da ordem social existente.

Ambos os trechos destacam como o casamento era visto como o objetivo mais importante na vida das mulheres, que eram esperadas para serem mães, esposas e donas de casa. Essa expectativa social reflete a violência simbólica, que se manifesta por meio de sistemas de representações culturais que legitimam e naturalizam relações de dominação. As mulheres são socializadas desde cedo a acreditar que seu papel principal na sociedade é o de esposa e mãe, o que reforça a submissão e a dependência em relação aos homens. Nessa estrutura, os direitos e a liberdade das mulheres eram

frequentemente subjugados em prol das expectativas sociais e das convenções.

Apesar da aparente voz dada à mulher com a instauração do casamento civil em 1889, no início do século XX vigorava o Código Civil de 1916, que estabelecia o regime matrimonial da comunhão universal de bens. Segundo esse código, a mulher casada era considerada juridicamente incapaz e, portanto, era submetida a autoridade do marido após o casamento. Essa legislação conferia ao esposo poderes absolutos sobre a esposa, incluindo a administração dos bens e a tomada de decisões em seu nome.

Art. 6. São incapazes, relativamente a certos atos (art. 147, n. 1), ou à maneira de os exercer:

II. As mulheres casadas, enquanto subsistir a sociedade conjugal.

Art. 233. O marido é o chefe da sociedade conjugal.

Compete-lhe:

IV. O direito de autorizar a profissão da mulher e a sua residência fora do tecto conjugal.

Art. 242. A mulher não pode, sem autorização do marido (art. 251):

IV. Aceitar ou repudiar herança ou legado.

VII. Exercer profissão (art. 233, nº IV).

Art. 251. À mulher compete a direção e a administração do casal, quando o marido:

I. Estiver em lugar remoto, ou não sabido.

II. Estiver em cárcere por mais de dois anos.

III. For judicialmente declarado interdito.

Art. 380. Durante o casamento, exerce o pátrio poder o marido, como chefe da família (art. 233), e, na falta ou impedimento seu, a mulher.

Art. 320. No desquite judicial, sendo a mulher inocente e pobre, prestar-lhe-á o marido

a pensão alimentícia, que o juiz fixar (BRASIL, Código Civil de 1916, 2016).³²

Esses artigos do referido código de 1916 estabeleciam um regime de incapacidades para a mulher casada e conferiam ao marido a posição de chefe da sociedade conjugal. Isso incluía o poder de decisão sobre aspectos fundamentais da vida da esposa, como a capacidade de trabalhar fora de casa, administrar bens ou tomar decisões sobre heranças e legados sem a necessidade de autorização do marido. As diversas restrições legais que refletiam as normas sociais e os valores patriarcais da época mostravam uma hierarquia de gênero clara e rígida dentro do casamento. O marido, ao ser designado como o chefe da casa, detinha uma autoridade quase inquestionável, refletindo e reforçando a ideologia patriarcal de que os homens são naturalmente predispostos a liderar e tomar decisões importantes, tanto no âmbito familiar quanto no social.

Nesse sentido, muitas mulheres foram compelidas a aceitar passivamente a condição, submetendo-se às normas sociais e às expectativas impostas pela família e pela comunidade. Para elas, o casamento representava não apenas uma união afetiva, mas também uma transação social na qual sua autonomia e individualidade eram frequentemente sacrificadas, todavia, considerando a perspectiva de Bourdieu, na maioria das vezes as mulheres não estavam completamente cientes dessa subordinação

³² BRASIL. **Código Civil Brasileiro. Lei nº 3.071**, de 1 de janeiro de 1916. Brasília, DF: Presidência da República, [ano de publicação]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3071.htm. Acesso em: 10 mar. 2024.

e reproduziam a dominação simbólica por meio de hábitos profundamente arraigados na cultura.

Ao examinar as personagens femininas do romance *Clara dos Anjos*, de Lima Barreto, fica evidente como essas restrições legais e sociais influenciavam vidas e escolhas. As protagonistas são afetadas por essa estrutura patriarcal e suas experiências no casamento refletem a complexidade das interações entre o *habitus*, a *dominação simbólica* e as expectativas de gênero da época.

3.3 O CASAMENTO E AS PERSONAGENS MULHERES DE CLARA DOS ANJOS

A análise das personagens femininas em *Clara dos Anjos*, de Lima Barreto, oferece uma rica perspectiva sobre as dinâmicas de gênero e as restrições impostas às mulheres no contexto do início do século XX. Nesse romance, Barreto constrói personagens que exemplificam as variadas formas de submissão e resistência diante de um sistema patriarcal rigoroso. As figuras de Dona Margarida, Rosalina, Ernestina, Dona Engrácia, Nair, Salustiana, Castorina e *Clara dos Anjos* permitem uma compreensão mais profunda de como as normas sociais e legais moldavam as experiências e as expectativas das mulheres no casamento. Através dessas personagens, é possível observar como o *habitus*, a *dominação simbólica* e as rígidas hierarquias de gênero influenciavam vidas, destacando a complexidade das relações de poder e a luta por autonomia em um cenário dominado por valores patriarcais.

3.3.1 Dona Engrácia

Na trama de Clara dos Anjos, Engrácia é a mãe de Clara e possui uma relação de proteção excessiva e vigilância constante sobre a filha, buscando preservar sua moralidade e evitar que ela cometa erros. Engrácia, embora bem-intencionada, adota uma abordagem rígida e reclusa, limitando as saídas de Clara e mantendo-a distante de qualquer envolvimento social, o que acaba por intensificar a curiosidade e a inclinação da filha a idealizar o amor. A falta de orientação e compreensão prática da vida de Engrácia em relação a Clara dificulta que a jovem desenvolva resiliência e capacidade de resistir a influências externas, especialmente ao romance com Cassi, um violeiro com má fama, cujo fascínio por Clara é visto com repulsa pela mãe.

Assim como Clara, Engrácia está relacionada ao eixo de Joaquim. Dona Engrácia tem uma história de vida peculiar e é retratada como submissa e muito religiosa “embora fosse pouco à igreja, devido às suas obrigações caseiras” (BARRETO, 1999, p. 3). Sua prática é limitada por responsabilidades domésticas, o que a impede de frequentar regularmente a igreja. O fato de ter atividade religiosa restrita pelos afazeres domésticos reforça a submissão ao marido. Retratada dessa forma, Engrácia reflete as normas de gênero e os papéis tradicionais atribuídos às mulheres na sociedade da época. Essa caracterização da personagem ressalta a complexidade das relações de poder e das dinâmicas de gênero presentes no romance. Contudo, essa submissão não parece ter existido desde sempre na vida, pois temos notícia de que a mãe de Clara tinha certa educação formal que a colocava em condições de agir com mais liberdade. Antes de se casar, teve uma educação relativamente diferente daquela considerada normal para moças com sua origem.

Mesmo sendo filha de escravos, na mudança do campo para a cidade, sua condição alterou para o de agregada, levando-a a ser educada quase do mesmo modo que os filhos dos antigos senhores, privilégio talvez devido à possibilidade de ser filha bastarda de algum dos filhos brancos da casa (LIMA, 2022, p. 6).

Dessa forma, a personagem representa uma ambiguidade na estrutura social da narrativa, pelo que ocupa um espaço intermediário entre a servidão e a independência, beneficiando-se de certas proteções e privilégios, mas sem plena autonomia ou igualdade, ou seja, foi criada como “quase” uma dama. Assim, por um lado, torna-se uma esposa exemplar, ocupando-se com afazeres domésticos, por outro lado, é uma mãe completamente incapacitada para dar exemplos e conselhos à filha, conforme o narrador observa, “Ela não sabia apontar, comentar exemplos e fatos que iluminassem a consciência da filha e reforçassem-lhe o caráter de forma que ela mesma pudesse resistir aos perigos que corria”. (BARRETO, 1999, p. 60).

Ao tentar se adequar ao “modo dos brancos”, a personagem evidencia a pressão para se adaptar a um padrão cultural que não lhe pertence de forma autêntica. Essa luta interna é um reflexo das complexidades da identidade e da busca por pertencimento em um contexto social marcado pela desigualdade e pela imposição de normas culturais opressivas. Engrácia navega tranquilamente por esses dois mundos.

Através da lente dos conceitos de Pierre Bourdieu anteriormente citados, como *habitus*, capital cultural e dominação simbólica, podemos desvendar as nuances da identidade de Dona Engrácia e os desafios que ela enfrenta na busca por pertencimento e emancipação. O *habitus* de Dona Engrácia é moldado por duas realidades divergentes: o *habitus* negro e o *habitus* branco adotado na tentativa de se adequar ao “modo dos

brancos”, internalizando valores e comportamentos da classe dominante. Essa dualidade revela a interseccionalidade de raça, gênero e classe social que permeia a existência, colocando-a em uma posição intermediária, onde busca conciliar diferentes culturas e expectativas em um contexto de profunda desigualdade.

Sobre Dona Engrácia também agem dois diferentes tipos de capital cultural: o popular, associado à cultura afro-brasileira, e o escolar, da cultura branca, adquirido através da educação formal, evidenciando a busca por ascensão social. No entanto, essa multiplicidade nem sempre é valorizada, pois ela enfrenta a desvalorização do seu capital cultural popular e as dificuldades de exercer o capital cultural branco que lhe foi dado/exigido em uma sociedade marcada pela discriminação.

Desse modo, a dominação simbólica se manifesta na vida de Dona Engrácia através da imposição de valores, crenças e práticas da classe dominante, vistas pela personagem como únicas e legítimas. Ela se vê pressionada a se adequar ao “modo dos brancos”, internalizando valores e comportamentos que muitas vezes conflitam com a própria identidade cultural. Além disso, a cultura afro-brasileira é desvalorizada pela classe dominante e, conseqüentemente, por ela mesma, evidenciando a dominação simbólica no campo cultural.

Eliane Vasconcellos (1999) discute as motivações e crenças de Engrácia para explicar as atitudes em relação à educação da filha:

Se, para a mulher branca e de classe social mais elevada, as núpcias eram de suma importância, para as de cor e de classe social mais modesta eram indispensáveis, pois, existindo poucas oportunidades no mercado de trabalho, o enlace era-lhes proposto como o único meio de viver com respeitabilidade. Quando não se casavam, suas

oportunidades encontravam-se reduzidas. As mais ricas poderiam viver na dependência econômica dos pais, de um irmão ou de algum parente do sexo masculino, como agregadas. As mais pobres, geralmente de cor, não tendo a quem recorrer e quase sem possibilidades de desenvolver uma atividade remunerada, não raro, eram obrigadas a exercer a mais velha das “profissões”, pois “seu único bem era seu próprio corpo”. Aquelas das classes carentes viviam menos protegidas e sujeitas à exploração sexual. Além do mais, era comum na época o pensamento de que a negra tinha por destino a prostituição. Não podemos nos esquecer de que o regime escravocrata havia terminado há apenas alguns anos e a ideologia ditava que a mulher branca era a esposa imaculada, e a negra era a amante, a que proporcionava os prazeres do sexo (VASCONCELLOS, 1999, p. 80).

Os fatos mencionados são peças fundamentais no arcabouço de lembranças de Engrácia, cujo comportamento reservado em relação à filha é enraizado em uma série de concepções sobre a mulher negra e de baixa renda, moldadas por sua própria experiência de vida. Essas convicções a levaram a adotar uma postura de confinamento em relação à filha, restringindo seus movimentos dentro dos limites da casa e impondo rigor em suas saídas, até mesmo para atividades simples como passear. Aqui temos a justificativa de por que os pais de Clara agiam de modo relativamente diferente dos demais: além do conservadorismo de Joaquim, existe em Engrácia uma absorção dos valores brancos aprendidos na juventude e um julgamento moral que desvaloriza as mulheres. Nesse ponto, vemos a força poderosa que a dominação simbólica pode ter. Lima Barreto capta e representa com maestria esse elemento social nos detalhes de sua prosa de ficção.

Assim, a mãe age como se as paredes da casa e as tarefas domésticas diárias fossem suficientes para proteger Clara dos “perigos” de se tornar como as outras mulheres de sua classe social. Essa proteção, colocada pelo narrador como um gesto de

amor maternal por parte dos pais, pois “Era tratada pelos pais com muito desvelo, recato e carinho”. (BARRETO, 1990, p. 17), revelou-se falha, como evidenciado pelo destino de Clara, trágico aos olhos dos pais, uma vez que é desonrada por Cassi Jones.

Ana Gabriella Ferreira da Silva em na dissertação de mestrado intitulada: *Representações do negro em Clara dos Anjos, de Lima Barreto* (2015)³³, destaca que: “Embora seja bastante religiosa, ela não pode ir à igreja com tanta frequência porque o seu único ofício, dona do lar, submissa ao matrimônio, não dá liberdade para que possa se desobrigar de seus deveres” (SILVA, 2015, p. 88). Assim, a mãe de Clara vive sem muito ímpeto, mas se torna uma figura importante na vida da filha quando esta se envolve com Cassi Jones.

Desde o início do relacionamento, a mãe da protagonista não simpatiza com o almoz da filha e, em algumas situações, consegue sair do seu lugar de submissão para expor sua opinião forte sobre o rapaz para o marido, embora se considerasse incapaz de dar exemplos para Clara ou até de “apontar, comentar exemplos e fatos que iluminassem a consciência da filha e reforçassem-lhe o caráter, de forma que ela mesma pudesse resistir aos perigos que corria” (BARRETO, 1990, p. 60). Nesse contexto da vida da personagem, a crítica pode residir no fato de que Engrácia pode não estar equipada para oferecer a Clara as ferramentas necessárias para lidar com as complexidades e injustiças

³³ SILVA, Ana Gabriella Ferreira da. **Representações do negro em Clara dos Anjos de Lima Barreto**. 2015. Dissertação (Mestrado em Letras) Universidade do Estado do Rio Grande do Norte Paul dos Ferros: UERN, 2015.

do mundo adulto. Pode-se argumentar que, apesar de seu amor e cuidado, Engrácia falha em proporcionar a Clara uma compreensão completa das realidades sociais e das habilidades necessárias para navegar por elas com sucesso.

Quando todos se foram e Clara recolheu-se a seu quarto, que dava para a sala de jantar, Joaquim e a mulher ficaram nela, comendo ainda alguma coisa que sobrara. Foi então que Engrácia disse para o marido:

– Tudo foi muito bem. Todos se portaram decentemente, com respeito; mas uma coisa não quero mais.

– O que é?

– É que esse Cassi venha mais aqui. Dona Margarida me disse que ele é, é um devasso. Você não vê como ele canta indecentemente, revirando os olhos... Não o quero mais aqui; se ele vier...

– Não é preciso você se zangar, Engrácia; não gostei também dele e não porá mais os pés na minha casa (BARRETO, 1990, p. 57).

Quando Engrácia impõe sua vontade ao marido ao deixar claro que não gosta de uma situação, demonstra uma mudança significativa de comportamento, o que revela uma evolução na personalidade e na posição de Engrácia dentro do contexto da narrativa. Ao recusar a presença de Cassi, Engrácia rompe com a expectativa de submissão feminina e assume uma postura assertiva e decisiva. Essa atitude indica uma conscientização sobre a própria autonomia e poder de decisão, rejeitando a influência negativa que Cassi representa para a família. Essa mudança de comportamento pode ser interpretada como uma resposta à percepção de Engrácia sobre os perigos e ameaças que rondam sua família, especialmente a filha Clara. Engrácia demonstra preocupação com a moralidade e segurança de seu lar, agindo de forma proativa para

proteger aqueles que ama. A recusa em aceitar a presença de Cassi revela uma nova faceta de sua personalidade, caracterizada pela determinação e coragem para confrontar o que considera prejudicial. Além disso, essa cena evidencia a dinâmica de poder dentro do relacionamento de Engrácia e Joaquim, sugerindo uma mudança na hierarquia tradicionalmente estabelecida. Engrácia não apenas expressa a opinião, mas também influencia a decisão do marido, desafiando a ideia de que ela é meramente uma figura subserviente. “Não é preciso você se zangar, Engrácia; não gostei também dele e não porá mais os pés na minha casa”. (BARRETO, 1990, p. 57).

Ao dizer que também não gostara do rapaz, o marido demonstra um reconhecimento implícito da autoridade e voz de Engrácia ao mesmo tempo em que reduz a ação por esclarecer que também ele tinha sentido o mesmo, todavia, a coragem da mulher em se manifestar acrescenta novas perspectivas sobre a personagem. Quanto a isso, o narrador comenta: “Quem conhecesse intimamente Engrácia, havia de ficar espantado com a atitude decisiva que tomou em relação à visita de Cassi. O seu temperamento era completamente inerte, passivo” (Idem, p. 58).

Nesse sentido, pode-se observar uma faceta surpreendente de sua personalidade, contrastando com a percepção anterior de passividade e inércia, o que mostra o quanto a personagem é interessante, visto que tem características que lhe dão verossimilhança e afastam do estereótipo de mulheres que apresentam um comportamento constante durante toda a obra. Assim, observamos que, apesar de ser uma mulher submissa, em algum momento do romance ela reage a determinada situação que a incomoda, todavia, essa a única vez que toma uma atitude mais assertiva.

O protagonismo de Engrácia como mãe protetora encontra uma barreira em

situações que lhe exigem um discurso explicativo, mais elaborado. Clara, quando precisa tomar maiores decisões, recorre a Dona Margarida: “Engrácia, sua mãe, correu a acudi-la. Como sempre, porém, ficou estonteada, sem saber o que fazer, que paliativo dar; Clara, mal falando, disse-lhe que mandasse chamar Dona Margarida” (BARRETO, 1990, p. 105). Em situações que fugiam à esfera doméstica, Engrácia era incapaz de proteger a filha e se mostra uma mulher sem motivações. Nesse contexto, durante o auge da adversidade na vida da filha, Engrácia se retira, enquanto Margarida, a pedido de Clara, assume o papel de mediadora em busca de redenção diante do ocorrido. É Dona Margarida, que, demonstrando determinação, confronta os pais de Cassi Jones, o agressor responsável por desestabilizar a existência de Clara. Enquanto isso, Engrácia permanece em sua residência, imersa em um estado de choro, aguardando a chegada de seu esposo para comunicar-lhe a tragédia que acometeu a filha.

A falta de iniciativa e de presença de Engrácia na vida de Clara é um aspecto característico do personagem. A incapacidade de oferecer apoio emocional e orientação prática contribui para a vulnerabilidade de Clara e a incapacidade de enfrentar os desafios da vida urbana do Rio de Janeiro no início do século XX. Isso fica evidente no momento mais dramático da vida da filha. Enquanto Dona Margarida vai à casa dos pais de Cassi exigir justiça, Engrácia permanece em casa, resignada e impotente diante da situação, pois fica presa em seu próprio mundo de submissão e resignação, incapaz de transcender as próprias limitações para oferecer à filha um futuro mais promissor.

Eliane Vasconcellos, ainda em *Entre a agulha e a caneta*, afirma que a instrução que Engrácia teve de nada serviu, pois como o próprio narrador afirma, não toma atitude (VASCONCELLOS, 1999). Engrácia, portanto, é dependente de seu marido. A

incapacidade de tomar iniciativas e submissão refletem as expectativas impostas às mulheres de sua classe, relegadas a papéis domésticos e desprovidas de sua autonomia e mesmo que tenha o desejo de se diferenciar das outras mulheres devido à sua educação, Engrácia personifica a fragilidade de mulheres cujas vidas são governadas pelo poder masculino, representando assim a condição opressiva do casamento na época:

O seu temperamento era completamente inerte, passivo. Muito boa, muito honesta, ativa no desempenho dos trabalhos domésticos; entretanto, era incapaz de tomar uma iniciativa em qualquer emergência. Entregava tudo ao marido, que, a bem dizer, era quem dirigia a casa. Rol de compras a fazer na venda do “Seu” Nascimento, diariamente, e também o de legumes e verduras, quem os organizava era o marido, especificando tudo por escrito e deixando o dinheiro para o quitandeiro, todas as manhãs, quando ia para o trabalho (BARRETO, 1990, p. 25)

Este comportamento evidencia sua socialização: embora tenha se casado aos dezoito anos e recebido instrução, ao se casar, ela abandonou os interesses e se dedicou exclusivamente aos afazeres domésticos, evitando qualquer tipo de esforço, como observado pelo narrador: “Quase nunca saía. Era uma norma que só o fizesse duas vezes por ano: no dia 15 de agosto, quando subia a colina da Glória para deixar uma oferta à Nossa Senhora, sua devota íntima; e no dia de Nossa Senhora da Conceição, quando se confessava”.

Essa postura sugere que Engrácia internalizou as expectativas impostas sobre ela e renunciou a quaisquer aspirações pessoais ou intelectuais, conformando-se com o papel tradicional de esposa e mãe. A narrativa ressalta ainda sua falta de iniciativa e sua estreita associação com as tarefas domésticas, evidenciando a supressão de sua identidade

individual em favor das normas sociais do matrimônio. Sua dedicação ao lar é tão intensa que ela raramente sai de casa, limitando-se a duas ocasiões por ano.

3.3.2 Dona Margarida X Rosalina e Ernestina

Na trama de *Clara dos Anjos*, Dona Margarida assume um papel protetor e rigoroso em relação a Clara. Ela é uma mulher forte, sagaz e honesta, que se preocupa com o bem-estar da jovem. Ao perceber que Clara está envolvida em uma situação delicada e preocupante, Dona Margarida insiste para que ela conte a verdade e, ao saber dos problemas de Clara, age com firmeza para protegê-la. Além disso, Dona Margarida enfrenta a família do jovem Cassi, mostrando-se destemida ao defender Clara e exigir justiça, demonstrando seu compromisso com a integridade da jovem e seu desejo de livrá-la de uma situação desfavorável. Por outro lado, Rosalina, representa uma figura de alerta para Clara. Sua vida marcada pela desgraça, após ter sido seduzida e abandonada, culmina em pobreza, alcoolismo e doenças, sendo uma das vítimas da exploração masculina. Essa história serve como uma advertência implícita para Clara, refletindo os perigos da vulnerabilidade feminina em um contexto de desigualdade social e racial, situação à qual Clara também está exposta devido ao interesse predatório de Cassi. Ernestina é uma personagem que representa um exemplo de deterioração física e emocional, causada pelas condições adversas em que vive. Sua história e seu relacionamento com Ataliba, que a deixou cheia de filhos e sem condições dignas, servem como um reflexo sombrio dos desafios e dificuldades que mulheres como Clara enfrentam. Ernestina simboliza a vulnerabilidade e a exploração de mulheres na

sociedade, alertando para o que poderia ser o destino de Clara caso ela também caia nas armadilhas e enganos de homens como Cassi.

Dona Margarida é uma personagem emblemática na obra *Clara dos Anjos* é Dona Margarida, que, de acordo com Maria Sandra da Gama, no trabalho intitulado: “Sou eu mesma, minha senhora!: Relações de gênero e solidariedade em Margarida Pestana Weber, de Lima Barreto” (2018), pode estar ligada com as experiências vividas pelo autor no que tange às interações com mulheres brasileiras em dois contextos distintos: o âmbito familiar e o contexto social. No último, especialmente, Barreto estabeleceu vínculos com mulheres pertencentes à elite burguesa, desde sua época como estudante até sua consolidação como escritor.

A dupla experiência do escritor nesses espaços, aliada às (re)leituras de autores e da realidade concreta que fazia, provavelmente contribuíram para Lima Barreto projetar um tipo de mulher distante dos dois referentes conhecidos, daí talvez, os aspectos femininos admiráveis sobressalentes em dona Margarida Weber Pestana (GAMA, 2018, p. 3).

Essa citação é especialmente relevante no contexto da personagem, uma vez que a personagem é diferente de todas as outras mulheres da obra. O narrador exalta a independência de Dona Margarida em vários contextos do enredo:

Margarida era uma mulher séria, rigorosa de vontade, visceralmente honesta, corajosa, e não haveria rogos nem choro que a fizessem contribuir para um crime de qualquer natureza” [...] Toda a sua vida era marcada pelo heroísmo e pela bondade [...] Dona Margarida, uma viúva muito séria que morava nas vizinhanças e ensinava a Clara bordados e costuras (BARRETO, 1999, p. 17 - 149 - 150).

Caracterizada pelo narrador como tendo personalidade resiliente e moralmente sólida, este reforça sua figura como um exemplo de retidão e firmeza de caráter, “Tinha essa senhora, um temperamento de heroína doméstica”[...] Era respeitada pela sua coragem, pela sua bondade e pelo rigor de sua viuvez. (BARRETO, 1999, p. 49-49).

A atribuição da origem russa de Margarida pode ser resultado da afinidade do escritor pelas ideologias socialistas difundidas na União Soviética. Segundo Gama, isso decorre não apenas da sua compreensão das concepções bolcheviques, presentes nos livros e nos jornais que traziam informações sobre aquele país socialista, mas também da influência das mulheres brasileiras em sua vida. Elas o inspiravam a reimaginar a realidade e a construir novos universos femininos em sua ficção. (GAMA, 2018 p. 3).

Assim, Dona Margarida Weber Pestana, descrita pelo narrador como uma mulher com uma postura decidida, estava sempre acompanhada pelo filho único, de quatorze anos, e exibia um temperamento digno de uma heroína do lar. Chegou ao Brasil bem jovem, com seu pai, um alemão, enquanto ela mesma nasceu em Riga, tornando-se russa devido à nacionalidade de sua mãe. Perdera a mãe antes de completar dezesseis anos. Seu pai emigrara ao Brasil para trabalhar nas obras da Candelária, contribuindo para o acabamento de prédios imponentes. Desde cedo, demonstrou interesse por um tipógrafo que frequentava a pensão que ela gerenciava ativamente na Rua da Alfândega. Ele faleceu dois anos após o casamento devido à tuberculose, deixando-lhe o filho Ezequiel. Mais tarde, seu pai também faleceu, vítima de febre amarela. Mesmo enfrentando essas perdas, Dona Margarida persistiu, vendendo a pensão e adquirindo uma modesta casa nos subúrbios, onde vivia. Trabalhava como costureira, bordava e

cuidava de aves, mantendo uma conduta honesta e serena: “Era respeitada pela sua coragem, pela sua bondade e pelo rigor de sua viuvez”. (Barreto, 1990, p. 48). Desse modo, fugia ao estereótipo da mulher do seu tempo e, sendo uma viúva independente, contrasta fortemente com as outras mulheres retratadas pelo narrador. Enquanto muitas das mulheres dependem dos maridos para sustento e segurança, Dona Margarida destaca-se como uma figura independente, capaz de ganhar seu próprio dinheiro e tomar suas próprias decisões.

Dona Margarida era mulher alta, forte, carnuda, com uma grande cabeça de traços enérgicos, olhos azuis e cabelos castanhos tirando para louro. Toda a sua vida era marcada pelo heroísmo e pela bondade. Embora nascida em outros climas e cercada de outra gente, o seu inconsciente misticismo humanitário, herança dos avós maternos, que andavam sempre às voltas com a polícia dos czares, fê-la logo se identificar com a estranha gente que aqui veio encontrar. Aprendeu-lhe a linguagem, com seus vícios e idiotismos, tomou-lhe os hábitos, apreciou-lhe as comidas, mas sem perder nada da tenacidade, do esprit de suíte, da decidida coragem da sua origem (BARRETO, 1990, p. 150).

Sobre essas características marcantes da personagem de Lima Barreto, Maria Sandra da Gama (2018) destaca que a personagem é diferente das demais mulheres da obra, pois, viúva e com filho, busca seu próprio sustento e parece resistir à opressão, mostrando uma determinação em não se deixar curvar totalmente pela dominação de gênero e classe. Margarida sobrevive às normas sociais que buscam mantê-la em uma posição subalterna. A narrativa a retrata como uma figura que desafia limitações de gênero e que busca encontrar sua própria voz dentro de um sistema que tenta silenciá-la e mantê-la em um lugar de inferioridade:

Dona Margarida Weber Pestana, de origem estrangeira e humilde, porém, certamente instruída o suficiente para não se deixar curvar totalmente à incoerência entre sua condição de mulher pobre e as restrições burguesas impostas aos indivíduos, cujo predomínio da dominação se dava sobre as pessoas de seu gênero (GAMA, 2018, p. 3).

Um aspecto importante a se considerar é o caráter de imigrante europeia de Dona Margarida. De certo modo ela representa ideais sobre a emancipação feminina que já vigoravam no continente europeu, mas que tardavam a chegar às mulheres da periferia do Rio de Janeiro.

Considerando tais ponderações, é relevante ressaltar a trajetória de Dona Margarida Weber que, após dois anos de casamento, viu-se viúva e responsável pela criação de seu único filho. Diante dessa circunstância, é plausível inferir que tenha enfrentado a necessidade de reconfigurar sua identidade para subsistir sem o amparo do esposo. Pouco mais de um ano após o falecimento do marido, a morte de seu pai a deixou enfrentando novos desafios. Temporariamente, manteve-se à frente da administração do negócio familiar, o qual posteriormente se desfez. Assim, adquiriu uma residência no mesmo bairro onde Clara dos Anjos e sua família residiam. Nessa nova localidade, empreendeu esforços para assegurar sua própria subsistência e a de seu filho com dignidade. O fato de não ter nem pai nem marido a quem recorrer e de o único homem de sua família ser apenas um garoto reforça o viés de emancipação que a personagem carrega.

No contexto das primeiras décadas do século passado, a vulnerabilidade das viúvas pobres diante das necessidades materiais e da falta de proteção era uma realidade

comum. Frequentemente, encontravam-se compelidas a submeterem-se aos domínios de novos parceiros como forma de enfrentar suas circunstâncias desafiadoras. A complexidade da dinâmica social em questão proporciona uma perspectiva esclarecedora sobre os desafios enfrentados pelas mulheres durante o período abordado, os quais, segundo Maria Sandra da Gama, não são representados por Lima Barreto como uma situação de fragilidade para Dona Margarida:

Nas primeiras décadas do século passado era muito comum que mulheres viúvas pobres, enredadas pelas necessidades materiais, ou por suas supostas faltas de proteção, por se encontrarem nessa condição, terminassem, muitas vezes, se sujeitando aos domínios de um novo companheiro (GAMA, 2018, p. 4).

A citação lança luz sobre a realidade social das mulheres viúvas e pobres nas primeiras décadas do século XX e ressalta a vulnerabilidade econômica e emocional enfrentada por elas após a perda de seus cônjuges. A menção às “necessidades materiais” destaca a luta dessas viúvas para garantir sua sobrevivência e a dos dependentes, muitas vezes sem apoio financeiro adequado, o que sugere uma percepção social de que elas estavam desprotegidas e precisavam de um novo parceiro para segurança e estabilidade. Isso evidencia a pressão social e as expectativas de gênero que influenciavam as decisões dessas mulheres, forçando-as a buscar uma nova união para evitar o estigma e a marginalização, contudo observa-se que a personagem Dona Margarida foge a esse estereótipo, desvencilhando-se inclusive das investidas amorosas de Timbó:

O senhor Ataliba do Timbó deu em certa ocasião em persegui-la com ditinhos de amor

chulo. Certo dia, ela não teve dúvidas: meteu-lhe o guarda-chuva com vigor. À noite, no intuito de defender as suas galinhas da sanha dos ladrões, de quando em quando, abria um postigo, que abria na janela da cozinha, e fazia fogo de revólver. (BARRETO, 1990, p. 48-49)

Nesse sentido podemos buscar referências em Michelle Perrot, em seu ensaio “À margem: solteiros e solitários”, inserido na obra *História da Vida Privada: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra* (2009), onde a historiadora disserta sobre as profundas complexidades do casamento na sociedade francesa durante a *Belle Époque*. Ela desvela um cenário em que o matrimônio é exaltado como o único destino aceitável para as mulheres, enquanto aquelas que optam pela solteirice são alvo de olhares desconfiados e julgamentos, sendo rotuladas como: “Desavergonhada que vive de seus encantos ou solteirona sem eles, a mulher sozinha desperta desconfiança, reprovação e zombaria”. (PERROT, 2006, p. 298-299).

Dentro desse contexto, as viúvas que ousavam não se embrenhar em um segundo matrimônio enfrentavam um dilema complexo em que a escolha pela solidão, muitas vezes, tinha alto custo: “As mulheres administram sua solidão, temporária ou permanente, nem sempre desejada, mas talvez preferida em lugar de um casamento pouco atraente”. (PERROT, 2006, p. 301).

É na Belle Époque do Rio de Janeiro que a figura de Margarida Pestana, ainda que confinada ao âmbito doméstico, ganha relevância. Enfrentando o estigma moral associado à condição de viúva, Margarida não se submete às expectativas sociais e patriarcais que exigiriam um novo casamento. Sua solidão, longe de ser imposta, é uma afirmação corajosa da autonomia e dignidade. Assim, Margarida se torna um símbolo de

resistência contra as normas opressivas de uma sociedade que não reconhece o valor da escolha individual e da liberdade feminina.

A independência não apenas a distingue das outras personagens, mas também lhe confere uma liberdade que muitas das outras mulheres na história não têm. Ela não está presa a um casamento infeliz ou a um papel tradicional de esposa; em vez disso, ela segue os próprios interesses e desejos com a força de já ter feito sua parte, uma vez que já se casara e tivera seu filho. Sendo o destino o responsável pela situação solitária, Margarida não se dobra à imposição de um segundo matrimônio.

A atitude de Dona Margarida em estabelecer uma amizade próxima com Clara, acompanhando-a em passeios, idas ao cinema e à missa, evidencia a capacidade de desafiar as normas sociais que impõem restrições às mulheres. Enquanto diversas outras personagens femininas na obra enfrentam situações de tristeza e até mesmo violência por parte dos esposos, Dona Margarida sobressai-se como um símbolo de determinação e resiliência. Esta representação é reforçada por Vasconcellos, que ressalta a posição independente da personagem, notando o tratamento distinto concedido a ela pelo narrador.

Dona Margarida foge ao protótipo da mulher brasileira do seu tempo. Seu posicionamento perante a vida encontra-se relacionado ao fato de ser de origem europeia, era filha de imigrantes: o pai era alemão e a mãe russa. Reiterando a ideia de que a origem condicionava o caráter da mulher. (VASCONCELLOS, 1999, p. 151)

Vasconcellos sugere que o narrador dá ideia de que a origem de uma pessoa pode condicionar seu caráter e atitudes. Pelo fato de que Dona Margarida que era de

origem russa, frequentemente desafiava a noção de que o caráter, a personagem pode ser vista como alguém que, através de sua herança cultural mista, desafia as expectativas sociais e reflete a crítica de Lima Barreto à sociedade brasileira da época.

Dona Margarida, de acordo com Eliane Vasconcellos, é “personagem mais ativa, enérgica e absolutamente independente”. (VASCONCELLOS, 1999, p. 150) da obra. Neste contexto, ao adentrarmos no universo narrativo de *Clara dos Anjos*, somos conduzidos para além da proeminente independência de Dona Margarida, deparando-nos com duas figuras distintas: Rosalina e Ernestina. Enquanto Dona Margarida personifica a autonomia e a fortaleza feminina, Rosalina e Ernestina figuram como exemplares de mulheres submissas às vontades dos esposos. Neste cenário, propõe-se uma análise das nuances das relações matrimoniais e dos desafios enfrentados por essas mulheres em uma sociedade patriarcal e opressiva, conforme destacado por Eliane Vasconcellos.

Em *Clara dos Anjos*, mulheres de classe inferior são seduzidas e levam uma vida miserável, algumas foram abandonadas, enquanto outras lograram casar-se. Isso, contudo, só se concretizou porque o homem, para se livrar da coação judicial, aceitou o casamento (VASCONCELLOS, 1999, p. 82).

Confrontados com as cruéis realidades enfrentadas pelas mulheres de classes sociais inferiores encontramos Ernestina, uma figura emblemática que personifica as lutas e adversidades das mulheres marginalizadas. Assim como muitas outras, Ernestina foi seduzida e arrastada para uma existência miserável, abandonada à sorte. Sua história muda para pior quando um homem, pressionado pela ameaça judicial, concorda em

casar-se com ela, o que dá cor às complexas dinâmicas de poder e controle que permeiam as relações de gênero na sociedade retratada por Barreto:

Ataliba do Timbó era um mulato claro, faceiro, bem-apessoado, mas antipático pela sua falsa arrogância e fatuidade. Havia sido operário em uma oficina do Estado. Meteu-se com Cassi e, aos poucos, abandonou o emprego, abandonou a mãe, de quem era único arrimo, e quis imitar o mestre até o fim. Foi infeliz. Arranjou uma complicação policial e matrimonial de donzelas, nas quais Cassi era useiro e vezeiro, e saiu-se mal. Obrigaram-no a casar; mas teve a hombridade de ficar com a mulher, embora, resignadamente, ela sofresse toda a espécie de privações, no horrível subúrbio de Dona Clara, enquanto ele andava sempre muito suburbanamente elegante e tivesse vários uniformes de football. (BARRETO, 1990, p. 33)

O narrador nos revela que a vida de Ernestina teve uma mudança considerável dado que, quando solteira, era uma mulher alegre e tagarela, mas, após o casamento, transforma-se no oposto e passa a viver uma vida de semiescrava:

Pobre Ernestina! Era tão alegre, tão tagarela, era moça, e bonitinha, na sua fisionomia miúda e na sua tez pardo-clara, um tanto baça, é verdade, mas não a ponto de enfeá-la, quando conheceu Ataliba; e hoje? Estava escanzelada, cheia de filhos, a atrair sofrimentos de toda a espécie, sempre mal calçada, quando, nos tempos de solteira, o seu luxo eram os sapatos! Quem te viu e quem te vê! (BARRETO, 1990, p. 33).

O tratamento dispensado a Ernestina nos parece comum a várias outras mulheres, pois a submissão ao marido provedor é central em seu desenvolvimento. Vasconcellos (1999, p. 84) ressalta a questão da submissão feminina, apontando que as mulheres pertencentes a

camadas sociais menos privilegiadas buscavam inserir-se no mercado de trabalho como meio de conquistar certa autonomia, eventualmente quebrando os grilhões da submissão. No entanto, no romance *Clara dos Anjos*, tal dinâmica não é representada. O caso de Ernestina, conforme discutido por Vasconcellos, ilustra a submissão feminina no romance, evidenciando a falta de autonomia das mulheres de camadas sociais menos privilegiadas. A descrição inicial de Ernestina como uma jovem alegre e bonita, contrastando com a condição atual de escanzelada, cheia de filhos e constantemente mal calçada, reflete uma mudança significativa em seu *habitus*.

O *habitus*, segundo Bourdieu, refere-se aos sistemas de disposições internalizados pelos indivíduos, influenciando comportamentos e escolhas. Ernestina, antes de se casar com Ataliba, possuía um *habitus* moldado por uma perspectiva de vida mais leve e descontraída, onde o luxo de ter sapatos era uma prioridade. No entanto, após o casamento e a maternidade, seu *habitus* foi transformado pela nova realidade da vida conjugal e familiar. Ela agora enfrenta dificuldades financeiras e responsabilidades adicionais, resultando em uma mudança de prioridades e comportamentos. Além disso, a descrição da deterioração da condição física de Ernestina e a situação precária em relação aos cuidados pessoais, como estar constantemente mal calçada, também pode ser entendida à luz do conceito de *violência simbólica* de Bourdieu.

A falta de recursos financeiros e a sobrecarga de responsabilidades domésticas que ela enfrenta são manifestações da violência simbólica exercida sobre as mulheres de classes sociais menos privilegiadas, que são marginalizadas e subjugadas dentro de um sistema social patriarcal.

Após desvendar os intricados detalhes da vida de Ernestina, adentramos agora

no universo de Rosalina, outra figura marcante no romance. Se Ernestina encontrou-se às voltas com as vicissitudes da vida urbana em um casamento desastroso, Rosalina não está isenta de destino igualmente ou mais desafiadores.

O narrador descreve um caso típico de violência doméstica que acaba em um emaranhado de tragédias na vida da personagem. Casada por imposição judicial, assim como a personagem Ernestina, Rosalina foi submetida a uma cruel violência doméstica por parte do marido, pelo que essa personagem representa a triste realidade de muitas mulheres marginalizadas no Rio de Janeiro da época: “Já foi dito que nas classes sociais mais pobres, era comum a mulher ser espancada pelo marido e abandonada”. (VASCONCELLOS, 1999, p. 85).

A citação de Eliane Vasconcellos ressalta uma dura realidade enfrentada pelas mulheres nas classes sociais mais pobres durante o início do século XX. Retratada por Lima no romance, a violência doméstica era uma triste constante na vida de muitas mulheres, como observamos a situação da personagem Rosalina em *Clara dos Anjos*, “Ao fim deles, devido a reveses, o marido começou a embirrar com ela, a atribuir-lhe toda a sua desgraça, **a espancá-la**, mas dando alguma coisa com que ela se sustentasse e aos filhos”. (BARRETO, 1990, p. 62, grifo nosso).

Essa prática reflete não apenas a dominação masculina e a submissão das mulheres, mas também a ausência de proteção legal e social para as vítimas. Vemos Rosalina entregando-se à prostituição e deixando seus filhos aos cuidados da avó. O declínio observado na condição de mulheres em situações vulneráveis reflete as escassas alternativas disponíveis para elas, além de evidenciar a ausência de apoio social e a carência de oportunidades, como exemplificado no caso de Rosalina.

O caso de Rosalina exemplifica a perpetuação da dominação masculina, onde o marido exerce controle e violência sobre ela, resultando em tragédias que impactam profundamente sua vida. A imposição judicial do casamento de Rosalina é um exemplo da forma como as estruturas legais e sociais podem ser utilizadas para manter as mulheres em posições subalternas, submetendo-as ao domínio masculino. A violência doméstica que ela enfrenta dentro do casamento é uma manifestação direta dessa dominação, evidenciando como as relações de poder desiguais são reproduzidas e naturalizadas na esfera privada. A citação de Vasconcellos, que menciona a prevalência da violência doméstica nas classes sociais mais pobres, corrobora a ideia de que a dominação masculina é uma realidade enfrentada por muitas mulheres marginalizadas na sociedade. A personagem Rosalina é retratada em *Clara dos Anjos* como um reflexo da dura realidade enfrentada por mulheres marginalizadas. Seduzida e posteriormente forçada a um casamento infeliz, Rosalina mergulha em uma vida de vícios e sofrimentos, servindo como uma advertência das consequências da falta de escolhas e proteção social para mulheres pobres e negras. Sua trajetória de desgraça destaca-se em contraste com a vida reclusa e protegida de Clara, demonstrando as diferentes formas de opressão feminina. Podemos observar Rosalina como um exemplo de vulnerabilidade a que está exposta também Clara por sua própria condição, com uma percepção crescente de que, apesar do cuidado excessivo, também está sujeita às injustiças sociais.

3.3.3 Nair

Nair é uma jovem que cai nas armadilhas de Cassi, tornando-se vítima de sua

sedução e promessas enganosas. Assim como Clara, Nair representa a vulnerabilidade das mulheres jovens e ingênuas diante de homens manipuladores como Cassi. Sua história serve de exemplo e alerta no contexto da obra, destacando o perigo e as consequências de envolvimento com homens que abusam da confiança e ingenuidade alheia.

Dentro desse contexto de dominação masculina, encontramos outro perfil de mulher na narrativa de Lima Barreto, a personagem Nair. Também seduzida por Cassi Jones, todavia não teve o mesmo destino de Ernestina e Rosalina:

Enfim, a pequena Nair, inexperiente, em plena crise de confusos sentimentos, sem ninguém que lhe pudesse orientar, acreditou nas lábias de Cassi e deu o passo errado. A mãe veio a descobrir-lhe a falta, que se denunciava pelo estado do seu ventre (BARRETO, 1990, p. 27).

Cassi Jones não seria obrigado a se casar, já que tinha na figura da mãe uma “advogada” dedicada que fazia de tudo para livrá-lo das garras da justiça, nesse caso, Nair conseguiu se casar com um oficial do exército “É um oficial do Exército, homem preparado, parece que engenheiro, cuja mulher atual é aquela moça que Cassi desonrou, e a mãe matou-se por isso, há cinco anos”. (BARRETO, 1990, p. 25). Embora Lima não dê mais detalhes desses personagens, o registro é pertinente já que podemos ver que também havia histórias onde mulheres podiam ter um final feliz, embora a mãe da personagem não suportando as pressões de ter uma filha desonrada acabou por tirar a própria vida. “No dia seguinte, a mãe de Nair suicidava-se com lisol. Os jornais

esgravataram o acontecimento e contaram as causas do suicídio com todos os pormenores”. (BARRETO, 1990, p. 28). Após a terrível exposição nos jornais, a vida de Nair transformou-se em um turbilhão de angústia e sofrimento. O peso da desonra, a vergonha estampada em manchetes, era como uma marca indelével na mulher desonrada e grávida em uma sociedade que julgava a mulher solteira.

Sobre a mãe solteira, Michelle Perrot, em *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros* (2017), apresenta estudos sobre as relações de poder das mulheres na França do século XIX e afirma que: “As mães solteiras, um tanto rejeitadas dentro da sociedade encontram uma certa proteção nessas comunidades de mulheres, a quem o hábito da infelicidade torna compreensivas”. (PERROT, 2017, p. 209). Ora podemos supor que Nair teria um destino completamente desesperador agora sem mãe e com filho para criar, e com a insistência dos jornais em publicar várias vezes a notícia “Os jornais não se deixaram ficar na simples notícia do suicídio. Revolveram a vida de Cassi; contaram-lhe as proezas; e ele, a conselho da mãe, foi passar uns tempos na casa do tio, o doutor, que tinha uma fazendola em Guaratiba. ” (BARRETO, 1990, p. 29), expondo assim a própria Nair, ainda mais visto que a sociedade brasileira, tal qual a sociedade exposta por Perrot na França, tinham olhares de julgamento para mães solteiras. A personagem Nair em *Clara dos Anjos* tem uma importância central para destacar a fragilidade das jovens pobres diante da exploração e sedução masculina. Nair, vítima de Cassi, é seduzida e posteriormente abandonada, resultando em uma gravidez indesejada. Essa situação culmina no trágico suicídio de sua mãe, expondo as injustiças sociais e o abandono enfrentado pelas mulheres marginalizadas. A relação de Nair com Clara evidencia as semelhanças entre as duas, pois ambas pertencem a camadas

vulneráveis da sociedade, embora Clara, protegida pela família, também corra riscos semelhantes.

3.3.4 Dona Salustiana

Na obra *Clara dos Anjos*, Dona Salustiana, mãe de Cassi, exibe um forte desprezo e preconceito em relação a Clara, tratando-a com frieza e desdém, principalmente ao descobrir que Clara é uma vítima das ações de seu filho. Quando Clara sugere o casamento como uma solução para sua situação, Dona Salustiana reage com indignação e ofensas racistas, deixando claro que não a considera digna de fazer parte de sua família. Esse confronto expõe o preconceito e a hipocrisia da sociedade da época, intensificando o sofrimento e a humilhação vividos por Clara.

Dona Salustiana, mãe de Cassi Jones, é casada com Manuel Borges de Azevedo, um casamento de longos anos desde “quando este ainda era praticante e revia provas, à noite, nos jornais, para acudir às despesas da casa”. (BARRETO, 1990, p. 25). Destaca-se, a partir de seu casamento, o empenho de uma mulher vaidosa, cujos discursos cotidianos são permeados por uma retórica aristocrática, na luta para libertar Cassi Jones das intervenções coercitivas de familiares e das autoridades policiais. Tal esforço se reflete nas incessantes pressões sobre o marido, Manuel Borges, para que este adote medidas pertinentes. A caracterização dessa mulher é a de alguém dotado de preconceitos evidentes: “A mãe recebia-lhe a confissão, mas não acreditava; entretanto, como tinha as presunções fidalgas, repugnava-lhe ver o filho casado com uma **criada preta, ou com uma pobre mulata costureira, ou com uma moça branca lavadeira e analfabeta**” (BARRETO, 1990, p. 7.

Grifos nossos).

A figura de Dona Salustiana, cheia de preconceitos arraigados, demonstra a internalização de um *habitus* caracterizado por valores tradicionais e elitistas, além disso, Salustiana representa a manutenção do status quo e a reprodução das normas sociais dominantes, enquanto Manuel Borges surge como um contraponto, sugerindo uma postura mais passiva diante das pressões sociais e familiares.

O narrador apresenta Salustiana como alguém cheia de aversão a relacionamentos inter-raciais. Sua preocupação com a reputação e status social da família evidencia uma mentalidade estreita e discriminatória. Salustiana também exemplifica o conceito de *dominação masculina*³⁴ descrito por Bourdieu.

Como mãe protetora e defensora dos valores tradicionais, representa a reprodução da ideologia patriarcal, pois age para defender a honra do filho para que ele continue sendo o homem que é e agindo livremente na sociedade. Portanto, representa um tipo de mulher enraizada em valores tradicionais e elitistas, cuja visão de mundo é moldada por ideias de superioridade e exclusividade. A recusa em aceitar a possibilidade de seu filho se envolver com mulheres de diferentes origens sociais e étnicas reflete não apenas seu preconceito, mas também insegurança e medo da mudança social.

³⁴ Pierre Bourdieu definiu a *dominação masculina* como uma forma de *violência simbólica*, invisível até mesmo para as vítimas. Essa dominação é essencialmente exercida através dos meios simbólicos de comunicação e conhecimento. Bourdieu identificou a Escola e o Estado como as principais instituições responsáveis por elaborar e impor esses princípios, inclusive no âmbito privado, e afirmou que esses campos deveriam ser o foco principal das lutas feministas. (BOURDIEAU, 2012).

A relação conjugal entre Salustiana e Manuel Borges, tal como delineada no romance, é uma manifestação vívida das dinâmicas sociais e de gênero da sociedade carioca do início do século XX. Enquanto Salustiana encarna a figura materna protetora, desesperada para resguardar a segurança de seu filho, Manuel Borges emerge como um contraponto de serenidade e retidão moral. A relutância em intervir nos problemas de Cassi Jones, contrastando com a insistência de Salustiana para que ele utilize a influência, revela uma tensão subjacente na dinâmica conjugal. Esta tensão, enraizada em expectativas sociais divergentes e nas limitações impostas pelo patriarcado, ilustra a complexidade das relações interpessoais e a constante negociação de poder dentro do casamento. Salustiana, enquanto guardiã da moralidade e da proteção maternal, colide com a postura mais passiva de Manuel Borges, evidenciando conflitos de valores e responsabilidades.

O casamento de Salustiana e Manuel Borges, assim, transcende a esfera individual, servindo como um microcosmo das tensões sociais e das construções de gênero que permeiam a sociedade retratada por Lima Barreto. Nesse sentido, sob a luz da recente teoria de Pierre Bourdieu acerca da *dominação masculina*, a relação entre Salustiana e Manuel Borges ganha um peso significativo no conjunto da obra.

Bourdieu, em *A dominação masculina* (2012), argumenta que as relações de gênero são estruturadas por um sistema de dominação simbólica que perpetua a submissão das mulheres. No caso de Salustiana, a submissão é velada por uma aparente superioridade social e moral que ela tenta manter a qualquer custo. Esta superioridade, no entanto, é uma construção frágil, baseada em mentiras sobre a verdadeira posição de seu pai e na negação da realidade social ao seu redor. Salustiana geria a fantasia sobre a posição ocupada pelo pai que, na verdade, era apenas o escriturário do arsenal de

guerra: “Com muito sacrifício e graças a uma pequena fortuna que lhe viera ter por acaso às mãos, pudera educar melhorzinho os dois únicos filhos que tivera.” (BARRETO, 1990, p. 25). Sua vaidade era tamanha que não confessaria a origem humilde por nada, assim, Lima Barreto aborda a vaidade e o preconceito social através da personagem que, mesmo diante das falcatruas do filho, se recusa a aceitar a responsabilidade e prefere viver na ilusão de uma nobreza inexistente, reproduzindo os valores da classe dominante ao tentar se passar por uma “bem-nascida”:

Mas é a sexta moça, Salustiana! - Qual o quê! Calunia-se muito... - Qual calúnia, qual nada! Este rapaz é um perverso, é sem-vergonha. Eu sei o nome das outras. [...] Porque, casar com essas biraias, ele não se casa. Eu não quero. (BARRETO, 1990, p. 24).

Essa crítica é acentuada pelo desprezo que ela e as filhas têm por aqueles que consideram socialmente inferiores, refletindo a hipocrisia e os preconceitos enraizados na sociedade da época. Nesse sentido, observamos uma diferença imensa nas relações matrimoniais de Salustiana e Engrácia, pois, enquanto a primeira emerge como uma mulher que toma atitudes para resolver problemas, a segunda é passiva e espera que o próprio marido resolva tudo, todavia, ambas são envoltas pela dominação simbólica que aparece na valorização exagerada que dão aos princípios culturais da elite dominante. Ainda que branca, Salustiana não é rica e, por isso, é afetada por uma tentativa constante de fingir pertencer a um grupo social que a rejeita e a reproduzir seu *habitus* por meio de seu preconceito e racismo.

3.3.5 Dona Castorina

Em meio à constelação de mulheres da obra *Clara dos Anjos*, encontramos ainda outras personagens que merecem um destaque seja pela questão do casamento, seja pelo modo como o narrador as descreve. Nesse contexto, Dona Castorina, uma mulher casada com o poeta Leonardo Flores, se diferencia de Engrácia e Salustiana pelo fato de ser uma esposa devotada que se dedicava a fim de que o marido poeta vivesse a vida intelectual. A vida dedicada ao casamento de Dona Castorina em *Clara dos Anjos* revela as limitações sociais e de perspectiva para as mulheres da época, especialmente em relação ao papel doméstico e ao casamento. Ao assumir um papel submisso e focado exclusivamente na casa e no marido, ela personifica o ideal feminino restrito ao lar e à obediência ao marido.

Apesar de ter uma vida doméstica mais rica que as outras, Castorina era uma “pequena mulata, magra, de olhos negros **e tristes**” (BARRETO, 1990, p. 45. Grifo nosso). Segundo o narrador, tinha orgulho do sucesso do marido “e ela tinha, no fundo d'alma, **apesar dos desregramentos do seu marido**, um grande orgulho de sua Glória” (idem, p. 45. Grifos nossos). O narrador parece enaltecer os feitos de Castorina na organização da casa, porém, o que sobressai é a submissão e devoção ao marido,

Nunca se lhe ouvia um queixume, nunca articulou uma acusação contra Flores. Sofria todos os desmandos do marido com resignação e longanimidade. Esse seu gênio, esse seu temperamento de doçura e perdão em face da exaltação, da exacerbação, até quase delírio, do marido, fizera que este produzisse o que produziu. (BARRETO, 1990, p. 96).

Eliane Vasconcellos pondera que a personagem Castorina “corresponde, até certo ponto, a mulher perfeita para um intelectual.” (VASCONCELLOS, 1999, p. 87), haja vista que Flores abriu mão de tudo para se dedicar aos estudos literários e reconhece que sem a devoção da mulher poderia não ter conseguido. A devoção ao marido e seu apoio inabalável aos estudos literários revelam uma submissão e anulação de si mesma em prol do bem-estar e sucesso do parceiro, personificando a figura da esposa tradicional, cujo papel era relegado ao apoio silencioso e à renúncia das próprias aspirações em favor das do marido. Contudo, o narrador enfatiza que Castorina não era feliz no casamento, “Resolveu fazer mais este sacrifício ao seu triste casamento” (BARRETO, 1990, p. 141). Embora o marido poeta não a tratasse mal, ressalta a resignação de Castorina em aceitar seu destino infeliz, demonstrando disposição em sacrificar a própria felicidade em prol do bem-estar de Flores.

A renúncia e devoção de Castorina ao marido são aspectos cruciais que podem ser comparados às experiências de outras mulheres na obra, como Engrácia. Enquanto Engrácia é retratada como uma mulher submissa e dependente de seu marido, Castorina destaca-se pela dedicação inabalável a Leonardo Flores em detrimento da própria realização pessoal. Castorina internaliza um *habitus* moldado pelas expectativas sociais da época. Esse conjunto de disposições internalizadas, fruto da socialização, a leva a adotar um comportamento submisso e abnegado, priorizando as necessidades e desejos do marido em detrimento dos próprios. Sua educação e experiências a condicionam a crer que seu papel principal na vida é servir ao marido e à família. Castorina revela que dominação simbólica presente nas estruturas sociais da época reforça essa crença e limita as aspirações individuais.

Castorina abraça voluntariamente o papel de esposa devotada. Essa submissão, aparentemente passiva, esconde uma forma de submissão ativa. Ela escolhe, dentro dos limites impostos pela sociedade, a melhor estratégia para garantir a estabilidade e o bem-estar do marido, mesmo que isso signifique renunciar à própria felicidade. Essa submissão ativa revela a complexa relação entre Castorina e as estruturas de poder. Ela não é simplesmente uma vítima passiva da dominação masculina, mas sim uma agente que navega dentro das restrições sociais, buscando a melhor solução para si e para seu marido.

Dessa forma, o narrador apresenta diferentes facetas da experiência das mulheres de seu tempo (contemplando diferentes idades e classe social). Lima Barreto destaca, portanto, a heterogeneidade das vivências femininas na sociedade patriarcal. Nem todas as mulheres se submetem da mesma forma e trajetórias são moldadas por diferentes fatores, como classe social, educação e contexto familiar. Assim, pelo retrato da vida íntima das mulheres, o escritor revela a complexidade das relações conjugais e os diferentes motivos que podem impulsionar a devoção das mulheres aos maridos. Nesse sentido, Castorina emerge como uma figura que, embora submissa, é também fortalecida pela escolha consciente de apoiar seu parceiro.

3.3.6 Clara dos Anjos

A protagonista da obra de Lima Barreto chama a atenção por viver em um universo repleto de outras mulheres que representam a sociedade no final do século XIX e início do século XX. Clara habita um espaço de periferia no auge dos 17 anos e se

mostra alienada em relação a situação social e aos casamentos e relacionamentos que ocorrem ao seu redor. Esta alienação se evidencia por vários aspectos.

Protegida de forma exagerada por seus pais, é mantida isolada de muitos aspectos da vida social e das realidades matrimoniais e não tem permissão sequer para ir sozinha até a venda, mesmo em situações de necessidade: “Até ir de um pulo à venda do 'Seu' Nascimento não tinha licença”. (BARRETO, 1990, p. 62). Esse isolamento a impede de compreender completamente as complexidades e dificuldades dos casamentos, como visto no exemplo de Rosalina, que foi obrigada a casar-se com seu sedutor e acabou em uma vida de desgraça: “Seduzida em tenra idade, a polícia obrigou o sedutor a casar-se com ela. Nos três primeiros anos, as coisas correram mais ou menos naturalmente”. (BARRETO, 1990, p. 62).

Além disso, Clara idealiza o amor de maneira ingênua e ilusória. Ela romantiza Cassi, apesar dos constantes avisos e críticas sobre o caráter dele. Sua visão romantizada e a falta de experiências a fazem acreditar nas intenções do rapaz sem questionamentos profundos: “Era mesmo um bom, um sincero, um namorado, mais que isto, um noivo - esse Cassi”. (BARRETO, 1990, p. 138) . Ignorando as advertências sobre o comportamento de Cassi, Clara acredita na promessa de casamento, mesmo sem evidências concretas: “Cassi, sem hesitação, com o mais convincente tom de franqueza, respondeu: - Não posso ainda, meu bem. Seus pais... é verdade que seu padrinho não existe mais... Dona Engrácia não me suporta” (Idem, p. 68).

Outro ponto crucial é o desconhecimento de Clara sobre as consequências de atos. Ela não tem consciência das possíveis repercussões sociais e pessoais de seu relacionamento com Cassi. Sua falta de experiência e conhecimento da vida a deixam

vulnerável e incapaz de prever os desdobramentos de suas ações: “Não havia, em Clara, a representação, já não exata, mas aproximada, da individualidade social; e, concomitantemente, nenhum desejo de elevar-se, de reagir contra essa representação” (Idem, p. 104). A personagem demonstra uma ingenuidade ao não perceber os riscos e as responsabilidades envolvidas em na situação: “Clara era uma natureza amorfa, pastosa, que precisava mãos fortes que a modelassem e fixassem” (Idem, p. 49).

Finalmente, a falta de referências e diálogos abertos sobre a vida e os relacionamentos contribui para a alienação de Clara. A educação recebida por ela é mais repressiva do que formativa. Sua mãe, Engrácia, teme tanto que a filha erre que acaba por não proporcionar a Clara uma compreensão realista da vida e dos relacionamentos: “Engrácia, cujos cuidados maternos eram louváveis e meritórios, era incapaz do que é verdadeiramente educação” (BARRETO, 1990, p. 60). O excesso de vigilância e a falta de conversas abertas sobre a vida e os relacionamentos deixam Clara despreparada para enfrentar os desafios que surgem: “Clara via todas as moças saírem com seus pais, com suas mães, com as amigas, passearem e divertirem-se, por que seria então que ela não o podia fazer? ” (Idem, p. 60).

Esses pontos destacam como Clara dos Anjos estava alienada em relação aos casamentos e realidades dos relacionamentos que ocorriam à sua volta, resultado da educação restritiva, idealização romântica e falta de experiências de vida. Nesse sentido, é importante observar que Clara vivia em um momento histórico em que o casamento era crucial para as mulheres, garantindo-lhes segurança financeira e social em uma sociedade patriarcal. Através do casamento, as mulheres podiam alcançar respeito e aceitação social, além de assegurar um status definido e acesso a direitos limitados. No

entanto, também significava submissão ao marido e perda de autonomia, refletindo as profundas desigualdades de gênero da época.

A alienação da jovem pode ser vista por outro ângulo quando se verifica que a personagem Engrácia, mãe de Clara, se destaca como agente de alienação social e cultural. Engrácia tem um desejo claro de reproduzir uma educação considerada “branca” e afastar a filha das pessoas da própria classe social e racial. Isso é evidente na confiança exclusiva em Margarida, uma mulher branca e europeia, para ensinar Clara, enquanto as outras jovens tinham mais liberdade para sair e socializar com as mães ou amiga “Era tratada pelos pais com muito desvelo, recato e carinho; e, a não ser com a mãe ou pai, só saía com Dona Margarida, uma viúva muito séria, que morava nas vizinhanças e ensinava a Clara bordados e costuras” (BARRETO, 1999, p. 4).

Além disso, a ação de Engrácia pode ser entendida como um exemplo claro de *violência simbólica*. De acordo com Bourdieu, a *violência simbólica* é a imposição de uma visão de mundo da classe dominante, que se torna aceita como legítima pelas classes subordinadas. Por um lado, Engrácia, ao internalizar essas normas da classe dominante, contribui para a perpetuação da dominação social e racial, mantendo Clara distante de das raízes e identidade cultural. Essa internalização e perpetuação são descritas por Bourdieu:

Os dominados aplicam a todas as coisas do mundo e, em particular, às relações de poder nas quais eles estão enredados, às pessoas através das quais estas relações se realizam, portanto também a si mesmos, esquemas de pensamento impensados, os quais - sendo o produto da incorporação dessas relações de poder sob a forma transformada de um conjunto de pares de oposição (alto/baixo, grande/pequeno,etc.)

funcionando como categorias de percepção - constroem estas relações de poder do ponto de vista próprio daqueles que aí afirmam sua dominação, fazendo-as parecer como naturais. (BOURDIEAU, 1995, p. 142).

Por outro lado, na vida de Clara, Joaquim exemplifica a reprodução da dominação masculina que, conforme Bourdieu, é assegurada e expressa através de práticas e discursos que enunciam a ordem social como algo natural e legítimo:

A dominação masculina está suficientemente assegurada para precisar de justificação: ela pode se contentar em ser e em se dizer nas práticas e discursos que enunciam o ser como se fosse uma evidência, concorrendo assim para fazê-lo ser de acordo com o dizer. (BOURDIEAU, 1995, p. 137).

As modinhas que Joaquim ouve são canções que frequentemente reforçam os ideais românticos e submissivos. Essas canções contribuem para a alienação de Clara ao perpetuar uma visão de mundo que naturaliza a submissão feminina e a dominação masculina, conforme retratado pelo narrador no trecho: “As modinhas falam muito de amor, algumas delas são lúbricas até; e ela, aos poucos, foi organizando uma teoria do amor, com os descantes do pai e de seus amigos” (BARRETO, 1999, p. 27). Joaquim, ao internalizar e perpetuar os valores da classe dominante através das ações e preferências culturais exemplifica também o conceito de *habitus* de Bourdieu. O *habitus* se refere a disposições duráveis e transponíveis que os indivíduos incorporam através das estruturas sociais, perpetuando a dominação simbólica.

Esse comportamento está alinhado com a reprodução das estruturas de dominação

masculina e simbólica “Joaquim fez a necessária comunicação à mulher, que ficou de se entender com Dona Margarida, para fazer-se acompanhar da filha, sempre que tivesse de sair, ir a lojas, etc.” (BARRETO, 1999, p. 56).

As modinhas servem como uma espécie de narrativa ficcional que Clara adota para si mesma. Elas preenchem a mente com imagens e histórias de amores impossíveis e sofrimentos nobres, criando uma espécie de escapismo emocional. Vivendo em um ambiente restritivo e controlado pelos pais, Clara encontra nas modinhas uma forma de escapar da realidade. As canções oferecem-lhe um refúgio emocional, onde ela pode sonhar com um amor idealizado e distante das limitações da vida cotidiana. Essa tendência de romantizar as pessoas e situações ao seu redor é evidente em sua relação com Cassi, a quem ela vê através das lentes idealizadas das canções, ignorando os avisos e críticas sobre seu caráter.

Clara completamente alheia à própria condição de vulnerabilidade, a proteção excessiva dos pais, a ingenuidade de Clara a deixa vulnerável nas relações pessoais. Ela não percebe as intenções manipuladoras de Cassi e acredita cegamente em suas promessas, protegida e isolada pelos pais, vive numa bolha de idealização que a impede de reconhecer a própria fragilidade. Sua ingenuidade e visão romântica, alimentadas por modinhas sentimentais, a deixam desprotegida diante das intenções manipuladoras de figuras como Cassi. Essa alienação revela a falha de uma educação repressiva que, ao invés de prepará-la para a realidade, perpetua a subordinação e desamparo social.

Clara dos Anjos é personagem cuja trajetória reflete as vivências de muitas mulheres marginalizadas da época. Clara, uma jovem suburbana, filha única e cuidadosamente criada pelos pais, é meticulosamente descrita pelo narrador:

Puxava a ambos os pais. O carteiro era pardo-claro, mas com cabelo ruim, como se diz; a mulher, porém, apesar de mais escura, tinha o cabelo liso. Na tez, a filha tirava ao pai; e no cabelo, à mãe [...]

Clara era uma natureza amorfa, pastosa, que precisava mãos fortes que a modelassem e fixassem. [...]. E ela vivia toda entregue a um sonho lânguido de modinhas e descantes, entoadas por destros cantores [...] Não havia, em Clara, a representação, já não exata, mas aproximada, de sua individualidade social; e concomitantemente, nenhum desejo de elevar-se, de reagir contra essa representação. A filha do carteiro, sem ser leviana, era, entretanto, de um poder reduzido de pensar, que não lhe permitia meditar um instante sobre o destino, observar os fatos e tirar ilações e conclusões. A idade, o sexo e a falsa educação que recebera, tinham muita culpa nisso tudo; mas sua falta de individualidade não corrigia a sua obliquada visão da vida. (BARRETO, 1990, p. 46 - 104).

A citação destaca a condição de *Clara dos Anjos* como uma figura sem forma definida, carente de uma orientação firme para moldá-la, ingênua, sonhadora e ansiosa para viver a vida, com um comportamento passivo, tal qual a própria mãe. A condição de *Clara dos Anjos* no romance de Lima Barreto é um exemplo clássico das dinâmicas sociais e de dominação descritas por Pierre Bourdieu. Ainda utilizando os conceitos de *habitus* e *violência simbólica*, podemos compreender a opressão sofrida pela personagem e a estrutura social que perpetua essa condição. Clara, sendo uma jovem mulata de origem humilde, internaliza as expectativas e limitações impostas pela sociedade racista e patriarcal. “Era mulata, um pouco mais para o claro, e tinha todas as características da mestiçagem brasileira: cabelos anelados, olhos grandes, nariz curto e lábios grossos”. (BARRETO, 1990, p. 14).

Ainda, o conceito de habitus de Bourdieu também nos ajuda a verificar como Clara, desde cedo, é socializada a aceitar a posição subalterna na sociedade, moldando as percepções e comportamentos de acordo com as expectativas impostas a ela. “As disposições que levam a reivindicar ou a exercer tal ou qual forma de dominação [...] devem ser construídas por um longo trabalho de socialização” (BOURDIEU, 1995, p. 148).

Seus pais, incapazes de oferecer uma orientação, deixam-na à deriva quanto a esclarecimentos sobre o mundo ao seu redor ao mesmo tempo em que a mantém confinada ao lar. Talvez pelo excesso de proteção, a menina vivia imersa em um mundo de fantasia e música, buscando refúgio para o fato de não ter muito acesso à realidade de seu entorno. Essa descrição sublinha a vulnerabilidade de Clara e a falta de direção, tornando-a uma presa fácil para as influências externas: “O seu ideal na vida não era adquirir uma personalidade, não era ser ela, mesmo ao lado do pai ou do futuro marido. Era constituir função do pai, enquanto solteira, e do marido, quando casada” (BARRETO, 1990, p. 103). O narrador dá uma visão limitada de Clara quando a despe de personalidade, suponhamos que esse retrato se dá pela influência materna e, até mesmo, paterna, que a ceifou de conhecer horizontes mais extensos.

Desse modo, há uma falta de espaço para a expressão da individualidade da moça dentro da realidade em que vive, passando assim uma sugestão implícita de um destino que precisava ser aceito. Portanto, o casamento está firmemente estabelecido no horizonte de Clara dos Anjos como uma expectativa social e uma inevitabilidade cultural dentro da comunidade em que ela vive.

A história de Clara dos Anjos se entrelaça profundamente com as narrativas das outras mulheres do romance, que, embora pareçam aleatórias, revelam um padrão de violência e exploração que atinge mulheres em contextos semelhantes. Cada história — seja a de Rosalina, Ernestina ou outras figuras femininas — reflete diferentes facetas de uma mesma realidade de vulnerabilidade e opressão enfrentada pelas mulheres, muitas vezes invisibilizadas e sem alternativas diante da sociedade patriarcal da época. Essas personagens secundárias compartilham experiências de abandono, exploração sexual ou negligência em casamentos opressivos, tornando-se figuras que antecipam o destino que aguarda Clara.

Clara, com sua inocência e falta de proteção, é vítima da mesma dinâmica de poder que atinge essas mulheres. Cassi Jones, com suas manipulações, personifica a recorrência de homens que exploram a fragilidade social das mulheres, e sua presença na vida de Clara ecoa os traumas vividos por suas antecessoras. Essas conexões criam uma rede narrativa que não apenas intensifica o drama de Clara, mas também denuncia as estruturas sociais que silenciam e submetem as mulheres, revelando como as histórias individuais de opressão fazem parte de uma realidade coletiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta dissertação foi investigar profundamente as personagens femininas no romance *Clara dos Anjos*, de Lima Barreto, com um enfoque específico nos aspectos relacionados ao casamento. Essa discussão teve como ponto de partida a análise da obra. Para operacionalizar a análise pretendida, foi necessário compreender a dinâmica da mulher em um momento de mudanças e transformações, tanto no Brasil como em outros países. Percebeu-se, assim, como as personagens estudadas foram construídas dentro das normas e experiências da mulher presente na sociedade da época. Nesse sentido, foi fundamental recorrer a estudos históricos e também conhecer a legislação vigente a fim de compreender como a sociedade tratava a mulher da época e como as personagens do livro constituíram um microcosmo daquela realidade sociocultural e econômica no que se refere aos aspectos matrimoniais.

Ao revisar como Lima Barreto produziu obras tendo a crítica social como base importante em cada uma de suas publicações, foi possível observar características que, conforme Lilia Schwarcz pontua, advêm de uma “escrita de si”. Como o autor se colocava em vários personagens, é perceptível o quanto a complexidade das personagens femininas se sobressai quando comparamos com outros escritos do mesmo período, sobretudo ficções que tratam de mulheres pobres ou escravizadas.

Ao longo do estudo, perceberam-se muitas lacunas a serem preenchidas relativamente à dignidade da mulher, sobretudo quando se fala em mulher negra. Tais lacunas aparecem nas narrativas de ficção, especialmente no que diz respeito à representação das experiências, percepções e posicionamentos frente às instituições

matrimoniais.

Nesse sentido, a análise buscou revelar como o contexto patriarcal aparece em *Clara dos Anjos* refletido nas escolhas das personagens e, sobretudo, nas relações conjugais, examinando tanto as formas de conformidade quanto de resistência às estruturas de poder vigentes. Além disso, pretendeu-se oferecer uma reflexão crítica sobre as representações femininas na obra, contribuindo para um entendimento mais amplo das dinâmicas de gênero na escrita de Lima Barreto.

A análise das personagens visou mostrar como o contexto patriarcal transparece na narrativa. Vimos que o contexto inicial do século XX buscava efetivar a participação feminina em uma sociedade patriarcal na qual a mulher vivia sob a vigilância do pai e, após o casamento, passava a ser subordinada pelo marido.

Observamos ainda que, no Rio de Janeiro onde habitava Lima Barreto, a mulher caminhava a passos lentos na busca por direitos e que o casamento era uma instituição burguesa voltada para os negócios da família no qual mulher passava a ter o compromisso de ser uma esposa zelosa, cuidar dos filhos e ser exemplar perante a sociedade para que pudesse garantir o status do marido. Essa perspectiva burguesa arraigou-se em outras camadas sociais.

Nesse contexto, é notável que a personagem Clara dos Anjos sonhasse com um casamento feliz com Cassi Jones, todavia, as limitações de da sociedade são maiores que seu sonho. Ainda que o ideal de casamento burguês permeie seu imaginário, a condição social e de mulher negra (que a todo custo os pais tentam evitar que chegue a seu conhecimento) constitui uma barreira para sua relação com Cassi, que a vê apenas como objeto. Desse modo, a tomada de consciência da personagem constitui o ápice do

romance com a célebre frase “Nós não somos nada nesta vida”.

Além de Clara, no decorrer da análise das personagens femininas do romance de Lima Barreto, encontramos vários perfis de mulheres cuja maioria pertencia à mesma realidade. O autor as construiu ricamente, dando a cada uma um fio narrativo que se conecta às outras histórias nas tragédias cotidianas, revelando diferentes facetas da opressão, do *habitus* e da *dominação simbólica*. Nesse sentido, foi possível observar um traço importante do romance, o qual revela as personagens mulheres sempre ligadas a uma figura masculina ou status civil, refletindo a sociedade patriarcal.

Isso leva a questionar o quanto Lima Barreto estava ou não consciente dessas estruturas. Vemos o narrador como um reprodutor de determinados valores e *habitus*, ao, por exemplo, julgar a cultura de Joaquim como inferior e ao culpar as modinhas por incutirem em Clara os sonhos que lhe fazem se perder no meio do caminho da vida. A questão que se levanta calca-se justamente em compreender os limites entre o autor e sua criação, dada a força da escrita de si no contexto específico barretiano.

Na análise das personagens, portanto, notou-se claramente que todas foram vítimas do sistema opressor patriarcal que as obrigava a se entregar a um casamento nem sempre desejado ou, quando desejado, desiludido pela força da realidade na qual viviam. Assim, a obra apresenta mulheres que foram seduzidas e obrigadas a casarem, vivendo uma vida sem perspectivas de melhora ou de encontrar a idealizada felicidade burguesa.

Já os personagens masculinos, mesmo casados, são livres até certo ponto. Como contrapartida, temos Joaquim que, apesar de livre em seu casamento, representa o homem pobre preso na própria ignorância e tem a cultura julgada pelo narrador quando

contrastado a Marramaque.

A conclusão deste estudo, portanto, destaca vários pontos importantes. Por meio de uma metodologia voltada para a análise crítica e comparativa das relações interpessoais no romance, com base em teorias feministas, estudos raciais, além dos conceitos relativos ao espaço, cunhados pelo historiador Michel Foucault, e dos conceitos do sociólogo Pierre Bourdieu (como *habitus*, violência simbólica e dominação masculina), foi possível observar em profundidade as dinâmicas presentes na narrativa e salientar a maestria de Lima Barreto ao reproduzir um microcosmo de sua sociedade.

Os resultados da análise revelaram que as vidas, escolhas e relações conjugais das personagens são profundamente influenciadas pelo contexto patriarcal. As personagens femininas são moldadas pelas expectativas sociais do início do século XX no Brasil, enfrentando tanto conformidade quanto resistência às estruturas de poder. Essas mulheres vivem sob a vigilância do pai, do marido ou da sociedade, todavia, Lima Barreto não se prendeu a estereótipos e criou personagens ricas e complexas.

O casamento é apresentado como uma instituição central e uma etapa natural na vida da mulher, mas também como um veículo de subordinação e opressão. As mulheres no romance são frequentemente vítimas do contexto da época em que viviam. No entanto, personagens como Dona Margarida Weber Pestana representam exceções, mostrando força e resistência contra as normas opressivas. Notou-se ainda a importância do componente branco europeu na caracterização dessa personagem, apartando-a das demais.

Por tudo isso, conclui-se que a contribuição deste estudo reside principalmente no debate sobre as relações entre gênero, literatura e sociedade, chamando a atenção

para a persistência do racismo estrutural e das desigualdades sociais que continuam a afetar as mulheres no Brasil contemporâneo. Desatacou-se, ainda, a importância de uma análise crítica das representações femininas na literatura, contribuindo para um entendimento mais amplo das dinâmicas de gênero e das transformações sociais ao longo do tempo nas narrativas de ficção.

REFERÊNCIAS

ALEX, A. **As ideias socioliterárias de Lima Barreto**. São Paulo: Vertice, 1990.

ALMEIDA, S. L. de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ANDRADE, M. C. M. O século XIX: O mundo burguês / O casamento/A nova mulher: O contexto histórico dos romances Madame Bovary, Ana Karenina, O Primo Basílio e Dom Casmurro. **Evidência**, Araxá, v. 8, n. 9, p. 63-80, 2013.

ARAUJO, D. O. **Caminhos trilhados pelas personagens negras na literatura infantil brasileira**: percalços e percursos. Literafro: o portal da literatura afro-brasileira. Disponível em: <https://bit.ly/3SfzB2Y> acesso em: 10 jul. 2023.

ARAUJO, J. da S. Entre grinaldas e buquês: a mulher na ficção de Lima Barreto. **Let. & Idei.**, João Pessoa, PB, v.1, n.1, p. 14-28, 2016. Disponível em: <https://bit.ly/3MkUqGF> acesso em> 14 set. 2023.

ARAUJO, J. M. O. O pré-modernismo: a luta entre passadistas, modernos e modernistas no campo artístico brasileiro. **Pensares em Revista**, n. 1, jul.-dez. 2012, p. 117-134. Disponível em: <https://bit.ly/4997RmH> acesso em: 26 ago. 2023.

ARBEX, D. **Holocausto brasileiro**: vida, genocídio e 60 mortes no maior hospício do Brasil. – São Paulo: Geração Editorial, 2013.

ATLAS Histórico do Brasil. FGV CPDOC, 2023. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/> acesso em: 10 out. 2023.

AZEVEDO, A. **O cortiço**. São Paulo: Ática, 2012

_____. **O mulato**. São Paulo: FTD, 2016.

BARBOSA, F. de A. **A vida de Lima Barreto**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

BARRETO, L. **Bailes e divertimentos suburbanos**. Portal de São Francisco, 2023. Disponível em: <https://bit.ly/3tURSZo> acesso em: 20 out. 2023.

BARRETO, L. **Clara dos Anjos**. Rio de Janeiro: Garnier, 1990.

_____. **Diário do hospício; O cemitério dos vivos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

_____. **Diário íntimo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2021.

_____. **Recordações do escrivo Isaiás Caminha**. São Paulo: Brasiliense, 1956

_____. **Triste Fim de Policarpo Quaresma**. Rio de Janeiro: Travessia, 2007.

_____. **Toda crônica**: Lima Barreto. Organizado por Beatriz Resende e Rachel Valença. Rio de Janeiro: Agir, v. II, 2004.

BORGES, L. Personagens femininas mulatas no universo ficcional de Lima Barreto. **II SINAEL – II Simpósio Nacional de Letras e Linguística**. Disponível em: <https://bit.ly/47a5PRk> acesso em: 25 jul. 2023.

BOSI, A. **História concisa da literatura brasileira**. São Paulo: Cultrix, 1994.

BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

_____. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

_____. A dominação masculina. **Educação e realidade**. [S.L], v. 20, n.2, jul./dez. 1995, p. 138.184. Disponível em:

<file:///C:/Users/Administrador/Downloads/edsondeoliveira,+A+Domina%C3%A7%C3%A3o+Masculina.pdf> acesso em: 20 jul. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 181, de 24 de janeiro de 1890**. Promulga a lei sobre o casamento civil. Coleção de Leis do Brasil - 1890, Página 168, vol. 1 fasc. 1º. Disponível em: <https://bit.ly/3UzpTYO> Acesso em 13 mai. 2024.

BRONTË, C. **Jane Eyre: An Autobiography**. São Paulo: Editora Landmark, 2010.

CAJADO, A. F. R.; CARDOSO, T. D. **Mulheres no Brasil: voto feminino**. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2011.

CANDIDO, A. A literatura e a vida social. In. CANDIDO, A. **Literatura e sociedade**. São Paulo: Ouro sobre azul, 2006. Disponível em: <https://bit.ly/40gN1h2> acesso em: 20 out. 2023.

CAVALCANTI, R. A. Virginia Wolf e as mulheres. **Gênero**. [S./l.], V. 17, n. 1, 2016.

COUTINHO, A. **Introdução à literatura no Brasil**. Rio de Janeiro: Distribuidora de Livros Escolares, 1975.

CUNHA, K. D. da. As mulheres brasileiras no século XIX. In: **Anais do Encontro Nacional do Gt gênero/Anpuh**. Vitória, UFES – Universidade Federal do Espírito Santos. 2015.

CUNHA, T. R. A.; SILVA, I. P. A. **Casamento: representações, mudanças e permanências a partir do olhar feminino**. In: SEMINÁRIOS INTERNACIONAL FAZENDO GENERO, 10. 2017.

DIAS, M. O. L. da S. **Resistir e sobreviver**. Nova história das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2020.

D'INCAO, M. A. Mulher e família burguesa. In. Del Priore, Mary. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEL PRIORE, M. **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004.

FANTINATI, C. E. **O profeta e o escrivão: estudo sobre Lima Barreto**. HUCITEC, 1978.

FAUSTO, B. **História do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1995.

FERREIRA, B. M. V. **O direito matrimonial na segunda metade do século XIX: uma análise histórico-jurídica**. 2008. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2008.

FIGUEIREDO, C. L. N. **Lima Barreto e o Fim do Sonho Republicano**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

FOUCAULT, M. **De outros espaços**. Conferência proferida por Michel Foucault no Cercle d'Études Architecturales, em 14 de março de 1967. Disponível em: <https://bit.ly/3FUS4L3> acesso em: 25 out. 2023.

FOUCAULT, M. **História da loucura na Idade Clássica**. Tradução de José Teixeira Coelho Netto. São Paulo: Perspectiva, 1978.

_____. **Microfísica do poder**. São Paulo: Paz e Terra, 2021.

GAMA, M. S. da. Sou eu mesma, minha senhora! Relações de gênero e solidariedade em Margarida Pestana de Lima Barreto. **LL Journal**, v. 13, n. 1, 2018.

GILENO, C. H. *Clara dos Anjos*: uma reflexão sobre o status da mulata no Brasil do início do século XX. **Ciência & Trópico**, [S. l.], v. 29, n. 1, 2011. Disponível em: <https://fundaj.emnuvens.com.br/CIC/article/view/752>. Acesso em: 13 maio. 2024.

GUIMARÃES, B. **A escrava Isaura**. Rio de Janeiro: Travessia, 2021.

HEY, V. de P. O “vazio cultural” ou o pré-modernismo em Antônio Candido. **R. Letras**, Curitiba, v. 23, n. 43. P. 98-111, jul/dez 2021. Disponível em: <https://bit.ly/46Qpmqk> acesso em: 20 jul. 2023.

Hooks, b. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. **Revista Brasileira de Ciência Política**, [S. l.], n. 16, 2015, p. 193-210. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/mrjHhJLHZtfyHn7Wx4HKm3k/?lang=pt#> acesso em: 20 jul. 2024.

HOGEMANN, E. R. R. S.; JUSTINO, P. B.; CARVALHO, A. T. de. A mulher negra na literatura brasileira: passado, presente e futuro. **Revista Direito das Políticas Públicas**, v. 2, n. 2, p. 104–121, 2021. Disponível em: <https://seer.unirio.br/rdpp/article/view/10524>. Acesso em: 26 out. 2023.

JESUS, C. M. de. **Quarto de Despejo**: diário de uma favelada. São Paulo: Ática, 1961.

KURZ, G. T. A primeira *Clara dos Anjos*, incipit de um projeto. In. NEGREIROS, Carmem; OLIVEIRA, Fatima; GENS, Rosa. **Belle époque: debates críticos do IV fórum de estudantes Labelle**. Rio de Janeiro: 2021. P. 105

LIMA, M. H. **Pobre, mulata e mulher: a estigmatização de Clara dos Anjos**. Belo Horizonte: Literafro, 2022. Disponível em: <https://bit.ly/4c32FkH> acesso em: 26 jul.

LINS, O. **Lima Barreto e o espaço romanesco**. São Paulo: Ática, 1996.

LUFT, G.; WELTER, J. As personagens negras na literatura brasileira oitocentista: os quadros da escravidão de Joaquim Manuel de Macedo. **Terra roxa e outras terras: Revista de Estudos Literários**, Londrina, v. 17-B, [s.n], p. 6-17, dez. 2009.

MACEDO, J. M. de. **As Vítimas Algozes**: quadros da escravidão. Parte III: Lucinda, a mucama. São Paulo: Editora Martin Claret, 2010.

MANNONI, M. **Elas não sabem o que dizem**: Virginia Woolf, as mulheres e a psicanálise. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

MENDONÇA, J. E. M.; “A Exclusão Racial e Social no Romance *Clara dos Anjos* e em Quatro Crônicas de Lima Barreto”, p. 79 -96. In: **Lima Barreto na Sala de Aula: Questões Raciais e de Gênero**. São Paulo: Blucher, 2022.

MINAS GERAIS. MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS. COORDENADORIA DE COMBATE AO RACISMO E TODAS AS OUTRAS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO (CCRAD) E COORDENADORIA DE INCLUSÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAIS (CIMOS). **Glosário antidiscriminatório, v.3 – raça e etnia**. Belo Horizonte: MMPG, 2022.

MOTA, A. **História da psiquiatria**: ciência, práticas e tecnologias de uma especialidade médica. - São Paulo: USP, Faculdade de Medicina: UFABC, Universidade federal do ABC: CD.G Casa de Soluções e Editora, 2012.

NASCIMENTO, A. S; do.; BEZERRA, A. C.; SILVA, M. V. F. da. Clara dos Anjos, de Lima Barreto: o conto e o romance. **Encontros de Vista**, Recife, v. 21, n. 1: p. 106-119, jan./jun. 2018.

OAKLEY, R. J. **Lima Barreto e o destino da Literatura**. São Paulo: UNESP, 2011.

PERROT, M. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

PERROT, M. **As mulheres ou os silêncios da história**. Bauru – SP: EDUSC, 2005.

PERROT, M. Os atores. À margem: solteiros e solitários. in: PERROT, M. (org). **História da vida privada: da revolução francesa à primeira guerra**. São Paulo: Cia de bolso, 2009.

PIEADADE, V. **Dororidade**. São Paulo: Editora Nós, 2019.

PORTAL BRASILIANA FOTOGRÁFICA. BIBLIOTECA NACIONAL. Rio de Janeiro. 2023.

Disponível em: <https://bit.ly/4aTtHKD> acesso em: 04 mar. 2024.

PORTAL GALÁXIA DA CIENCIA BRASILEIRA. CENTRO DE GESTÃO E ESTUDOS ESTRATÉGICOS <https://bit.ly/3Rj7qPq> acesso em: 04 mar. 2024.

PRADO, A. A. **Lima Barreto: o crítico e a crise**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

PROENÇA FILHO, D. A trajetória do negro na literatura brasileira. **Estudos avançados**, [s.l.], v. 18, n. 50, p. 161 – 193, jan. 2004. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ea/a/mJqCRqkgYfJzbnmfBJVHR9x#> Acesso em: 06 out. 2023.

RESENDE, B. **Lima Barreto e o Rio de Janeiro em fragmentos**. São Paulo: Autêntica, 1993.

RESENDE, B. Em defesa de *Clara dos Anjos*. In: Barreto, Lima. **Clara dos Anjos**. São Paulo: Penguin Companhia das letras, 2012.

ROCHA, E. P. **Representações de gênero e sexualidade em romances brasileiros e sulafricanos (1920-1953)**. 2008. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

SANTOS, F. S. D.; VERANI, A. C. “Alcoolismo e medicina psiquiátrica no Brasil do início do século XX”. In.: **Análise: Hist. cienc. Saúde** - Manguinhos v. 17, supl 2, Fundação Oswaldo Cruz, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/BdSBLb4vtb3dGT43bk9DL5M/> Acesso em: 20 jul. 2024.

SANTOS, S. S. dos. **O casamento e a condição jurídica da mulher: uma análise pautada pelas constituições brasileiras**. 2021. Dissertação (Mestrado em Ciência jurídica). Universidade do Vale do Itajaí. Itajaí-SC. 2021.

SCHWARCZ, L. M. (Org.) **Contos completos de Lima Barreto**. São Paulo: Cia das Letras, 2010.

_____. **Lima Barreto: triste visionário**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

_____. *Clara dos Anjos* e as cores de Lima. **Sociologia & Antropologia**, v. 7, n. 1, p. 125–155, jan. 2017.

_____. Lima Barreto e a escrita de si. **Estudos Avançados**, v. 33, n.96, 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3Si2hIF> acesso em: 10 jul. 2023.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, [S. l.], v. 20, n. 2, 1995. P. 71-99. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 6 mai. 2024.

SEVCENKO, N. **A revolta da vacina**: mentes insanas em corpos rebeldes. São Paulo: UNESP, 2018.

SEVCENKO, N. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na primeira república. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SILVA, A. G. F. **Representações do negro em Clara dos Anjos de Lima Barreto**. Pau dos Ferros: UERN, 2015.

SILVA, A. M. da. Lima Barreto: uma releitura da obra do autor sob a ótica pós-colonial. **Rev. Let.**, São Paulo, v.54, n.1, p.51-70, jan. /Jun. 2014. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/letras/issue/view/524> acesso em: 10 mai. 2024.

SILVA, H. P. da. **Lima Barreto**: escritor maldito. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

SILVA, S. P. da. **A presença da personagem negra feminina na literatura brasileira**. Picos – PI: Universidade Federal do Piauí, 2021.

SILVA, M. P. da. Mulheres negras: sua participação histórica na sociedade escravista. **Cadernos Imbondeiro**. João Pessoa, v.1, n.1, 2010. Disponível em: [file:///C:/Users/Administrador/Downloads/pdf%20\(3\)](file:///C:/Users/Administrador/Downloads/pdf%20(3)) acesso em: 20 jul. 2024.

SOUZA, F. “Gênero e ‘raça’ na literatura brasileira”. **Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea**, [S. l.]: [s.v.], n. 32, Brasília, julho-dezembro de 2008, pp.103-112.

SUSSEKIND, F. O figurino e a forja. In: CARVALHO, J.M. **Sobre o pré-modernismo**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa: 1988.

TEIXEIRA, V. R. ‘Clara dos Anjos’ de Lima Barreto: Biópsia de Uma Sociedade.” **Luso-Brazilian Review**, vol. 17, n. 1, 1980, pp. 41–50. *JSTOR*, <http://www.jstor.org/stable/3513375>. Acesso em

13 mai. 2024.

VASCONCELLOS, E. Lima Barreto: misógino ou feminista? Uma leitura de suas crônicas. In: CANDIDO, A. e outros. **A crônica**: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil. Campinas: Ed. Unicamp; Rio de Janeiro: FCRB, 1992. p. 255-69.

VASCONCELLOS, E. **Entre a agulha e a caneta**: a mulher na obra de Lima Barreto. Rio de Janeiro: Lacerda ed., 1999.

VERANI, A. C. Entre razão e desrazão: a loucura como crítica social na literatura de Lima Barreto. In: **ANPUH – XXII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA** – João Pessoa, 2003. Disponível em: <https://bit.ly/3SoUtES> acesso em: 27 out. 2023.

VIEIRA, K. O social em Lima Barreto. **Rev. de Letras**. [S./] - n. 25 - v. 1/2 - jan/dez. 2003 Disponível em: <http://www.revistadeletras.ufc.br/rl25Art08.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2024.